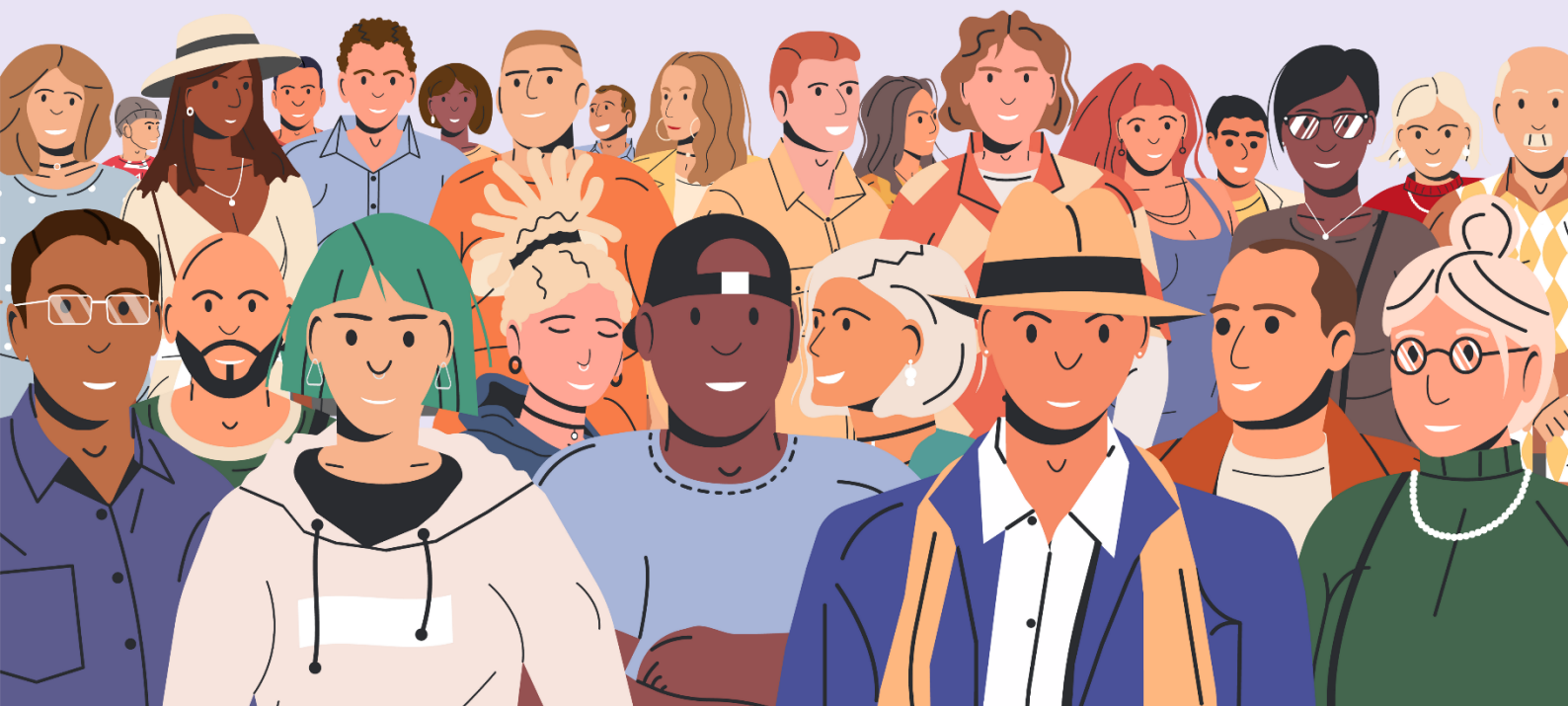




**ORGANIZADOR:
ADILSON TADEU BASQUEROTE SILVA**

QUESTÃO SOCIAL

**CONTEMPORANEIDADES EM CIÊNCIAS,
APLICADAS, EDUCAÇÃO, ECONOMIA E POLÍTICA**





**ORGANIZADOR:
ADILSON TADEU BASQUEROTE SILVA**

QUESTÃO SOCIAL

**CONTEMPORANEIDADES EM CIÊNCIAS,
APLICADAS, EDUCAÇÃO, ECONOMIA E POLÍTICA**





2023 - Thesis Editora Científica

Copyright © Thesis Editora Científica

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Thesis Editora Científica

Direitos para esta edição cedidos à Thesis Editora Científica pelos autores.

Open access publication by Thesis Editora Científica

Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira

Diagramação, Projeto Gráfico e Design da Capa: Thesis Editora Científica

Revisão: Os autores



Licença Creative Commons

Questão Social: contemporaneidades em ciências aplicadas, educação, economia e política da Thesis Editora Científica está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial da Thesis Editora Científica. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares (*blind peer review*), membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

ISBN: 978-65-980904-7-0

DOI: 10.5281/zenodo.8383911

Thesis Editora Científica
Teresina – PI – Brasil
contato@thesiseditora.com.br
www.thesiseditora.com.br



2023

Questão Social: contemporaneidades em ciências aplicadas, educação, economia e política

Organizador

Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva

Conselho Editorial

Felipe Cardoso Rodrigues Vieira – lattes.cnpq.br/9585477678289843

Adilson Tadeu Basquerote Silva – lattes.cnpq.br/8318350738705473

Andréia Barcellos Teixeira Macedo – lattes.cnpq.br/1637177044438320

Eliana Napoleão Cozendey da Silva – lattes.cnpq.br/2784584976313535

Rodolfo Ritchelle Lima dos Santos – lattes.cnpq.br/8295495634814963

Luís Carlos Ribeiro Alves – lattes.cnpq.br/9634019972654177

João Vitor Andrade – lattes.cnpq.br/1079560019523176

Bruna Aparecida Lisboa – lattes.cnpq.br/1321523568431354

Júlio César Coelho do Nascimento – lattes.cnpq.br/7514376995749628

Ana Paula Cordeiro Chaves – lattes.cnpq.br/4006977507638703

Stanley Keynes Duarte dos Santos – lattes.cnpq.br/3992636884325637

Brena Silva dos Santos – lattes.cnpq.br/8427724475551636

Jessica da Silva Campos – lattes.cnpq.br/7849599391816074

Milena Cordeiro de Freitas – lattes.cnpq.br/5913862860839738

Thiago Alves Xavier dos Santos – lattes.cnpq.br/4830258002967482

Clarice Bezerra – lattes.cnpq.br/8568045874935183

Bianca Thaís Silva do Nascimento – lattes.cnpq.br/4437575769985694

Ana Claudia Rodrigues da Silva – lattes.cnpq.br/6594386344012975

Francisco Ronner Andrade da Silva – lattes.cnpq.br/5014107373013731

Maria Isabel de Vasconcelos Mavignier Neta – lattes.cnpq.br/8440258181190366

2023 - Thesis Editora Científica

Copyright © Thesis Editora Científica

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Thesis Editora Científica

Direitos para esta edição cedidos à Thesis Editora Científica pelos autores.

Open access publication by Thesis Editora Científica

Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira

Diagramação, Projeto Gráfico e Design da Capa: Thesis Editora Científica

Revisão: Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Questão social : contemporaneidades em ciências aplicadas, educação,
economia e política [livro eletrônico] / organizador Adilson Tadeu
Basquerote Silva. -- Teresina, PI : Thesis Editora Científica, 2023.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-980904-7-0

1. Ciências sociais 2. Economia 3. Educação 4. Política
I. Silva, Adilson Tadeu Basquerote.

23-173709

CDD-300

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais 300

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Thesis Editora Científica
Teresina – PI – Brasil
contato@thesiseditora.com.br
www.thesiseditora.com.br

PREFÁCIO

Caro leitor,

É com grande satisfação e entusiasmo que apresento a você o livro “*Questão Social: contemporaneidades em ciências aplicadas, educação, economia e política*”. Esta obra, composta por 8 capítulos minuciosamente elaborados por pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais, representa um esforço conjunto da *Thesis Editora Científica* para trazer à luz um conhecimento abrangente e inovador sobre temas cruciais no campo das ciências sociais aplicadas, educação, economia e política.

Cada capítulo aborda uma temática específica e juntos formam uma obra com diversidade de tópicos. As reflexões, descobertas e insights compartilhados neste livro proporcionam uma base sólida para profissionais, estudantes, pesquisadores e todos os interessados em ampliar seus horizontes nesse campo em constante evolução. Assim, a presente obra, visa contribuir significativamente para o progresso científico nas áreas sociais.

À *Thesis Editora Científica*, minha eterna gratidão por fornecer o espaço necessário para a realização desta importante empreitada editorial. Seu compromisso com a excelência acadêmica e a disseminação do conhecimento é uma inspiração para todos envolvidos neste projeto.

Por fim, convido você, leitor, a se aventurar por esta obra e mergulhar no mundo das ciências sociais. Certamente, o conhecimento aqui compartilhado iluminará sua jornada acadêmica e profissional, fornecendo as ferramentas necessárias para compreender e transformar vidas.

Boa leitura!

Adilson Tadeu Basquerote Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - COSTO ENERGÉTICO DE PRODUCCIÓN DE MADERA COMO INDICADOR EFICIENCIA ECONÓMICA EN EL ASERRÍO PUEBLO NUEVO, IMÍAS.....	9
<i>ENERGY COST OF WOOD PRODUCTION AS AN INDICATOR OF ECONOMIC EFFICIENCY IN THE PUEBLO NUEVO SAW MILL, IMÍAS.....</i>	9
CAPÍTULO 2 - O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO CONTEMPORANEA: tecendo uma análise da importância do Assistente Social nas escolas brasileiras	23
<i>SOCIAL WORK AND CONTEMPORARY EDUCATION: weaving an analysis of the importance of the Social Worker in Brazilian schools</i>	23
CAPÍTULO 3 - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES:.....	36
perspectivas e desafios.....	36
<i>ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND COMMUNICATION IN ORGANIZATIONS:</i>	36
<i>perspectives and challenges</i>	36
CAPÍTULO 4 - RELAÇÕES DESIGUAIS E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL:	49
um recorte de classe e raça	49
<i>UNEQUAL RELATIONS AND POPULATION AGING:.....</i>	49
<i>a class and race perspective</i>	49
CAPÍTULO 5 - DIREITOS SEXUAIS E PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NO BRASIL:.....	62
a perspectiva de gênero e controle social	62
<i>SEXUAL RIGHTS AND REPRODUCTIVE PLANNING IN BRAZIL:</i>	62
<i>the perspective of gender and social control</i>	62
CAPÍTULO 6 - TRANSEXUALIDADE E MERCADO DE TRABALHO:	78
desafios e perspectivas.....	78
<i>TRANSSEXUALITY AND THE LABOR MARKET:.....</i>	78
<i>challenges and perspectives</i>	78
CAPÍTULO 7 - POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL E O SERVIÇO SOCIAL NO DIREITO A MORADIA.....	89
<i>PUBLIC HOUSING POLICY AND SOCIAL SERVICE IN THE RIGHT TO HOUSING</i>	89

CAPÍTULO 8 - UMA ANÁLISE DO ROMANCE IRACEMA: elementos nacionais em destaque	99
<i>AN ANALYSIS OF THE ROMANCE IRACEMA: highlighted national elements</i>	<i>99</i>

COSTO ENERGÉTICO DE PRODUCCIÓN DE MADERA COMO INDICADOR EFICIENCIA
ECONÓMICA EN EL ASERRÍO PUEBLO NUEVO, IMÍAS.
*ENERGY COST OF WOOD PRODUCTION AS AN INDICATOR OF ECONOMIC EFFICIENCY IN
THE PUEBLO NUEVO SAW MILL, IMÍAS.*

José Rolando Dupuy Parra ¹
René Lesme Jaén ²
Lizandra Machado Fernández ³
Aldel Estiven Matos ⁴
Adilson Tadeu Basquerote ⁵
Eduardo Pimentel Menezes ⁶

¹ Master em Eficiencia Energetica. Investigador Agregado. Centro de Aplicaciones Tecnológicas para el Desarrollo Sostenible Guantánamo, Cuba. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9262-5512>. E-mail: jose@catedes2.gtmo.inf.cu; jdupuyparra@gmail.com.

² Doctor en Ciencias Técnicas. Profesor. Universidad de Oriente. Centro de Estudios Energéticos y Refrigeración “L.F.Brossard”. Santiago de Cuba, Cuba. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7274-0153>. E-mail: lesme@uo.edu.cu.

³ Ingeniera Forestal. Directora General. Empresa Agroforestal Imías. Área de la Dirección. Guantánamo, Cuba. E-mail: secretaria@eficoa.gtm.minag.cu.

⁴ Ingeniera Forestal. Especialista del Reforestación. Empresa Agroforestal Imías. Área de la Producción. Guantánamo, Cuba. E-mail: ordenacion@eficoa.gtm.minag.cu.

⁵ Doctor en Geografía. Centro Universitario Unidavi. Orcid ID: <http://orcid.org/0000-0002-6328-1714>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8318350738705473>. E-mail: abasquerote@yahoo.com.br.

⁶ Doctor em Geografia y en Educación. Universidad Estatal de Río de Janeiro- UERJ y Pontificia Universidad Católica - PUC-Rio. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9445-7698>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0791736514501867> E-mail: epmenezes30@gmail.com.

RESUMO

La investigación se desarrolló en el Aserrío Pueblo Nuevo, el cual se localiza a 4km de la carretera que conduce a la comunidad de Los Caldero del municipio de Imías, el mismo se encuentra enclavado en la provincia de Guantánamo. Teniendo como objetivos del trabajo determinar los indicadores de eficiencia energética a partir de los costos de producción de madera. La metodología que se utilizó fue NC-ISO: 50001/2011 que consiste en el uso eficiente de los portadores energéticos, determinar medidas para su uso eficiente y su verificación por etapas. Los principales resultados obtenidos en la investigación es que la madera procesada tiene como Índice de costo de electricidad 3.714\$ /m³, Índice de eficiencia energética con el 69%, Eficiencia ecológica 84 % y Índice de emisiones 10Ton\$ de CO₂/m³ de madera aserrada. A modo de conclusión podemos decir que la norma también sirve para determinar otros indicadores que se encuentran en el proceso productivo en las industrias teniendo como base fundamental los portadores energéticos.

Palavras-chave: Economía. Potencia. Precio.

ABSTRACT

The investigation was carried out in the Aserrío Pueblo Nuevo, which is located 4 km from the highway that leads to the community of Los Caldero in the municipality of Imías, which is located in the province of Guantánamo. Having as objectives of the work to determine the indicators of energy efficiency from the costs of wood production. The methodology used was NC-ISO: 50001/2011, which consists of the efficient use of energy carriers, determining measures for their efficient use and their verification in stages. The main results obtained in the investigation is that the processed wood has an electricity cost index of \$3,714 /m³, an energy efficiency index of 69%, an ecological efficiency of 84% and an emissions index of 10Ton\$ of CO₂/m³ of sawn wood. By way of conclusion, we can say that the standard also serves to determine other indicators that are found in the productive process in industries, based on energy carriers.

Keywords: Economy. Power. Price.

1. INTRODUÇÃO

La silvicultura contribuirá a la futura producción energética en función de una serie de factores en el mundo, como la capacidad de generación de energía derivada de la madera de cumplir con los últimos objetivos de la política energética, los costos y beneficios socioeconómicos y medioambientales de la producción de este tipo de energía, y las políticas e instituciones que determinan las prácticas forestales.

Los países en desarrollo suelen tener presupuestos limitados, por lo que deberán sopesar detenidamente los riesgos y los beneficios de la inversión en tecnologías bioenergéticas. A partir de los residuos derivados de operaciones forestales se puede generar una cantidad de energía considerable. Con métodos de cosecha y de transporte eficaces se podrían reducir más aún los costos y las repercusiones medioambientales que resultan de producir esta energía.

La mayor parte de la madera que se destine en el futuro a la producción de energía procederá probablemente de operaciones forestales ya existentes, a menos que sea posible disponer de tecnologías económicamente competitivas para producir biocombustibles de segundas generaciones (Bosques y Energía, 2009).

Generalmente el proceso de obtención de biomasa se produce con madera de la más baja calidad, ya que su origen puede provenir de cualquier especie forestal o de calidad. Para una mayor rentabilidad, el proceso forestal utiliza madera de menor calidad. Dado que el objetivo final de la calidad de la madera no requiere ninguna propiedad requerida en la madera más valiosa.

El precio de la madera para la biomasa en la fábrica es equivalente al de la madera triturada, lo que significa que es la menos valorada. A partir de este precio, hay que añadir todos los costos de producción y aprovisionamiento, más los beneficios comerciales y los impuestos para llegar al producto final. El costo de producción varía en función de la

calidad final de la biomasa, que depende al mismo tiempo del proceso de producción. Normalmente, la mayor calidad tiene el mayor costo de producción. El valor final de la biomasa depende de si la madera está certificada o no; ya que el proceso de certificación es otro costo añadido al producto final. Una de las ventajas competitivas de la biomasa sobre otros combustibles fósiles es su invariabilidad de precio en diferentes años, este incremento es casi nulo (Biomasa Forestal Precio, 2016).

La Empresa Agroforestal Imías es creada por el Ministerio de la Agricultura mediante la Resolución 127/2015, con fecha 13 de julio de 2015 del Ministerio de Economía y Planificación (MEP). Con un patrimonio bosques total de 5146,9 ha con predominio de bosques naturales y artificiales distribuidos en dos municipios Imías con una extensión de 3063,4 ha artificiales teniendo como fuente de abasto la Unidad Empresarial de Base Silvícola Lechugos y Unidad Empresarial de Base Silvícola Yumuri el principal árbol maderable es el *Pinus cubensis* (Pino de Mayarí) una extensión natural de 928 ha ubicadas en la misma unidades de base, en San Antonio del Sur contamos con un extensión de 1154.7 ha teniendo como fuente de abasto Unidad Empresarial de Base Silvícola Puréales. Las cuales abastecen a la Industria donde se encuentra ubicado el Aserrío Pueblo Nuevo, gran generador de Biomasa forestal (Dupuy Jr. *et al.*, 2019).

La importancia de este trabajo está relacionado con el gran consumo de portadores energéticos en El Aserrío Pueblo Nuevo de Imías, resaltar también que se procesan la mayor cantidad de madera en la provincia de Guantánamo y por consiguiente se genera grandes volúmenes de desechos forestales que no tiene un destino final. Paralelo a esto el consumo de portadores energéticos está relacionado al proceso productivo del aserrío.

El costo de los portadores energéticos depende del tipo de portador que se utilice para el proceso productivo, también esta aparejado con el precio de adquisición en el mercado según el portador energético base utilizado, más los costos asociados a la instalación, esto permite comparar los diferentes (Biomasa Forestal Precio, 2016) portadores energéticos según su utilización en la producción.

Por todo lo antes planteado y la necesidad imperante que tiene la Empresa Agroforestal Imías y en especial el Aserrío Pueblo Nuevo de la reducción de costos de producción y la eliminación de la contaminación ambiental se hace necesario el estudio para determinar los indicadores con el índice de consumo, índice de eficiencia energética, eficiencia ecológica y índice de emisiones se tuvo en cuenta la NC ISO 50001/2011.

2. MATERIALES, MÉTODOS Y CONTEXTO DE ESTUDIO

Durante el proceso productivo del Aserrío “Pueblo Nuevo” consume energía eléctrica procedente de la red nacional, combustible Diesel para la transportación de la madera, aceites y lubricantes para el mantenimiento y gasolina para las moto sierras utilizadas en las fincas forestales. La matriz energética del aserrío se muestra en la Tabla 1, cuyos datos fueron tomados del balance anual de la empresa, en los últimos 3 años. Los portadores energéticos y sus costos provienen del departamento de contabilidad y finanzas del modelo estadístico 5073 del año 2016-2018 (Dupuy Jr. *et al.*, 2019).

Tabla 1: Consumo de Portadores Energéticos en el Aserrío Pueblo Nuevo.

Portadores Energéticos	UM	Años			
		2016	2017	2018	Total
Electricidad	kWh	63300	63300	65420	192020
Diesel	L	81900	82700	85100	249700
Gasolina	L	960	1000	1200	3660
Aceites y Lubricantes	L	920	1400	1700	4020

Fuente: Tomado del Modelo 5073 (2016-2018).

Con el objetivo de jerarquizar el consumo de portadores energéticos se utilizó la Tabla 2, de conversión de unidades para llevar los portadores energéticos a toneladas de combustible convencional y tener todos los portadores a una sola unidad de medida y determinar cuál es el principal consumidos de la entidad esto se pudo demostrar en la Tabla 3 que el portador energético que tiene mayor costo en el proceso productivo es la electricidad.

Tabla 2: Conversión de Portadores Energéticos a Toneladas Equivalentes de Petróleo.

Portador	UM	Factor de Conversión	Factor de Conversión
		L/Ton	Ton/TCC
Diesel Regular y Especial (1 litro = 830 g)	L	1178,55	1,0534
Gasolina Regular	L	1367,24	1,3541
Gasolina Especial	L	1360,91	1,3576
Aceites Lubricantes	L	1119,59	1,000

Grasas Lubricantes	Ton	---	
Energía Eléctrica	MWh	---	0,3502

Fuente: Tomado de Despaigne, Lesme, Ruiz (2013).

Tabla 3. Costo de los portadores energéticos en el Aserrío “Pueblo Nuevo”.

Costo de Portadores Energéticos.	U/M	Años			Total
		2016	2017	2018	
Electricidad.	\$	10938,88	10967,71	11792,62	33699,21
Diesel.	\$	9828	9924	10212	29964
Gasolina.	\$	1881,60	1960	2352	6193,60
Aceites y Lubricantes	\$	230	350	425	1005

Fuente: Tomado del Balance, 2019.

Para garantizar la producción de artículos a partir de la madera en bolos, la empresa cuenta con un aserrío primario donde se elaboran los bolos de madera (madera aserrada) y varios aserríos secundarios o carpintería donde se producen los artículos. En la Tabla 4 se presenta la extracción de madera para la industria (Dupuy Jr. *et al.*, 2019) los datos provienen del departamento de producción y es la actividad productiva principal del aserrío en el período 2016-2018.

Tabla 4: Producción de madera aserrada Aserrío Pueblo Nuevo.

Indicadores	UM	Años			
		2016	2017	2018	Total
Madera en Bolo	m ³	22709,9	25246	36832	84787,2
Madera Aserrada	m ³	3123,8	2780,3	3169,3	9073,4
Leña p/combustible	m ³	4116,7	5020,7	4802,6	13940
Carbón vegetal	Ton	18519	19420	18645	56584

Fuente: Tomado del Balance (2019) y Dupuy. Jr. *et al.*, (2019).

Después se modeló en el programa Excel el diagrama de Pareto con la evaluación del comportamiento de los portadores energéticos, a partir de ahí se fijó los costos de esos portados para determinar indicadores de funcionamiento económico utilizando como

herramienta la NC-ISO 50001. Podemos decir también que este programa también se utilizó para determinar la línea base y la línea meta, al evaluar los costos de la electricidad y de madera aserrada en el periodo de tiempo estudiado. Que son las bases fundamentales para determinar los índices de eficiencias y los costos del aserrío. Como resultado de todo lo antes planteado se obtuvieron los índices de patrones y los Índices reales que presentan en la tabla 7 que son el promedio, con los que se calcularon los Indicadores de eficiencia de costo con respecto del aserrío con las ecuaciones que se muestran a continuación en la expresión.

La eficiencia ecológica es la relación entre el costo de los portadores energéticos dado por la línea meta por las emisiones que ello produce y el costo de los portadores energéticos real por las emisiones, según el consumo de portador energético que en este caso es la electricidad, hay que tener en cuenta que en la que se utilizó que ello produce según la ecuación 3, estos resultados están reflejados en la Tabla 8. Para determinar las emisiones de CO₂ se tuvo en cuenta el costo de electricidad y el factor de emisiones reportado por la Unión Nacional Eléctrica 1127 gCO₂/kWh (Colectivo de Autores 2006, Arrastía, 2010) y el total de producción de la entidad en el tiempo estudiado, este índice está dado por la ecuación 4

$$i_{\text{costo}} = \frac{E_{\text{Costo}}}{M_{\text{aserrada}}} \quad (1)$$

Donde:

i_{costo} : Índice de los costos de electricidad de la madera procesada. (\$/m³)

E_{Costo} : Costos totales de la electricidad (\$).

M_{aserrada} : Total de madera aserrada (m³).

Índice de eficiencia de costos del Aserrío utilizando la energía eléctrica.

$$N_e = \frac{I_{\text{ConsPP}}}{I_{\text{ConsRP}}} * 100 \quad (2)$$

Donde:

$I_{\text{cons PP}}$. Índice de consumo promedio patrón (\$/m³).

$I_{\text{cons RP}}$. Índice de consumo real promedio (\$/m³).

Eficiencia Ecológica de la planta.

$$EE = \frac{\text{Consum Recta Melectri} * \text{Emisiones}}{\text{Consum Re alelectri} * \text{Emisiones}} * 100 \quad (3)$$

Donde:

Consum Recta Melectri*Emisiones: Costo de los portadores energéticos dado por la línea meta por las emisiones de CO2 (\$/CO2).

Consum Real electri*Emisiones: costo de los portadores energéticos dados por la línea real por las emisiones de CO2 (\$/CO2).

Índice de emisiones.

$$IES = \frac{EmisionesTotales}{TotaldePr oducción} \quad (4)$$

Donde:

Emisiones Totales: Costo de electricidad debido al factor de emisiones CO2 (Ton \$ de CO2).

Total de Producción: Total de producción de la entidad en el tiempo estudiado (m3).

De acuerdo con las ecuaciones (1 hasta 4) se pudieron determinar los indicadores de eficiencia energética relacionada con los costos energéticos en el periodo estudiado en el centro procesador de madera.

La ecuación 5 se determinar a partir de graficar los costos de la electricidad y la madera aserrada en el periodo estudiado, de estos valores se obtiene una ecuación lineal para las base y la meta.

$$Y = a + bX \quad (5)$$

Donde:

Y. Costos de Electricidad, \$.

X. Producción de madera aserrada, m3

A partir de lo antes planteado se determinaron también los índices de consumo se obtienen dividiendo el consumo de costo energético entre la producción realizada. Los índices de consumos reales son determinados a partir de todos los puntos que conforman la línea base y los índices de consumo patrones son determinado a partir de la línea de meta.

3. RESULTADOS Y DISCUSIÓN

El aserrío pueblo nuevo de Imías tiene un total 4 portadores energéticos fundamentales que se presenta en la Tabla 1 que se encuentra en la metodología, que son consumidos por años en la entidad. Estos forman parte indispensable para su producción de la entidad los mismos se encuentran en diferentes unidades por lo que hace necesario

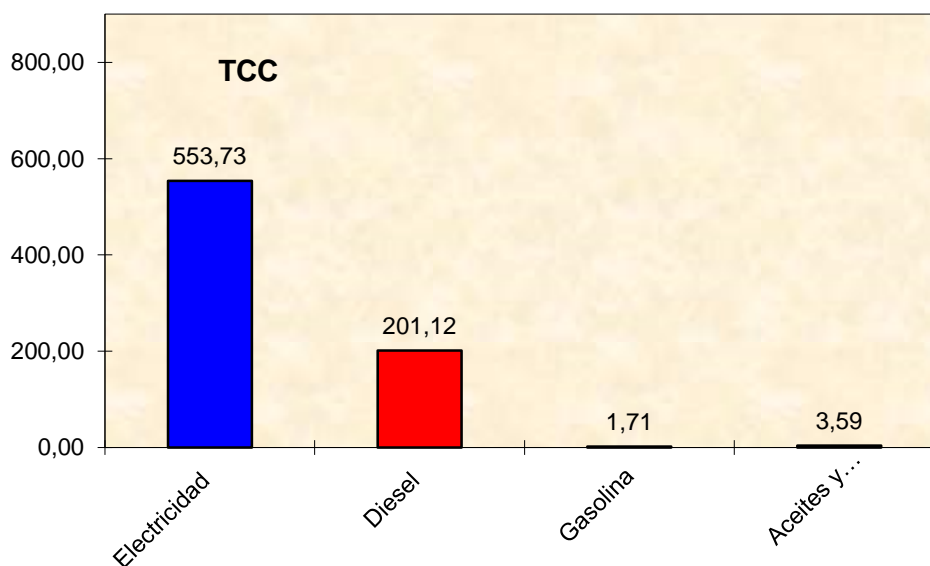
llevar a una sola unidad de medida que sería las Toneladas de Combustibles Convencionales (TCC) como de observa en la Tabla 5 y Figura 1. Resaltando la electricidad con un valor de 553,732 TCC que representa el 72,85 % total de los portadores. Por lo antes planteado se debe trabajar en la disminución de los costos, el portador que mayores gastos representa es la electricidad en la producción del aserrío en el tiempo estudiado.

Tabla 5: Consumo de portadores energéticos del Aserrío Pueblo Nuevo en TCC.

Portadores Energéticos	UM	Años				
		2016	2017	2018	Total	% del Total
Electricidad	TCC	183,32	183,32	186,80	553,73	72,85
Diesel	TCC	65,96	66,61	68,54	201,12	26,46
Gasolina Regular	TCC	0,51	0,54	0,64	1,70	0,22
Aceites y Lubricantes	TCC	0,82	1,25	1,51	3,58	0,47

Fuente: Preparado por los autores (2023).

Figura 1: Diagrama de pareto que representa el consumo de los portadores energéticos en TCC %.



Fuente: Preparado por los autores (2023).

Los costos por consumo de electricidad del aserrío están en función de la cantidad de madera aserrada en el período analizado como se muestran en la Tabla 6 cuyos datos son obtenidos del comprobante de las obligaciones que tiene en centro y es emitido todos los meses. Esto se garantiza a partir del proceso secundario en el aserrío como se observa en la Figura 2 donde se dimensionan la madera según las demandas de los proveedores. Esta producción se garantiza fundamentalmente con energía eléctrica procedente de la red que proviene del sistema eléctrico nacional de Cuba (SEN).

Tabla 6: Costos Electricidad. Vs Madera Aserrada.

Meses	Año 2016		Año 2017		Año 2018	
	Madera Aserrada (m ³)	Costos Electricidad (\$)	Madera Aserrada (m ³)	Costos Electricidad (\$)	Madera Aserrada (m ³)	Costos Electricidad (\$)
Ene.	195,03	750,71	180,2	700,97	196,62	815,9
Feb.	159,01	501,71	230,93	969,9	210,01	850,54
Mar.	289,30	1018,33	243,46	895,93	301,30	1199,17
Abr.	210,53	808,43	190,3	639,4	215,53	784,52
May.	301,4	1109,15	245,3	954,21	309,4	1197,37
Jun.	320,53	1153,9	250,4	996,59	330,53	1206,43
Jul.	351,32	1233,13	261,31	1024,33	371,32	1169,65
Agos.	215,13	774,46	191	806	215,13	871,27
Sep.	282,03	935,05	210	726,6	283,10	993,6
Oct.	306,10	927,46	270	1082,7	265,45	1027,29
Nov.	315,2	1106,35	280	1134	231,02	810,88
Dic.	178,22	620,2	227,3	1036,48	239,89	866,0029
Total	3123,8	10938,88	2780,3	10967,11	3169,3	11792,62

Fuente: Preparado por los autores (2023).

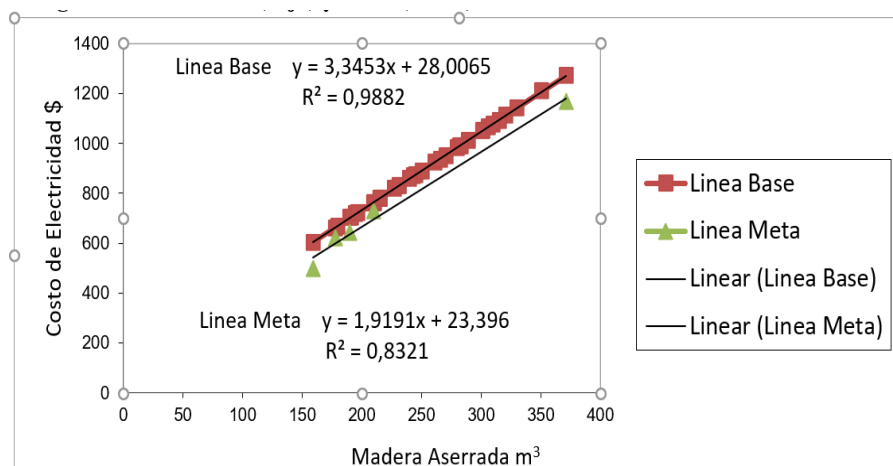
Figura 2: Proceso productivo secundario en el Aserrío Pueblo Nuevo.



Fuente: Preparado por los autores (2022).

La Figura 3 muestra la variación simultánea del costo energético de la electricidad con la producción realizada, permitiendo determinar cuantitativamente el valor de la energía no asociada a la producción, identificar el modelo de variación promedio de los consumos respecto a la producción y constituyen las líneas base y meta de consumo reportados en los valores de la Tabla 6.

Figura 3: Línea base (roja) y meta (verde) de los costos de electricidad.



Fuente: Preparado por los autores (2022).

La Figura 3 muestra que existe una correspondencia lineal del consumo de portadores energéticos todo esto es a partir de lo reportado por la ecuación (5). Donde la R-cuadrada del modelo es de 0,98 para la línea base y 0,8321 para la línea meta, lo cual

significa que hay un ajuste apropiado entre el consumo de portadores energéticos de la empresa y la producción de madera aserrada, dado que estos valores exceden el umbral del 0.6 y se aproxima al valor se uno son muy fuertes (Webster, 2000). Esto nos da una medida que existe una buena relación entre los datos que se están graficando. En la Tabla 7 se presentan los resultados en \$/m³ de madera aserrada según los índices de costo de electricidad Reales y Patrones.

Tabla 7: Índices de costo de electricidad Reales y Patrones.

Meses	Índice de consumo Real (\$/m ³)			Índice de consumo Patrón (\$/m ³)		
	Año 2016	Año 2017	Año 2016	Año 2017	Año 2016	Año 2017
Ene.	23,29	21,52	23,48	15,99	14,78	16,12
Feb.	18,99	27,58	25,08	13,04	18,94	17,22
Mar.	34,55	29,08	35,99	23,73	19,97	24,71
Abr.	25,14	22,73	25,74	17,26	15,60	17,67
May.	36	29,30	36,95	24,72	20,12	25,37
Jun.	38,28	29,91	39,48	26,29	20,53	27,11
Jul.	41,96	31,21	44,35	28,81	21,43	30,45
Agos.	25,69	22,81	25,69	17,64	15,66	17,64
Sep.	33,68	25,08	33,81	23,13	17,22	23,22
Oct.	36,56	32,25	31,70	25,10	22,14	21,77
Nov.	37,65	33,44	27,59	25,85	22,96	18,94
Dic.	21,28	27,15	28,65	14,61	18,64	19,67
Total	373,07	332,06	378,51	256,17	227,99	259,89
Promedio	30,09			20,66		

Fuente: Preparado por los autores (2022).

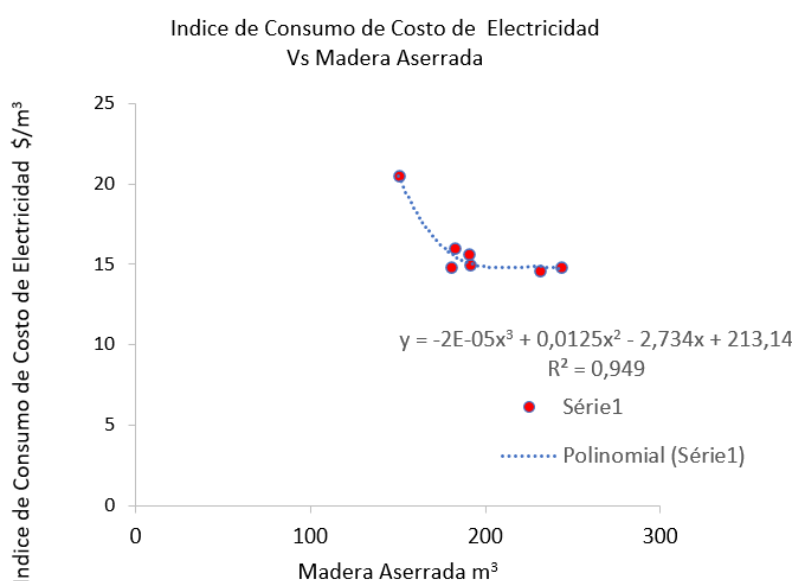
En los valores se indican se obtuvieron a partir del promedio de los indicadores Índice de consumo Real es de 30,09 \$/m³ y Índice de consumo Patrón es de 20,66 que aparecen en la Tabla 7 donde es posible reducir los índices de, con un ahorro de 9,43 \$/m³ de costos de electricidad, que esto representa en 33,66 % del índice de costo de la electricidad.

El gráfico de índice de consumo contra madera aserrada permite definir el valor de la producción a partir del cual el índice de consumo de Costo (IC) no varía o lo hace muy significativamente con la producción (P). La Figura 4 muestra el comportamiento del índice de consumo de energía eléctrica contra la madera aserrada.

Después de realizar un análisis estadístico, teniendo en cuenta un mejor ajuste y filtrado de los datos que se muestran en la Tabla 7. Se pudo conformar la figura 4 donde

se muestra el comportamiento del índice de costo de electricidad contra la madera aserrada. En la misma se observa que a partir de una producción anual de 230,93 m³ de madera aserrada, se obtiene un índice de 14,61\$/m³ de madera aserrada en una curva polinómica grado 3, resaltar que la R- cuadrada es de 0,949 exceden el umbral del 0,6 son muy fuertes (Webster, 2000), el índice de costo tiende a estabilizarse, valor que está en correspondencia con el índice de consumo patrón.

Figura 4: Índice de consumo de costo de eléctrica estable.



Fuente: Preparado por los autores (2022).

Utilizando las ecuaciones anteriormente presentada para los cálculos de \dot{I}_{costo} , N_e , EE y IES , con la electricidad podemos calcular para los costos de la electricidad los resultados se presentan en la Tabla 8.

Tabla 8: Indicadores de Eficiencia Energética.

Indicadores de costos energéticos	Costo de Energía eléctrica
Índice de consumo (I_{costo})	3,714\$ /m ³
Índice de eficiencia energética (N_e)	69%
Eficiencia ecológica (EE)	84%
Índice de emisiones (IES)	10Ton\$ de CO ₂ /m ³

Fuente: Preparado por los autores (2022).

En la definición del índice de consumo ecuación 1 se realizaron comparación con los costos de la electricidad para la producción de la madera aserrada a nivel internacional, por ejemplo, en la Empresa Española Aseport Valencia Sociedad Limitado –Valencia en el año 2005 el índice fue de 3.58 USD\$/m³ estos estudios fueron realizados para los aserríos móviles (Aguilera *et al.*, 2005). Decir que en la Tabla 8 se muestra en el índice de consumo es de los costos de la electricidad se comportó a 3.714 \$/m³, como se aprecia en el lugar estudiado los valores están por encima de los valores antes mencionado este incremento se debe a que la producción en muy alta en estos centros internacionales y llegan a ser más eficientes.

4. CONSIDERACIONES FINALES.

El objetivo del estudio fue determinar los principales indicadores de eficiencia relacionado con los costos de producción de la madera aserrada, a partir del uso de los portadores energéticos. Resaltar que para llegar a los principales resultados del estudio como son los índices de consumo.

Por otro lado, la aplicación de estos indicadores tiene una gran aplicación consecutiva en todos los centros de producción donde se procese madera, ya que nos sirve como una herramienta más para verificar el estado económico de estas instituciones y su comportamiento con el paso del tiempo en una búsqueda de mejoría constate en estos procesos productivos

AGRADECIMIENTO

Actores sociales involucrados. Proyecto de Aplicación de las tecnologías FRE y su sostenibilidad energética en la provincia de Guantánamo.

Empresa Agroforestal Imías por la colaboraron en materia intelectual y datos fundamentales para la conformación del artículo.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, A.; INZUNZA, L.; ALZAMORA, R.; TAPIA, L. (2005). Evaluación del costo de producción para faenas de aserrío portátil. **Revista Bosque**, (26), 2, 2005, 107-114. Disponible em: <https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-92002005000200013>. Acceso en: 6 jul. 2023.

BORROTO NORDELO, A. **Recomendaciones metodológicas para la implementación de sistemas de gestión de la energía según la Norma ISO 50001**. Cuba: UniversoSur. Cienfuegos, Cuba. 2013.

Questão Social: contemporaneidades em ciências aplicadas, educação, economia e política
Thesis Editora Científica 2023

CUBA. **Balance Anual de la Empresa Agroforestal Imías, Guantánamo Periodo (2016-2018)**, Cuba. 2019.

Biomasa Forestal Precio, Coste y Casos Prácticos, 2016. Disponible en: file:///G:/ /44d Biomasa forestal-Precio, coste y casos practicos.pdf . Acceso en: 7 julio. 2023.

Bosques y Energía Green Facts On Health And The Enviroment. 2009. Disponible en: www.greenfacts.org/es/bosques.energia/index.htm. Acceso en: 7 jul. 2023.

DESPAIGNE, W.; LESME, R. J.; RUIZ, O. Disminución de los Portadores y Costos Energéticos en Hospitales Mediante la Aplicación de la Tecnología de Gestión Total y Eficiente de la Energía y la Norma ISO 50001. **II Congreso Internacional de Arquitectura e Ingeniería Hospitalaria**. Ciudad Habana, Cuba, 2013.

DUPUY Jr. *et al.* Cálculo de cantidad de residuos para generación de electricidad utilizando la gasificación de la madera; una solución para mitigar impactos ambientales. **Revista ECOVIDA**. (9).1, 2019, p. 39-46. Disponible en: <http://revistaecovida.upr.edu.cu>. Acceso en: 7 jul. 2023.

WEBSTER, A. L. **Estadística aplicada a los negocios y a la economía**. 3ra Edición. Editorial Irwin McGraw-Hill. 2000.

O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: tecendo uma análise da importância do Assistente Social nas escolas brasileiras

SOCIAL WORK AND CONTEMPORARY EDUCATION: weaving an analysis of the importance of the Social Worker in Brazilian schools

Ana Paula Cordeiro Chaves ¹

¹ Possui Bacharelado Em Serviço Social Pela Faculdade Pan-Amazônica-Fapan, 2016. Possui Especialização Em: Psicopedagogia Institucional Pela Escola Superior Madre Celeste-Esmac. Neuropsicopedagogia Clínica Pela Faculdade IBRA, 2021. Especialização Em Docência No Ensino Superior, Facuminas, 2022. Pós-graduanda em Neurociências, Facuminas. E-mail: paulacordeiroconsultoria@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo científico, traz a lume uma **breve abordagem do Serviço Social no campo da educação brasileira** contemporânea, contextualizando uma análise acerca da importância da profissional nas escolas; perante um processo que sintetiza a identificação e a resolução de fenômenos sociais que afetam o processo de aprendizagem dos alunos. **A metodologia para desenvolver a pesquisa científica** foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, com uma abordagem qualitativa, ou seja, fundamentando sua construção a partir das informações consistentes acerca da temática em discussão no campo da Ciência. **Os resultados** indicam que o Assistente Social desempenha um papel de suma relevância no espaço educacional, independente do sistema (público e privado); onde o profissional se tornou peça fundamental para a garantia do direito a educação, buscando superar os principais desafios da prática de atuação e intervenção.

Palavras-chave: Serviço Social na educação. Prática de intervenção do assistente social. Políticas educacionais. Processo de ensino e aprendizagem. Garantia de direitos.

ABSTRACT

This scientific article, brings to light **a brief approach to Social Work in the field of contemporary Brazilian education**, contextualizing an analysis about the importance of the professional in schools; in front of a process that synthesizes the identification and resolution of social phenomena that affect the learning process of students. **The methodology** to develop the scientific research was carried out through a bibliographic survey, with a qualitative approach, that is, basing its construction on the consistent information about the theme under discussion in the field of Science. **The results** indicate that the Social Worker plays a role of paramount relevance in the educational space, regardless of the system (public or private); where the professional has become a fundamental part for guaranteeing the right to education, seeking to overcome the main challenges of the practice of action and intervention.

Keywords: Social Work in Education. Social worker intervention practice. Educational policies. Teaching and learning process. Guarantee of rights.

1. INTRODUÇÃO

Na abordagem do Serviço Social no campo da educação brasileira contemporânea, contextualiza-se, a partir de uma análise, a importância do profissional neste espaço, diante dos desafios enfrentados pela educação, atuando com a comunidade escolar e intervindo nos diversos contextos sociais que influenciam o ambiente educacional.

O Assistente Social é um profissional que tem sua atuação consolidada em diversos setores da sociedade brasileira, e a educação é um dos campos em que sua presença tem se tornado cada vez mais relevante. Nas últimas décadas, as mudanças no cenário socioeconômico do país e as demandas emergentes no âmbito educacional têm evidenciado a importância dele nas escolas, contribuindo para a promoção de uma educação inclusiva, igualitária e de qualidade (CFESS, 2001).

Desse modo, é de suma relevância refletir sobre o papel do Serviço Social na educação, perante a inserção de um profissional que disponibiliza de estratégias, ações e práticas interventivas, capazes de reforçar o acesso às políticas públicas/educacionais e a defesa dos direitos. Por um processo que promova, não somente a escolarização, a inclusão e o ensino-aprendizagem, mas sobretudo, que fortaleça um espaço de discussão e reflexão acerca das resoluções dessas refrações da questão social (Pereira, 2022).

Perante o exposto, destaca-se, a Assistência Social mediante uma relação expressiva com a educação, ou seja, com a Constituição de 1988- que traz a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 como Política Pública. Diante de uma iniciativa que visa a garantir e concretizar a realização dos direitos, entre eles, o direito à educação; com vista na promoção da inclusão social de famílias dos alunos matriculados na rede educacional, focando, especialmente, nas problemáticas que comprometem a aprendizagem (Machado, 2012).

Em complemento, na promulgação da Lei federal 13.935/2019, vem como um marco relevante para o movimento de luta da inserção do Serviço Social na educação, que visa atuar em parceria com os demais profissionais para construir um ambiente inclusivo e acolhedor. Nesse caso, a lei torna obrigatória a presença do Assistente Social e do Psicólogo nas redes públicas de ensino básico, ou seja, onde esses profissionais integrarão a equipe multiprofissional, objetivando a corroborar para as melhorias de qualidade do processo de ensino e aprendizagem (CFESS, 2020).

Em síntese, o papel do assistente social na educação é essencial, pois a reflexão dessa prática fundamenta uma atuação pautada pela viabilização que procede à garantia

de direitos no processo de inclusão social e educacional, fomentando a cidadania, a autonomia e o desenvolvimento integral dos alunos. Onde as estratégias interventivas do profissional se constituem por ações que reforçam e viabilizam o acesso às políticas de educação, com ênfase na escolarização, estabelecendo a importância da contribuição do Serviço Social com a educação e as demandas desse espaço (Dentz; Silva, 2017).

Neste artigo científico, apresenta-se, uma análise da importância do Assistente Social nas escolas brasileiras, a fim de apresentar as principais dimensões que contextualizam a prática interventiva do profissional nesse espaço, perante o processo de ensino e aprendizagem.

Para a realização da pesquisa em foco, foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica diante de uma abordagem qualitativa, cuja fundamentação teórica é construída a partir das informações consistentes acerca da temática em discussão no campo da Ciência.

Deste modo, as bases de dados eletrônicas utilizadas foram *Scopus*, *Google Scholar* e *Scielo*, utilizando palavras-chave como: “Serviço Social na educação”. “Prática de intervenção do assistente social.” “Políticas educacionais”. “Processo de ensino e aprendizagem.” e “Garantia de direitos”. Foram selecionados artigos de autores clássicos e recentes, publicados de 2001 a 2022, que abordassem o tema proposto, buscando, assim, o alcance de análise e descrição com o intuito de explorar a área de conhecimento diante da identificação de importantes informações e da exposição dos resultados obtidos.

Portanto, a estrutura do trabalho se encontra organizada da seguinte forma: de início se apresenta a introdução; no segundo momento, a Revisão e Literatura com os principais subtópicos que corroboraram para a fundamentação e por fim, as considerações finais, com a discussão dos resultados.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Uma breve contextualização do trajeto histórico do Serviço Social na educação brasileira

Ao contextualizar o trajeto histórico do Serviço Social na educação brasileira, faz-se, o resgate de um sistema marcado por constantes contradições, onde as principais fundamentações são oriundas desse sistema capitalista e suas diversas complexidades.

Sendo assim,

a educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção (CFESS, 2014, p. 16).

Apesar das contradições, este espaço social é fundamental para o desenvolvimento dos sujeitos a partir da aprendizagem, onde as possibilidades de crescimento se estabelecem nesse contexto da educação, constituindo de maneira integral a humanização, socialização e, principalmente, o desenvolvimento do senso crítico (Pereira, 2022).

Diante disso, o Serviço Social começou a se inserir no ambiente escolar na década de 1940, com um caráter assistencialista e de controle social. Ao longo dos anos, o papel do profissional evoluiu, enfatizando a garantia dos direitos sociais e, sobretudo, dando ênfase para a promoção da cidadania. Com a Constituição de 1988, que estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado, o Serviço Social auferiu espaço nas escolas públicas, defendendo o processo de implementação de políticas educacionais inclusivas e equitativas (CFESS, 2001).

Conforme apresenta Machado (2012), essa aproximação entre o Serviço Social e a educação, de fato, se inicia aproximadamente no início dos anos de 1970, especialmente com a articulação com a pedagogia emancipatória e os ideais, escritos e o método de alfabetização de Paulo Freire.

Para Freire (2000), era importante que o espaço escolar estivesse comprometido com um ensino emancipatório, diante das desigualdades, pois

é preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjogue (p. 45).

Nesse sentido, a profissão é inserida na perspectiva da garantia dos direitos, com ênfase no acesso e na ampliação da educação, diante de uma atuação que fora construída e fortalecida, a partir dos princípios do Projeto Ético Político Profissional; em que rede de ensino busca aparato da assistência para as resoluções dessas refrações da questão social. Logo, essa relação expressiva do Serviço Social com a educação brasileira começa a ser edificada a partir da implementação da Constituição de 1988.

Sendo assim, a constituição trouxe como Política Pública a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, diante de uma iniciativa que visa a garantir e concretizar a realização dos direitos, entre eles, o direito à educação; com vista

na promoção da inclusão social de famílias dos alunos matriculados na rede educacional, focando, especialmente, nas problemáticas que comprometem a aprendizagem (Pereira, 2022).

No entanto, a principal concretização dessa iniciativa, foi sacramentada a partir da Lei Federal nº 13.935/2019, visto como um grande marco para a relevância dessa trajetória do Serviço Social na educação, em que, se estabelece a presença obrigatória de Assistentes Sociais nas redes públicas de educação básica, tanto nas escolas de educação infantil quanto nas escolas de ensino fundamental e médio (CFESS, 2020).

A referida legislação, reconhece a importância do trabalho do Assistente Social no ambiente escolar e, busca garantir o direito à educação de qualidade e a promoção da cidadania de crianças e adolescentes. Neste caso, a presença do profissional se constitui como um apoio fundamental para enfrentar os desafios educacionais, especialmente em relação à superação de desigualdades, inclusão social e combate à evasão escolar.

Por isso, que a presente discussão, trouxe o Serviço Social atuando em parceria com as Políticas Públicas Educacionais, em prol do desenvolvimento de ações que visem a garantia do direito à educação, promovendo o acesso e a permanência dos alunos na escola. Ou seja, na promoção do ensino e da educação de qualidades com foco na aprendizagem, para fortalecer o senso crítico, o exercício da cidadania e assim, o aluno poderá usufruir de todos os seus direitos plenos.

Deste modo, a educação consiste no reconhecimento dela como direito humano, sendo positivado mediante a prática de atuação do Assistente Social em parceria com as legislações brasileiras, ou seja, diante da promoção, não somente da aprendizagem, mas da autonomia, cidadania e do desenvolvimento integral, a fim de fortalecer a inclusão, a justiça social e a democratização da educação brasileira.

No subtópico a seguir, será discorrido sobre a importância das políticas públicas para a educação no Brasil à Luz do Serviço Social.

2.2 A importância das Políticas Públicas para a democratização da educação no Brasil à luz do Serviço Social

Segundo Mendes e Reis (2021), as políticas de educação no Brasil integram uma trajetória complexa onde o processo de democratização passa por processos de avanços e recuos, diante de uma diversidade de leis que buscam ofertar uma educação que não se limite ao acesso, mas sim, a permanência do aluno em sala de aula, com uma estrutura

organizacional adequada, metodologias eficientes, qualificação dos professores, gestão, recursos e entre outros.

A Lei n.º 9.394/1996, conhecida popularmente, como a lei de Diretrizes e Bases (LDB), é uma das principais legislações que embasam a educação no Brasil, atuando em consonância com as demais leis, como a Constituição de 1988, por exemplo. É válido mencionar, que a referida legislação (LDB), foi atualizada neste ano de 2023; em que se destaca a importância do desenvolvimento educacional com acesso, e permanência dos alunos, independentemente de sua situação socioeconômica.

Assim, a educação é um direito social, é importante uma ampla gestão para sintetizar a validação da aprendizagem, perante a dignidade humana, garantindo o acesso ao ensino de qualidade e dos demais fatores que corroboram para o exercício pleno da cidadania e o desenvolvimento integral do indivíduo em formação.

Dito isto,

a articulação e a rediscussão de diferentes ações e programas, direcionados à gestão educacional, devem ter por norte uma concepção ampla de gestão que considere a centralidade das políticas educacionais e dos projetos pedagógicos das escolas, bem como a implementação de processos de participação e decisão nessas instâncias, balizados pelo resgate do direito social à educação e à escola, pela implementação da autonomia nesses espaços sociais e, ainda, pela efetiva articulação com os projetos de gestão do MEC, das secretarias, com os projetos político-pedagógicos das escolas e com o amplo envolvimento da sociedade civil organizada (Dourado, 2022, p. 924).

Sendo assim, as Políticas Públicas são ações criadas pelo governo que buscam colocar em prática projetos e programas, que, neste caso, visem a promoção e a garantia de acesso à educação para todas as pessoas. Ressalta-se, a partir dessa análise, é possível mesclar um processo que envolve políticas, legislações, educação e sociedade, havendo a necessidade de atualizações constantes em prol dessa viabilidade da educação básica no Brasil.

Ou seja,

[...] nos últimos anos no Brasil, provocadas pelo agravamento da crise do capital. Neste contexto, a política de educação em seus vários níveis e modalidades vem passando por mudanças significativas, com destaca-se que para as ações de expansão da política que ocorreram no âmbito da educação superior e da educação profissional e tecnológica através da criação e reformulação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dos programas federais criados para a educação superior: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e os vários programas que versam sobre a expansão do acesso e da permanência na educação básica (Ferriz; Barbosa, 2019, p. 16).

Portanto, no que concerne a implementação destas (Políticas Públicas), constitui um processo fundamental, que visa a garantia do acesso à educação de qualidade para todos, diante da relevância do investimento nessas políticas, a fim de melhorar a formação de professores, a infraestrutura das escolas, a qualidade do ensino e a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como pessoas indígenas e com deficiência.

Neste caso, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito social e um dever do Estado, criando diferentes políticas públicas para garantir o acesso à educação de qualidade. A seguir, será discorrido sobre o papel do Assistente Social na escola a partir de suas atribuições.

2.3 O papel do Assistente Social na Escola a partir de suas atribuições

Segundo Queiroz (2023), o trabalho do Assistente Social na escola abrange diversas frentes de atuação, podendo ser responsável por realizar diagnósticos socioeconômicos dos alunos e suas famílias, ou seja, identificando situações de vulnerabilidade e risco social. Além disso, o profissional pode mediar conflitos entre alunos, professores e famílias, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos e a melhoria das relações nesse espaço escolar.

No entanto,

é preciso lembrar que a escola é um dos principais equipamentos sociais de atendimento à população e está localizada em amplos territórios para atender a demanda. Diante da realidade brasileira de desigualdade de acesso a bens e serviços, faz-se necessário articular o conhecimento trabalhado no contexto escolar com a realidade social dos alunos, ou seja, com seus problemas e necessidades sociais, para além da sala de aula (Klazura; Cardoso, p. 104).

Vale lembrar, que um dos desafios identificados (a partir da análise da revisão de literatura) na realidade das escolas no cenário brasileiro é, justamente, a mudança de uma ideologia estagnada na sociedade, nessa alteração da concepção de ensino e do papel da escola enquanto instituição social.

Busca-se, uma escola democrática, pluralista, que valorize a diversidade frente às problemáticas sociais enfrentadas pelo educador e pelo educando, diante desse processo, mediante a importância de implementar o Assistente Social como forma para articular os serviços da rede educacional, visando a garantia de direitos dos alunos (Pereira, 2022).

As mudanças que vem ocorrendo no âmbito da educação no Brasil, “aumentaram, sem sombra de dúvida, as requisições por profissionais do Serviço Social para atuar na execução de programas e projetos, bem como na gestão da política de educação” (Ferriz; Barbosa, 2019, p. 16).

Em presença, dos marcos relevantes, essenciais para o exercício profissional, as transformações que incidem na política educacional em relação ao Serviço Social, são resultados de uma luta a longo prazo, que desde 1990, com as questões de articulação de rede, com equipes multidisciplinares, o assistente social, vem se mantendo mais presente, com a sua atenção ampliada às expressões da questão social apresentadas na escola (Klazura; Cardoso, 2022).

Porém, destaca-se, que o profissional enfrenta desafios da prática de atuação, interferindo no trajeto de efetivação das ações desse trabalho, pois apesar dos avanços significativos dos marcos históricos, o Assistente Social ainda não possui seu reconhecimento valorizado na educação, em que, sua intervenção se articula com outros serviços da assistência social e da rede educacional, buscando a garantia do acesso a programas sociais e ações integradas que visem o bem-estar dos estudantes (Ferriz; Barbosa, 2019).

Conforme ressalta o documento do CFESS (2020), duas das principais atribuições da (o) Assistente Social nas redes públicas de educação básica, sintetizam:

Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade; 2. Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos (às) estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do (a) adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos (p. 31).

Deste modo, essa atuação na escola, é pautada pelas atribuições profissionais, orientadas pelo Código de Ética do Serviço Social, classificada como legislação específica da profissão. Pois, o papel do assistente envolve diversas frentes, sendo algumas das principais atribuições, mediante a análise a realidade socioeconômica dos alunos e suas famílias, identificando situações de vulnerabilidade social, risco pessoal e social que possam interferir no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes (Klazura; Cardoso, 2022).

Ressalta-se,

que o profissional de Serviço Social inserido na escola não substitui os profissionais da área, mas o assistente social atua subsidiando e auxiliando os profissionais a enfrentarem as múltiplas expressões da questão social que se apresentam no cotidiano do trabalho (Queiroz, 2023, p. 10).

Além disso, o profissional acompanhará de forma consistente os alunos e suas famílias, a fim de estabelecer uma relação de acolhimento e confiança, ou seja, visando atender as necessidades, problemas e potencialidades; é essencial orientar o público em intervenção sobre recursos e políticas sociais disponíveis.

Intervindo nos conflitos em prol do fortalecimento dos vínculos entre os diferentes atores da comunidade escolar, favorecendo um ambiente propício ao aprendizado, encaminhando para os programas e benefícios disponibilizados pela Assistência Social, efetivando o acesso aos recursos que garantem a educação, o pleno desenvolvimento do aluno e entre outros (CFESS, 2001).

Assim sendo, essas atribuições mostram que o Assistente Social possui um papel indispensável no ambiente escolar, atuando com vista na garantia e, especialmente, na efetivação do direito à educação, a inclusão social dos estudantes e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Sua presença corrobora para uma educação mais igualitária, acessível, comprometida e justa com o desenvolvimento pleno dos alunos.

No próximo subtópico, será apresentado os principais casos de intervenção do Assistente Social na escola.

2.4 Os principais casos de intervenção do Assistente Social na escola

Diante dos principais casos, apresenta-se, exemplos reais de intervenções realizadas por Assistentes Sociais em escolas brasileiras, identificando como suas ações têm contribuído para a melhoria do ambiente escolar, com o intuito de fortalecer a viabilização do acesso à educação, mas sobretudo, enfrentando as situações problemas que ameaçam o processo de aprendizagem.

Ressalta-se, que é importante

fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes (CFESS, 2020, p. 32).

Esse trabalho é desempenhado por práticas que embasam a diversidade na escola, ou seja, intervindo em diferentes situações que requerem sua intervenção. Por exemplo,

o combate à evasão escolar e a promoção da inclusão social; esses casos práticos evidenciarão o impacto positivo que a presença do profissional de Serviço Social pode ter no contexto educacional (Pereira, 2022).

Segundo Santos (2015), é possível apresentar alguns dos principais casos de intervenção do Assistente Social na escola:

Combate à evasão escolar: uma atuação do profissional pautada na identificação das causas da evasão escolar, a fim de desenvolver estratégias para combater essa problemática; buscando entender os motivos que levam os alunos a faltar às aulas e, em conjunto com a equipe pedagógica, propor ações para incentivar a permanência dos estudantes na escola.

Casos de violência e abuso: o profissional intervém em situações de violência, abuso ou negligência contra os alunos, informando os órgãos competentes, acionando medidas de proteção e apoio às vítimas, além de buscar o envolvimento de toda a comunidade escolar na prevenção e enfrentamento dessas situações.

Acompanhamento sociofamiliar de alunos em situação de vulnerabilidade: o profissional realiza o acompanhamento de alunos que vivem em situações de vulnerabilidade socioeconômica e familiar. Podendo envolver visitas domiciliares, entrevistas com a família, identificação de necessidades e encaminhamento para programas sociais e serviços que visem o apoio e a promoção do bem-estar da criança ou adolescente.

Orientação e encaminhamento para serviços e programas sociais: orientando os alunos e suas famílias sobre os serviços e programas sociais disponíveis, como bolsas de estudo, auxílio alimentação, benefícios sociais, entre outros. Além de realizar os devidos encaminhamentos para esses serviços, garantindo o acesso dos estudantes às políticas sociais e educacionais.

Mediação de conflitos entre alunos, pais e professores: atua na mediação de conflitos no ambiente escolar, buscando promover o diálogo e a resolução pacífica de problemas entre estudantes, professores e familiares; corroborando uma relação e um ambiente mais harmonioso e favorável ao aprendizado.

Assim sendo, o profissional desempenha uma atuação em articulação com outros serviços da assistência social, saúde, justiça e educação, buscando criar uma rede de apoio para atender às demandas dos alunos e suas famílias de forma integrada e efetiva. A seguir, apresenta-se, as considerações finais, com a discussão dos resultados desse artigo científico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se, a partir da análise deste artigo científico, que o Assistente Social desempenha um papel de suma relevância no espaço educacional, independente do sistema (público e privado); onde o profissional se tornou peça fundamental para a garantia do direito a educação, buscando superar os principais desafios da prática de atuação e intervenção.

Sendo assim, essa atuação vai muito além da intervenção pautada na assistência, envolve, na verdade, a complexidade de um trabalho que embasa a defesa dos direitos sociais; em prol da promoção da cidadania e, na construção de uma educação mais inclusiva e democrática.

Apesar dos avanços referentes ao trajeto do Serviço Social na educação, o profissional ainda enfrenta desafios em sua atuação nas escolas brasileiras, a falta de reconhecimento de sua importância por parte de alguns gestores e a sobrecarga de demandas são obstáculos, que podem comprometer a efetividade de suas ações. Ademais, a precariedade de recursos e a desigualdade social, também impactam o trabalho do Assistente Social na escola.

Nesse sentido, a presença do Assistente Social nas escolas se mostra imprescindível diante dos desafios enfrentados pelo sistema educacional, pois a desigualdade social, a violência, a evasão escolar, as dificuldades socioeconômicas das famílias e as demais questões complexas, exigem uma atuação qualificada e comprometida com o bem-estar dos alunos e o fortalecimento da comunidade escolar.

Perante a relevância de um trabalho, embasado nas Políticas Públicas, em consenso com as legislações, o Assistente Social desempenha um trabalho voltado para promoção de uma educação mais justa, inclusiva e igualitária.

Em suma, a Lei Federal nº 13.935/2019 foi um marco importante ao garantir a presença obrigatória do Assistente Social nas escolas públicas de educação básica, reconhecendo a relevância dessa profissão no contexto educacional brasileiro. No entanto, é necessário avançar ainda mais, garantindo recursos e condições adequadas para que o profissional possa desenvolver suas atribuições de forma efetiva.

Portanto, esse trabalho precisa ser valorizado e reconhecido, assim como sua atuação interdisciplinar com outros profissionais da educação, na construção de parcerias entre o Serviço Social e a educação, em que, se torna essencial para que os desafios sejam enfrentados de forma integrada e com foco na inclusão e efetivação dos direitos dos

alunos, diante uma rede de proteção e apoio, contribuindo para a construção de um futuro mais promissor para todos os estudantes.

Ressalta-se, a importância de mais pesquisas na linha referida, com vista no compartilhamento do conhecimento com a comunidade científica e acadêmica. Pois, este artigo científico fundamenta de forma significativa pesquisas futuras no campo da ciência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e, sobretudo, a minha família: esposo, João Guilherme e minhas filhas Guilhermina e Gabriela, pelo apoio e segurança de sempre. A minha trajetória profissional, tem se tornado um grande desafio, desde o momento que escolhi enveredar pelo viés da pesquisa, afinal, essa contribuição é muito importante para a ciência, para a comunidade acadêmica e profissional.

Sou Assistente Social, especializada na área da educação, com ênfase na Psicopedagogia Institucional, Neuropsicopedagogia Clínica e Docência no Ensino superior; atuo na consultoria acadêmica há quase 6 anos, percebo a necessidade do incentivo as pesquisas. Por isso, que resolvi fomentar esse processo tão expressivo para o crescimento pessoal e profissional.

Portanto, este artigo científico, é uma breve contribuição para o Serviço Social na educação, em especial, a nossa prática de atuação neste espaço perante as nossas atribuições, diante de um processo fundamental que submerge a aprendizagem e o direito a educação.

REFERÊNCIAS

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. CFESS, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação**. CFESS, 2001. Disponível em: [SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/SS_na_Educacao(2001).pdf) ([cfess.org.br](http://www.cfess.org.br)) Acesso em: 03 de agosto de 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social; Conselho Federal de Psicologia-CFP. **Psicólogas (os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019**. Brasília: CFP; CFESS, 2020.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Estratégias de intervenção do serviço social nas políticas de escolarização: uma análise contemporânea. *Revista de Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 695-710, jul./set., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201702152155> Acesso em: 19 de maio de 2023.

DOURADO, L.F. **Políticas E Gestão Da Educação Básica No Brasil: Limites E Perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: [Rev100_05ARTIGOS.pmd \(scielo.br\)](#) Acesso em: 22 de maio de 2023.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; BARBOSA, Mayra de Queiroz. **Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação**. EDUFBA, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. UNESP, 2000. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogiada-indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

KLAZURA, M.A.; CARDOSO, R.M.X. As expressões da questão social no cotidiano escolar e as contribuições do serviço social na escola. **Caderno Humanidades em**

MACHADO, A, M, B. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social & Sociedade**, p. 151-178, 2012.

MENDES, Luciana Canário; DOS REIS, Deyse Almeida. Políticas públicas de educação inclusiva no Brasil e na Bahia: avanços e recuos. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e5110312989-e5110312989, 2021.

PEREIRA, S.C. **O PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E A INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: Uma breve análise do Sistema Educacional no Município de Limeira/SP**. *Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas*. 2022, f.2-80. **Perspectivas**, Curitiba, v. 6, n. 15, p. 103-122, 2022.

QUEIROZ, Luzenir. **O serviço social e a política pública de educação: a importância da atuação do assistente social no campo da educação**. 2023.

SANTOS, Sara Margarida Catumba dos. **O serviço social no sistema educativo**. 2015. Dissertação de Mestrado. Disponível em: Repositório do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa: O serviço social no sistema educativo (iscte-iul.pt) Acesso em: 03 de agosto de 2023.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES: perspectivas e desafios

ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND COMMUNICATION IN ORGANIZATIONS: perspectives and challenges

Adriano Charles Silva Cruz ¹

¹ Professor Associado do Departamento de Comunicação Social, do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Processos Institucionais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2085-302X> Lattes ID: lattes.cnpq.br/3052471951752715 E-mail: adrianocruzufnr@gmail.com

RESUMO

Este artigo teórico investiga o uso da Inteligência Artificial (IA) na comunicação das organizações, contemplando os dilemas, conflitos éticos e potencialidades associados a essa tecnologia emergente. Por meio de uma revisão bibliográfica, analisamos estudos relevantes para compreender como a IA impacta a comunicação interna e externa das organizações. Observamos que essa tecnologia possui o potencial de otimizar as rotinas de comunicação, mas também levanta questões éticas relacionadas à privacidade e à segurança dos dados. Ao final, destacamos a importância de uma abordagem crítica dessa tecnologia emergente.

Palavras-chave: Ética na comunicação. Governamentalidade algorítmica. Organizações contemporâneas. Estudos midiáticos.

ABSTRACT

This theoretical article investigates the use of Artificial Intelligence (AI) in organizational communication, considering the dilemmas, ethical conflicts, and potentialities associated with this emerging technology. Through a literature review, we analyze relevant articles and studies to understand how AI is impacting both internal and external communication within organizations. We observe that this technology has the potential to optimize communication routines, but it also raises ethical concerns related to data privacy and security. In conclusion, we emphasize the importance of a critical approach to this emerging technology.

Keywords: Ethics in communication. Algorithmic governmentality. Contemporary organizations. Media studies.

1. INTRODUÇÃO

A rápida evolução da Inteligência Artificial tem transformado a forma como as organizações se comunicam com seus públicos de interesse, os *stakeholders*, trazendo consigo uma série de benefícios e desafios, em um cenário de disrupção. Pretendemos

discutir os limites e as possibilidades da nova tecnologia, a partir de uma revisão bibliográfica-documental.

De início, é preciso ressaltar que toda Inteligência Artificial é produzida por algoritmos computacionais, sequências de instruções ou procedimentos escritos que permitem ao computador realizar tarefas específicas.

Apesar de ter sido concebida na década de 1950 e já ser tema de discussão acadêmica e científica há décadas, o debate sobre as possibilidades e limites dessa tecnologia ganhou destaque na discussão pública nos últimos meses.

Até 2012, o avanço no campo era considerado relativamente lento, mas com o desenvolvimento do método de IA conhecido como “rede neural artificial”, inspirado no funcionamento do cérebro humano, houve um rápido progresso nas pesquisas. Essa rede é uma abordagem de *deep learning*, aprendizado profundo, que permite que os computadores processem dados e aprendam habilidades identificando padrões estatísticos de forma eficiente.

As redes têm sido muito bem-sucedidas em tarefas como reconhecimento de imagens, processamento de linguagem natural e jogos. Temos, por exemplo, os assistentes virtuais domésticos, como a *Siri* (Apple) e *Alexa* (Amazon), que utilizam essas camadas de neurônios artificiais para entender e responder aos comandos dos usuários.

Embora presente no cotidiano¹, a Inteligência Artificial ganhou destaque nos noticiários com a popularização do *Chat GPT*, lançado em 30 de novembro de 2022, que permite que os usuários, por meio de *prompts*, produzam textos e imagens² por meio de algoritmos de *machine learning*. Segundo a revista Exame (2023), o Brasil é o quinto país do mundo que mais visitou o *chat*, representando 4,3% do tráfego mundial, indicando um crescente interesse da população em relação à IA. À frente, ficaram os Estados Unidos (19,5%), Alemanha (5,9%), França (5,7%) e Índia (4,7%), os dados foram coletados pela plataforma *Semrush*, em janeiro de 2023. A página desse *chatbot*, de uso gratuito, registrou um total de 863 milhões de acessos em todo o mundo. Esse crescimento é atribuído à explosão de informações e à crescente popularidade da inteligência artificial na mídia.

¹ Serviços de streaming, como *Netflix*, *Prime Video* e *Spotify*, empregam IA para analisar hábitos de visualização e audição dos usuários. Redes sociais e aplicativos de reconhecimento facial também utilizam a tecnologia para oferecer conteúdo relevante aos usuários. Esses algoritmos também estão presentes nos Sistemas de Tradução Automática, nos aplicativos de reconhecimento facial e até nos filtros de spam dos e-mails, que identificam e separam mensagens indesejadas.

² As imagens são produzidas por descrição de texto pelo site DALL-E, modelo de IA em larga escala também desenvolvido pela *OpenAI*.

O *Chat GPT* é uma inteligência artificial generativa³, desenvolvido pela empresa americana *OpenAI*, que tem a capacidade de aprender padrões complexos de comportamento por meio do acesso a um extenso banco de dados. Essas IAs generativas elaboram textos e imagens com uma interface e usabilidade intuitivas, acessíveis a qualquer usuário, em um contexto de transformação da audiência em *prosumers*⁴ (JENKINS, 2008), engajados e atuantes nas redes sociais digitais.

Diante dos impactos que a tecnologia emergente aporta, o Parlamento Europeu avança nas discussões para aprovar leis que regulamentem o seu uso. Enquanto nos Estados Unidos, líderes da indústria e especialistas pediram uma pausa no desenvolvimento dessa tecnologia disruptiva para uma avaliação mais cuidadosa dos riscos e dilemas morais envolvidos (UOL, 2023).

Os especialistas solicitaram a suspensão, por seis meses, do desenvolvimento de novas tecnologias mais potentes de IA até que sejam implementados sistemas de segurança e monitoramento com novas entidades reguladoras e métodos que auxiliem a diferenciação entre o real e o artificial. E, também, que se desenvolvam políticas e legislações capazes de lidar com a "potencial perturbação econômica e política que a tecnologia causará". (UOL, 2023).

Em 30 de maio de 2023, segundo o *The New York Times*, mais de 350 executivos, pesquisadores e engenheiros da área expressaram, por meio de uma carta aberta, preocupação com os rápidos avanços da Inteligência Artificial e apontaram, no limite, o risco de extinção da humanidade. Os signatários comparam as ameaças do mau uso da IA às pandemias e às guerras nucleares. Assinaram o documento os *CEOs* de três das principais empresas da área: Sam Altman, da *OpenAI*; Demis Hassabis, do *Google DeepMind* e Dario Amodei, da *Anthropic*. (Roose, 2023).

No dia 3 de julho de 2023, a Volkswagen celebrou seus 70 anos com uma grande festa no Ginásio do Ibirapuera (SP), onde utilizou a tecnologia para emocionar os espectadores nas arquibancadas. Na campanha publicitária, a montadora alemã trouxe a cantora Maria Rita e sua falecida mãe, Elis Regina, que interpretaram juntas a música

³ Quando escrevemos esse texto, em julho de 2023, as IAs generativas mais populares eram *DALL-E*; *Midjourney*; *Github Copilot*; *GPT-3* e *GPT-4*; *Jasper*; *Bing Chat*; *Google Bard* e o *Chat GPT*.

⁴ *Prosumers* são usuários especializados que contribuem com suas opiniões, preferências e experiências às organizações para o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Eles se unem em comunidades virtuais, onde compartilham comentários, críticas, aprimoramentos e outras sugestões sobre produtos, processos e serviços.

Como nossos pais, de Belchior, enquanto guiavam os modelos antigos e novos de Kombis.

A campanha gerou polêmica nas redes sociais, dividindo opiniões entre os que se emocionaram com a evocação de símbolos nostálgicos e os que criticaram a ressurreição digital de personalidades falecidas, questionando também o envolvimento da montadora com a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), uma causa que Elis Regina sempre combateu (ESTADÃO, 2023). Além disso, o contexto da propaganda e os direitos autorais foram amplamente debatidos. A participação póstuma de Elis foi viabilizada pela técnica *deepfake*, que utilizou cenas de arquivo e Inteligência Artificial para criar o dueto entre mãe e filha.

Partimos do pressuposto de que a comunicação é um dos pilares fundamentais de qualquer organização, influenciando a cultura, a confiança e as relações com usuários e colaboradores. Dessa maneira, a Inteligência Artificial, por meio de algoritmos, oferece inúmeras soluções para automatizar e aprimorar processos comunicacionais, permitindo maior velocidade, agilidade, eficiência e aperfeiçoando a interação humano-máquina.

No entanto, à medida que a IA ganha destaque nas estratégias das organizações, surgem preocupações éticas relacionadas à privacidade dos dados, manipulação de informações e a ampliação das desigualdades sociais. Diante dessa conjuntura, este artigo objetiva analisar os impactos da tecnologia na comunicação organizacional contemporânea, destacando os dilemas e conflitos associados ao seu uso, bem como explorando suas potencialidades na melhoria das práticas de comunicação interna e externa.

A metodologia adotada neste estudo se baseia em uma revisão bibliográfica, que permite a análise crítica de artigos, estudos e relatórios disponíveis no Google Acadêmico, abordando a temática do uso da IA na comunicação das organizações. A busca pela literatura relevante foi realizada utilizando as palavras-chave: "Inteligência Artificial *and* comunicação organizacional". Em razão da atualidade do tema, verificamos que a literatura acadêmica ainda é escassa, quase a totalidade dos trabalhos está escrita em língua inglesa.

As referências foram avaliadas para garantir a confiabilidade e fidelidade das informações personalizadas deste artigo. A análise abrangeu estudos acadêmicos, relatórios de pesquisas, artigos e matérias jornalísticas na interface entre os campos da comunicação e da inteligência artificial.

2. A IA ENTRE POSSIBILIDADES E DILEMAS

Uma pesquisa realizada, em fevereiro de 2021, pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), envolvendo 164 empresas de diferentes portes e segmentos, constatou que 76% das entrevistadas acreditavam que a Inteligência Artificial teria um impacto significativo na competitividade de seus negócios. A maioria das empresas que participaram da pesquisa pertencem aos setores da indústria de transformação e de Tecnologia da Informação e Comunicação. Embora realizado antes do lançamento dos *chatbots* mais populares, o levantamento já apontava as perspectivas da tecnologia para inovação.

Em junho de 2023, a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE), divulgou uma pesquisa destacando a importância da IA e dos algoritmos nos próximos três anos para as organizações. O estudo contou com a participação de 135 empresas, incluindo aquelas associadas e não associadas, provenientes de diferentes regiões do Brasil e representando uma ampla diversidade de tamanhos e setores econômicos. Os resultados da pesquisa indicaram que a comunicação organizacional⁵ enfrentará uma transformação impulsionada por tecnologias como a Inteligência Artificial (40%), aplicativos (36%) e algoritmos (24%). (ABERJE, 2023).

De fato, a rápida evolução da Inteligência Artificial tem impulsionado uma nova geração de processos comunicacionais, onde *chatbots* e assistentes virtuais são amplamente utilizados para interagir com os usuários, fornecendo suporte e informações em tempo real; isso resulta em maior satisfação e maior eficiência operacional.

Schenk (2021) aponta que a Inteligência Artificial pode reduzir as assimetrias de informação e promover uma comunicação eficiente, levando a uma maior satisfação e produtividade dos colaboradores das organizações.

Yin (2023) identificou que o uso de assistentes de voz inteligentes (IVA) pode melhorar o suporte, capital psicológico e o bem-estar dos trabalhadores, no contexto chinês. Os colaboradores demandam que o IVA dê suporte às atividades laborais e esclareça dúvidas, incentive-os à execução das tarefas e possibilite um canal efetivo com os gestores⁶.

⁵ Engloba todas as organizações, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor.

⁶ O que nos leva a refletir sobre a necessidade de humanização do trabalho e pensar em formas mais horizontais de gestão.

A IA tem sido empregada para aprimorar as práticas comunicacionais, como a automatização do envio de informações aos colaboradores, agendamento de reuniões e elaboração de relatórios. Além disso, permite a análise de dados para identificar padrões de comportamento e engajamento dos colaboradores, permitindo estratégias mais eficazes para a motivação da equipe e para o aumento da produtividade.

Soares (2023, p. 3) exemplifica a importância dos *chatbots* na melhoria dos processos de comunicação internos:

O "Microsoft Teams Bot Framework" foi criado, para permitir que os funcionários interagissem com um assistente virtual que pudesse ajudá-los a realizar diversas tarefas, tais como o agendamento de reuniões, elaboração de respostas a perguntas frequentes, e fornecimento de informações acerca de operações na empresa. Para além disso, o chatbot foi personalizado para atender às necessidades específicas de cada equipa ou departamento, tornando a comunicação interna mais eficaz.

Marchetti et. al. (2001) propõem uma abordagem baseada em Inteligência Artificial para apoiar a comunicação em organizações de saúde, que pode permitir que elas armazenem, recuperem e apliquem a experiência coletiva e o *know-how* de seus membros e compartilhem com outras organizações colaboradoras.

Blikstein *et al.* (2023) apontam a importância da Inteligência Artificial no monitoramento das redes sociais digitais com o objetivo de identificar possíveis crises midiáticas e analisar o sentimento dos usuários em relação a marcas e produtos. Também, ressaltam a utilização dos recursos de segmentação para impulsionar mensagens de publicidade e relações públicas, alcançando o público-alvo de forma mais precisa e eficiente. E, por fim, acreditam que a tecnologia pode auxiliar na identificação de comunidades de interesse e dos principais influenciadores presentes nas redes sociais para criar conteúdo relevante para essas audiências específicas.

Pavlik (2023) se concentrou no contexto do jornalismo e da educação para a mídia. Este trabalho encontrado analisa diretamente o modelo de linguagem do Chat GPT que, segundo o autor, pode ser aplicado para melhorar a produção de conteúdo jornalístico e para enriquecer o ensino de habilidades midiáticas. O estudo apresenta *insights* sobre como o uso de sistemas de IA generativa pode ser benéfico para jornalistas ao ampliar suas capacidades criativas e acelerar o processo de redação das notícias. Todavia, são consideradas as preocupações éticas e desafios em relação ao uso responsável e transparente da inteligência artificial no contexto midiático

A partir da literatura acadêmica, podemos sintetizar algumas das principais possibilidades da tecnologia emergente na comunicação organizacional.

Tabela 1: Possibilidade da Inteligência Artificial.

As organizações podem analisar os dados dos usuários das redes sociais, entender suas preferências individuais e recomendar produtos e serviços, <i>emails</i> segmentados e experiências de usuário sob medida.
Melhorar os serviços de tradução automática, permitindo que as organizações se comuniquem efetivamente com parceiros em diferentes idiomas e regiões.
Sintetizar conteúdo como resumos de notícias e as principais atualizações de produtos e serviços.
Analisar dados e <i>insights</i> , identificar tendências e padrões para embasar as estratégias de comunicação e as pautas de interesse da mídia tradicional, comentários e engajamentos da audiência.
Segmentar audiências, agendar postagens em redes sociais, rastrear o seu desempenho e realizar ajustes em tempo real para melhorar os resultados.
Monitorar as mídias sociais para prevenir crises de reputação.
Atender aos usuários com rapidez, por meio de <i>chatbots</i> e assistentes virtuais, para fornecer suporte e responder a perguntas, especialmente as demandas mais comuns e repetitivas.

Fonte: Autoria própria (2023).

Todavia, o crescente uso da tecnologia na comunicação organizacional levanta preocupações éticas e morais. Com a coleta massiva de dados para alimentar os algoritmos de aprendizado, há o risco de violação da privacidade das pessoas. As *Big Techs* coletam e classificam uma grande quantidade de dados pessoais e comportamentais para abastecer seus sistemas, construir e treinar algoritmos, otimizando o engajamento e personalizando as experiências da audiência, isso resulta em lucros substanciais para essas plataformas, no contexto do capitalismo neoliberal. Todavia, quando o uso de dados ocorre sem o devido consentimento ou transparência, pode-se infringir os direitos de privacidade.

Os algoritmos desenvolvidos por essas grandes empresas de tecnologia também têm o poder de tomar decisões que afetam diversos aspectos da vida das pessoas, desde o agendamento das notícias à representação de grupos sociais.

A matemática que os computadores usam para tomar decisões está definitivamente se infiltrando em cada aspecto de nossas vidas, inclusive em nossas escolhas culturais e sociais. Google, Twitter, Facebook, Spotify, Netflix, Amazon e grandes grupos de mídia como o The New York Times e o Washington Post fazem uso recorrente de algoritmos para personalizar buscas e conteúdos diariamente para seus usuários, lucrando com o oferecimento de seus dados rastreados para empresas interessadas em vender algum tipo de produto em suas plataformas (Raposo, 2018, p. 41).

É preciso atentar ainda para o fato que os sistemas de inteligência são treinados com base em dados algorítmicos que podem refletir preconceitos e desigualdades presentes na sociedade. Isso pode levar a decisões discriminatórias e injustas, perpetuando estereótipos e aprofundando disparidades, especialmente no Brasil, constituído historicamente a partir de desigualdades econômicas e assimetrias sociais e identitárias.

Os algoritmos não são neutros, uma vez que refletem os dados e os critérios que foram utilizados por humanos em sua concepção. Conforme alerta Noble (2021, p. 18), esses vieses podem ser opressivos às minorias sociais:

Parte do desafio de compreender a opressão algorítmica é perceber que as formulações matemáticas que guiam as decisões automatizadas são feitas por seres humanos. Embora frequentemente pensemos em termos como big data e algoritmos como sendo benignos, neutros ou objetivos, eles são tudo menos isso. As pessoas que definem essas decisões detêm todos os tipos de valores, muitos dos quais promovem abertamente racismo, sexismo e noções falsas de meritocracia, o que está bem documentado em estudos sobre o Vale do Silício e outros corredores de tecnologia.

Assim, em todo mundo, governos e especialistas defendem a adoção de leis que mitiguem essa verdadeira “algocracia” (ANEESH, 2009).

Além disso, a manipulação de informações também é uma questão delicada, pois a Inteligência Artificial pode ser utilizada para propagar *fake news*, polarizando opiniões e influenciando comportamentos. A disseminação de desinformação pode prejudicar a imagem e a credibilidade das organizações.

Eitel-Porter (2021) argumenta que os princípios e estruturas éticas da IA não são suficientes para garantir o uso responsável nas organizações, pois não são obrigatórios. Há uma série de problemas estruturais que envolvem desenvolvimento apressado, falta

de entendimento técnico e garantia de qualidade inadequada. Nesse contexto, as organizações americanas desenvolvem uma série de princípios para minimizar problemas morais e decisórios. Todavia, o autor defende que se faz necessário um processo de governança sólida para gerenciar esses processos e criar auditorias, supervisionada por um conselho de ética interno, ou seja, não pode prescindir da participação humana. Dessa forma, a efetivação de uma política de Responsabilidade Digital Corporativa deve reduzir os riscos e limitar a governamentalidade algorítmica.

Em áreas sensíveis como segurança e saúde, algoritmos podem ser responsáveis por decisões que afetam vidas humanas. A questão ética, portanto, reside na atribuição de responsabilidade em caso de decisões e falhas nos processos.

Kerr et al. (2020), a partir de uma análise dos documentos públicos no Reino Unido que estruturam as expectativas da sociedade em torno da inteligência artificial, identificam que há uma divergência significativa entre as expectativas sociais sobre os aspectos éticos e as formas pelas quais essas tecnologias são atualmente usadas e governadas em sistemas de comunicação em larga escala. As principais críticas envolvem os potenciais impactos negativos da tecnologia contemporânea no emprego, na democracia e na igualdade social. Os autores concluem que, na prática, as organizações projetam e aplicam Inteligência Artificial, mas há ambiguidade sobre a responsabilidade dos impactos e as sanções que podem ser impostas.

Stahl (2022) mostra que embora as organizações estejam altamente conscientes do debate sobre a ética da nova tecnologia, elas fazem uso de apenas uma subseção relativamente pequena das estratégias de mitigação propostas na literatura.

Sintetizamos as principais questões e dificuldades apontadas na pesquisa:

Tabela 1:Desafios da Inteligência Artificial.

A coleta massiva de dados pode levantar preocupações com a privacidade e segurança dos usuários e colaboradores.
Os algoritmos são alimentados com dados históricos e podem reproduzir esses vieses, levando a decisões discriminatórias ou injustas.
O uso da tecnologia para criar conteúdo falso e enganoso, como <i>deep fakes</i> e desinformação, pode prejudicar a reputação das organizações.
A automação de tarefas de comunicação pode levar a uma perda de conexão humana com os públicos, diminuindo a empatia e a compreensão das necessidades individuais.

A personalização dos conteúdos e do atendimento aos usuários pode parecer impessoal e inautêntica
A adoção generalizada das tecnologias pode excluir aqueles que não têm acesso ou não estão familiarizados, aumentando as desigualdades sociais.
A atribuição de responsabilidade por decisões tomadas por sistemas baseados em algoritmos pode ser um desafio. É importante estabelecer claramente quem é responsável por supervisionar e garantir que as ações estejam em conformidade com os valores éticos da organização

Fonte: Autoria própria (2023).

Por fim, é importante ressaltar que comunicar é um processo simbólico complexo que envolve nuances de emoções e sentimentos que a máquina ainda não consegue alcançar: “Quando se introduz a comunicação na esfera das organizações, o fator humano, subjetivo, afetivo, relacional e contextual constitui um pilar fundamental para qualquer ação comunicativa produtiva e duradoura” (Kunsch, 2022, p. 25). Dessa forma, o uso da tecnologia emergente não deve relegar os processos de humanização das organizações. A velocidade do processamento de dados pode levar a melhorias nos processos comunicacionais, mas também gerar um esgotamento do colaborador e a excessiva dependência dessas ferramentas.

Com a capacidade de gerar uma grande quantidade de conteúdo rapidamente, a IA generativa pode contribuir para a sobrecarga de informações dos trabalhadores da área. É importante ressaltar que vivemos em uma etapa da modernidade caracterizada pela exigência de desempenho e performances internalizadas, o que gera um esgotamento biopsicofísico nos sujeitos. (Han, 2015).

As pessoas podem sentir-se sobrecarregadas com uma quantidade excessiva de dados para processar, o que pode levar a exaustão mental e emocional, o “tecnoestresse”. Segundo Paula e Cappelloza (2021, p. 122), “os indivíduos também podem sentir a necessidade de estar sempre conectados e forçados a responder qualquer demanda do trabalho em tempo real”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos pressupostos apresentados, fica claro que a Inteligência Artificial potencializa a eficiência da comunicação organizacional, mas também apresenta desafios e limitações significativas.

Este artigo foi escrito nos primeiros meses de contato com esse cenário disruptivo, onde a tecnologia emergente se avoluma, se desenvolve exponencialmente e deve impactar a forma como as organizações se comunicam internamente e externamente. Essa é, portanto, uma reflexão inicial que não esgota a discussão, mas aponta caminhos para futuras pesquisas, incluindo as de caráter empírico.

É imprescindível que as organizações usem a tecnologia com uma abordagem cautelosa e estratégica, considerando suas possibilidades e limites. Ao entender e aproveitar os pontos fortes, como automação de tarefas repetitivas e análise de grandes conjuntos de dados, enquanto se atenta às suas limitações, como vieses preconceituosos e falta de empatia, as organizações têm a tarefa de garantir que os algoritmos sejam transparentes, éticos e equitativos.

A IA não deve ser vista como uma substituição completa do trabalho humano na comunicação organizacional. Embora seja eficaz em tarefas repetitivas e de baixo nível, o trabalho conjunto entre humanos e máquinas tende a proporcionar os melhores resultados em termos de eficiência e criatividade.

As empresas devem estar atentas, também, à segurança de suas informações e políticas de proteção de dados para evitar danos em caso de ataques cibernéticos. Em um contexto do capitalismo neoliberal é preciso que os interesses sociais sejam protegidos por legislação e políticas públicas.

A interpretação incorreta de mensagens humanas pela Inteligência Artificial é um desafio que pode levar a mal-entendidos e crise de reputação nas organizações. A falta de compreensão de nuances linguísticas, como ironias, elipses e subentendidos, pode afetar negativamente a interação entre a organização e seus *stakeholders*.

Entendemos que gestão de comunicação integrada (Kunsch, 2022) é fundamental para o sucesso das organizações. A tecnologia pode ser uma ferramenta valiosa nesse contexto, mas é apenas uma parte do panorama geral. A união de todas as estratégias comunicacionais, incluindo comunicação interna e administrativa, mídia tradicional, redes sociais digitais, propaganda e *marketing*, é essencial para um processo coeso e eficiente.

À medida que a tecnologia se torna mais sofisticada, é preciso entender como ela toma decisões e atribuir responsabilidade por suas ações se torna um desafio ético importante para todo o conjunto da sociedade. A transparência na criação e no funcionamento dos algoritmos também é fundamental para evitar decisões obscuras e injustas.

Os dilemas apresentados são complexos e multifacetados, exigindo discussões e reflexões contínuas, para além do campo da comunicação organizacional. São desafios que envolvem a própria existência da humanidade, conforme afirmaram pesquisadores da área.

A colaboração entre especialistas, pesquisadores, governos e a sociedade em geral é crucial para enfrentar os desafios e garantir que a Inteligência Artificial seja usada para melhoria das organizações e da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABERJE, R. P. **Inteligência Artificial, aplicativos e algoritmos vão moldar o futuro da Comunicação, revela pesquisa da Aberje**. Disponível em: <<https://www.aberje.com.br/inteligencia-artificial-aplicativos-e-algoritmos-vaio-moldar-o-futuro-da-comunicacao-revela-pesquisa-da-aberje/>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

ANEESH, A. **Global labor: algocratic modes of organization**. *Sociological Theory*, v. 27, n. 4, p. 347–370, dez. 2009.

BLIKSTEIN, I.; FERNANDES, M.; COUTINHO, M. A inteligência artificial na comunicação corporativa. *GV-EXECUTIVO*, v. 22, n. 2, 15 jun. 2023.

EMBRAPII. **Pesquisa de Percepções do Empresariado sobre a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Inteligência Artificial**. Disponível em: <https://embrapii.org.br/wp-content/images/2021/05/Pesquisa-EMBRAPII_Cena%CC%81rio-IA-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2023.

EITEL-PORTER, Ray. “Beyond the Promise: Implementing Ethical AI”. *AI and Ethics*, vol. 1, n° 1, fevereiro de 2021, p. 73–80.

ESTADÃO. **“Volta” de Elis Regina em vídeo gera espanto e debate; entenda a onda de uso de IA com cantores mortos**. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/cultura/musica/volta-elis-regina-comercial-debate-entenda-onda-uso-ia-cantores-mortos-nprec/>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

EXAME. **Brasil é um dos países que mais usa o ChatGPT, mostra ranking**. Disponível em: <<https://exame.com/tecnologia/brasil-e-um-dos-paises-que-mais-usa-o-chatgpt-mostra-ranking/>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

KERR, Aphra, et al. “Expectations of Artificial Intelligence and the Performativity of Ethics: Implications for Communication Governance”. *Big Data & Society*, vol. 7, n° 1, janeiro de 2020, p. 1-11.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Estratégias comunicativas nos processos de parcerias para implementação da Agenda 2030 da ONU. *Organicom*, vol. 19, n° 39, novembro de 2022, p. 16–31.

Questão Social: contemporaneidades em ciências aplicadas, educação, economia e política
Thesis Editora Científica 2023

MARCHETTI, Diego; LANZOLA, Giordano; STEFANELLI, Mario. An ai-based approach to support communication in health care organizations. In: **Conference on Artificial Intelligence in Medicine in Europe**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2001.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão**: como o Google fomenta e lucra com o racismo. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

PAULA, R. T. V. DE; CAPPELLOZZA, A. Relações do tecnoestresse e neuroticismo na Síndrome de Burnout. **Revista Organizações em Contexto**, v. 17, n. 33, p. 117–135, 31 ago. 2021.

PAVLIK, John V. Collaborating with chatGPT: Considering the Implications of Generative Artificial Intelligence for Journalism and Media Education. **Journalism & Mass Communication Educator**, vol. 78, n° 1, março de 2023, p. 84–93.

RAPOSO, João Francisco. **Governança algorítmica e publicização das marcas**: estudo de casos sob o paradigma da propagabilidade no ambiente numérico do Facebook. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2018.

ROOSE, K. A.I. Poses “Risk of Extinction,” Industry Leaders Warn. **The New York Times**, 30 maio de 2023.

SCHENK, A. Von. Predictably Satisfied: Contributions of Artificial Intelligence to Intra-Organizational Communication. **SSRN Electronic Journal**, 2021.

SOARES, M. Impacto do Chat GPT na sociedade. **The Trends Hub**, n. 3, 26 jun. 2023.

STAHL, Bernd Carsten, et al. “Organisational Responses to the Ethical Issues of Artificial Intelligence”. **AI & SOCIETY**, vol. 37, n° 1, março de 2022, p. 23–37.

YIN, Bin; SHU-QI, Wu. Enhancing organizational communication via intelligent voice assistant for knowledge workers: The role of perceived supervisor support, psychological capital, and employee wellbeing. **Frontiers in Communication**, vol. 7, janeiro de 2023, p. 1-11.

UOL. **Elon Musk e centenas de especialistas pedem pausa em desenvolvimento de IA**. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/afp/2023/03/29/elon-musk-e-centenas-de-especialistas-pedem-pausa-em-desenvolvimento-de-ia.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

RELAÇÕES DESIGUAIS E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL:

um recorte de classe e raça

UNEQUAL RELATIONS AND POPULATION AGING:

a class and race perspective

Patrícia Barbosa dos Santos¹
Anne Karoline Sousa de Souza²
Nilcilene Nunes Barbosa³
Bruna da Silva Rodrigues⁴
Mariana de Ávila Santos⁵
Giovanna Mattos de Almeida Oliveira⁶
Halana Symere Vieira de Araújo⁷
Jamile Josiane Sampaio Silva⁸
Victoria Martins Moraes de Sousa⁹
Nathália Gabrielle Santos Barbosa¹⁰
Milena de Sousa Marques¹¹
Milena Cordeiro de Freitas¹²

¹ Graduada em Serviço Social. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Orcid ID <https://orcid.org/0000-0002-8055-9028> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0715556651758425> . Email: pattyjpeg@gmail.com.

² Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0005-5552-7461> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0715556651758425> Email: annekarolinessousaa@gmail.com.

³ Bacharel em Serviço Social. Universidade da Amazônia (UNAMA). Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0005-7470-5286> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5728563424118972> E-mail: nilcilenebarbosa622@gmail.com.

⁴ Graduanda em Serviço Social. Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera (PR). Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-6589-1091> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0634150784273693> E-mail: as.brunarodrigues@gmail.com.

⁵ Bacharel em Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe (UFS). Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0000-3611-7823> Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/3095637981537622> e-mail: avilamaris3@gmail.com.

⁶ Assistente Social. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFF). Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0009-2616-2351> Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/8435810835810389> E-mail: giovannaoli72@gmail.com.

⁷ Graduanda em Serviço Social. Faculdade Santa Helena - FSH. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-5247-676X> Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/0760670912197058> E-mail: halanasymere7@gmail.com.

⁸ Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal da Bahia- UFBA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0001-6537-093X> Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/4015286796954752> E-mail: jamilersp2@gmail.com.

⁹ Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0212-1327> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4939668641193423> E-mail: victoriamoraes22@gmail.com.

¹⁰ Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0001-9267-1578> Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/3458438554079854> E-mail: nathaliaagsb@gmail.com.

¹¹ Graduanda em Serviço Social. Centro Universitário Leonardo da Vinci. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1201-180X> Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/8946252233449203> Email: mylenasousamarques89@gmail.com.

¹² Assistente Social. Faculdade Cearense (FaC). Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0208-9400> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/591386286083973> Email: diariodoseso@gmail.com.

RESUMO

Sabe-se que o processo de envelhecimento é transpassado pelos marcadores sociais de classe, raça e gênero, os quais, interferem de forma incisiva na qualidade de vida dessas pessoas tendo em vista as diversas expressões da questão social que os afetam. Diante disso, este estudo possui como objetivo identificar como os marcadores de classe e raça podem perpassar o processo de envelhecimento da população negra. Quanto aos aspectos metodológicos, teve de uma abordagem qualitativa com o tipo de pesquisa sendo uma Revisão Integrativa de Literatura, que foi realizada através das bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os resultados apontaram que o processo de envelhecimento é um fenômeno estrutural pautado em raízes escravocratas, que são influenciadas através da desigualdade econômica, racial e de gênero. Além disso, concomitantemente à promoção de um envelhecimento saudável, percebe-se a necessidade de tentar desconstruir estigmas historicamente criados em torno da velhice, atrelando-a a uma conotação negativa, de enfermidade e inutilidade. Assim, fica evidente que investir na valorização das pessoas idosas contribui para a redução da desigualdade social e da supervalorização da juventude dentro de um modo de produção capitalista explorador e excludente.

Palavras Chaves: Envelhecimento. Idosos. Qualidade de vida.

ABSTRACT

It is known that the aging process is permeated by social markers of class, race and gender, which incisively interfere with the quality of life of these people considering the different expressions of the social issue that affect them. Given this, this study aims to identify how class and race markers can permeate the aging process of the black population. As for the methodological aspects, it had a qualitative approach with the type of research being an Integrative Literature Review, which was carried out through the databases of the Virtual Health Library (VHL) and the periodical portal of the Coordination for the Improvement of Level Personnel Higher Education (CAPES). The results showed that the aging process is a structural characteristic based on slave roots, which are influenced by economic, racial and gender inequality. Furthermore, concomitantly with the promotion of healthy aging, there is a need to try to deconstruct stigmas historically created around old age, linking it to a negative connotation of illness and uselessness. Thus, it is clear that investing in the valorization of elderly people contributes to the reduction of social inequality and the overvaluation of youth within an exploitative and exclusionary capitalist mode of production.

Keywords: Aging. Elderly. Quality of life.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista o longo período de escravidão no Brasil, o qual, estendeu no Brasil por mais de 300 anos e que mesmo ao seu final, teve suas características absorvidas pelo novo sistema. Isto é, o capitalismo a fim de perpetuar a subalternização da população

negra privilegiou estrangeiros e pessoas brancas para o mercado de trabalho com o processo de higienismo, relegando a população negra aos sub-trabalhos, os colocando às margens da sociedade durante muitos anos, o que originou as atuais periferias (IPEA, 2011).

Dessa forma, é evidenciado que tais acontecimentos históricos refletem e perpassam as relações sociais da atualidade, sendo possível estabelecer a premissa que, o processo de envelhecimento é transpassado pelos marcadores sociais de classe, raça e gênero, os quais, interferem de forma incisiva na qualidade de vida dessas pessoas tendo em vista as diversas expressões da questão social que os afetam.

Em virtude disso, os idosos em diferentes camadas, segmentos e classes sociais, experienciam e vivenciam a velhice de forma diferente, em destaque para a população envelhecida da classe trabalhadora, que conforme a autora enfrentam “a reprodução e ampliação das desigualdades sociais, constituindo o envelhecimento do trabalhador uma das expressões da questão social na sociedade capitalista” (Teixeira, 2008).

Essa nova realidade implica tanto a abrangência de formulação de políticas públicas para a velhice, como a necessidade de percepção por parte do Estado que o processo de envelhecimento se inicia ao nascer, e por isso os sujeitos devem ser alvo de políticas sociais por toda a trajetória de vida para que quando envelheçam, tenham uma boa qualidade de vida.

A velhice é expressa, então, como uma manifestação da Questão Social, ao ser indissociável do debate acerca do trabalho, da exploração capitalista, da expropriação dos meios de produção, do tempo de vida dos trabalhadores e de suas necessidades (Teixeira, 2008). Assim, é necessário um olhar atento às expressões da Questão Social para além da desigualdade econômica, inserindo-se assim o debate sobre raça e gênero.

Segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população acima de 60 anos deverá dobrar até o ano de 2042, chegando a ser 24,5% da população brasileira. Além disso, houve um aumento de 32,4% na população que se declarou preta e, no ano de 2021, havia cerca de 95,6 homens para cada 100 mulheres no Brasil.

Dessa forma, esses dados apontam para uma nova realidade na configuração da população brasileira, que requisita assim maior aprofundamento nas discussões sobre o processo de envelhecimento e sua heterogeneidade. Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo se voltou para identificar como os marcadores de classe e raça podem perpassar o processo de envelhecimento da população negra.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo a abordagem de pesquisa utilizada foi a qualitativa, que para Minayo (2002) responde questões particulares, que não podem ser quantificadas e trabalha com um universo múltiplo de significados, crenças, valores e atitudes. Com o propósito de obter um trabalho com maior rigor científico, realizou-se uma Revisão Integrativa de Literatura, que consiste em identificar, sintetizar e analisar o conhecimento de uma determinada temática já estabelecida (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Para o levantamento dos artigos, fez-se necessário realizar buscas nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na intenção de obter um melhor resultado para a pesquisa foram utilizados nas buscas os seguintes descritores e suas combinações através dos operadores booleanos: “Envelhecimento”, “Envelhecimento populacional”, “População Negra”, “Raça”, “Classe Social”, e “Desigualdade”. Além disso, ressalta-se que essa busca ocorreu durante o mês de agosto de 2023.

Ademais, os critérios de inclusão consistiram em selecionar os estudos dos últimos 10 anos (2013-2023), gratuitos e na língua portuguesa, a fim de responder o objetivo proposto. Como critério de exclusão foram descartados os estudos fora do período delimitado, estudos pagos, duplicados, estrangeiros e oriundos da literatura cinzenta.

Após pesquisa nas bases foram encontrados 269 estudos no Portal CAPES e 100 estudos na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Deste quantitativo, foram incluídos 07 artigos seguindo os critérios de busca anteriormente citados e após leitura dos títulos e resumos dos respectivos trabalhos. O debate dos estudos selecionados será realizado no tópico a seguir.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando os 07 artigos selecionados, abaixo estarão uma síntese das principais informações destes estudos.

Quadro 1. Artigos selecionados.

ANO	TÍTULO	OBJETIVO	METODOLOGIA
2022	A idade chega para todas as pessoas? Interloquções entre trans-identidade de gênero, envelhecimento e serviço social	Analisar a produção de conhecimento sobre as especificidades do envelhecimento de pessoas trans e suas interloquções com o serviço social.	Método de pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica sistematizada e análise de dados.
2021	Discursos sobre os idosos, desigualdade social e os efeitos das medidas de distanciamento social em tempos de covid-19	Discutir os efeitos da covid-19 na saúde de idosos, considerados principal grupo de risco nesta pandemia	Pesquisa bibliográfica.
2021	O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise	Analisar os indicadores do envelhecimento sob o prisma de classe social fundamentalmente, o da classe trabalhadora.	Método lógico bibliográfico.
2020	O luxo do futuro. Idosos LGBT, teologias heteronormativas e futuro viáveis	Análise de um interlocutor - Mauricio, 62 anos, gay, cisgenero, classe média-baixa - sobre os impactos do surgimento no Brasil das noções de “idosos LGBT” em suas expectativas (individual e coletiva) de futuro e concepções sobre o curso da vida.	Pesquisa bibliográfica.
2019	Percepção acerca do envelhecimento saudável e das questões raciais	Descrever a experiência da convivência com idosos com um olhar sobre as questões	Estudo qualitativo, descritivo, tipo relato de experiência.

		raciais e o envelhecimento saudável.	
2019	Desigualdades sociais em indicadores de envelhecimento ativo: estudo de base populacional	Analisar desigualdades em indicadores de envelhecimento ativo, segundo raça/cor, escolaridade, renda e posse de plano de saúde entre 986 idosos participantes do Inquérito de saúde de Campinas, São Paulo, 2014/2015.	Estudo transversal, de base populacional.
2014	O envelhecimento populacional brasileiro e a evolução dos direitos assistenciais ao idoso	Analisar o envelhecimento populacional brasileiro e a evolução dos direitos assistenciais ao idoso no decorrer do século XX e início do século XXI.	Abordagem qualitativa, método descritivo e técnica de revisão bibliográfica.

Fonte: Autores (2023).

Mediante a análise feita dos 7 (sete) artigos, observou-se a conversação entre alguns métodos utilizados nos trabalhos. Sendo 2 (dois) de revisão bibliográfica, 3 (três) de abordagem qualitativa, 3 (três) de pesquisa bibliográfica, 2 (dois) de método descritivo e 1 (um) estudo transversal. Em conformidade a isso, os artigos apresentam relações multifacetadas do envelhecimento populacional, sobre uma ótica de vulnerabilidade.

Desse modo, os artigos permeiam discussões do envelhecer atrelado a pessoas trans, classe social, noções de idosos LGBT, desigualdade segundo raça/cor, escolaridade, renda e plano de saúde, evolução dos direitos sociais e assistenciais ao idoso. Esses resultados serão expostos através dos seguintes tópicos: “Velhice, envelhecimento e desigualdade social: Um debate necessário”, “Preconceito na velhice e a luta pelo direito de envelhecer com dignidade” e “As políticas do Estado brasileiras para população idosa”.

3.1 Velhice, envelhecimento e desigualdade social: um debate necessário

Sabe-se que o processo de envelhecimento é uma etapa inerente à vida humana que está relacionada a fatores demográficos, sociais e econômicos, sendo este debatido em duas perspectivas: a primeira que associa o processo de envelhecimento como algo natural considerando os avanços tecnológicos como fator condicionante da longevidade, enxergando como processo linear e homogêneo, já a segunda como um processo situado nos marcos históricos da sociedade, negando a perspectiva do envelhecimento natural, concebendo-o como produto histórico e heterogêneo polarizado nas relações de classe, visto que é sobre a classe trabalhadora incide um processo de envelhecimento diferenciado (Escorsim, 2021).

Assim, envelhecer na sociabilidade capitalista onde a juventude tem papel central e é sempre priorizada, representa um grande desafio, é perceptível o descaso para com a pessoa idosa ao associá-la a doença, a dependência, e a fragilidade, e isso é homogeneizado de tal forma ao ponto que vem gerando na sociedade uma atitude discriminatória para com esse grupo geracional.

O envelhecimento é um processo biopsicossocial, imanente a qualquer ser humano, “mas que não é uma característica exclusiva aos seres humanos, uma vez que o 83 mesmo é próprio a todo ser vivo e, no caso da espécie humana, se desenvolve independente de sua classe social, raça, etnia, religião e sexo” (Bruno, 2009, p. 121), assim, o envelhecimento é um fenômeno multidimensional, variando de acordo com questões socioeconômicas, culturais, raciais e de gênero.

Trata-se, portanto de um fenômeno heterogêneo e que sofre influências de múltiplas determinações, a depender do momento histórico, sendo, portanto uma construção social, multidimensional e histórica, e que perpassa diversas dimensões da vida social: biológica, cronológica, econômica, política, social e cultural.

Se os velhos constituem um, é evidente que nesta sociedade o indivíduo vale pela sua capacidade produtiva, ou pelo quanto pode comprar. Queira ou não, a velhice é um processo natural do ser vivo; uma série de fatores, também determinados pelo modo de produção capitalista, corrobora esse fenômeno (Benedito, 2017, p.219).

Assim, em se tratando da sociedade brasileira, faz-se necessário entender o envelhecimento enquanto inserido em uma sociedade sob a égide de relações coloniais escravocratas, em um processo de intensa desigualdade econômica, racial e de gênero.

Além disso, envelhecer ainda é algo muito temido pela humanidade, tanto é que ao longo dos tempos o homem vem se dedicando a encontrar uma maneira de retardar o processo de envelhecimento, a exemplo dos avanços na área da saúde e estética que proporcionaram e proporcionam estratégias de combate ao envelhecimento, como nos mostra Mascaro (2004), há uma negação do envelhecer humano, à medida que se tenta combatê-lo, encobri-lo e adia-lo por meio das mais variadas estratégias e disfarces. A busca pela perfeição do corpo tem se tornado uma verdadeira obsessão.

Nunca se cuidou tanto do corpo e da aparência física como agora. Um corpo bonito, bronzeado, esbelto, ágil, saudável e principalmente jovem é exibido com prazer. Nega se o envelhecimento, combatendo o, encobrendo o e recalçando seus sinais mediante inúmeras estratégias e disfarces... hoje tentamos adiar o envelhecimento cuidando da saúde, prevenindo as doenças que chegam com o desgaste do organismo e fazendo uso dos recursos da indústria da beleza e do rejuvenescimento (Mascaro, 2004, p. 21).

Desse modo, o significado social sobre o processo de envelhecimento assume diferentes papéis a depender de contextos sócio-históricos e políticos, em determinadas sociedades, é fenômeno. Seu valor social na sociabilidade capitalista será demarcado principalmente a partir do lugar que ocupa na sociedade e seu grau de importância dentro do processo de produção e reprodução das relações sociais e seu valor de uso para o capital (Escorsim, 2021).

Assim, inseridos em uma sociabilidade onde valoriza-se a juventude, o individualismo, competitividade, a capacidade produtiva, a velhice representam justamente o oposto à ideologia dominante. Assim, a velhice é analisada sob a ótica das concepções burguesas de mundo, descolada da realidade, baseando-se na efemeridade, na acumulação e apropriação privada da riqueza socialmente produzida, insere-se a velhice em um contexto desumanizador das relações sociais. Portanto, todas essas incidências recaem sobre o modo como se envelhece e afetando diretamente a saúde dessa população, sobretudo sua saúde mental.

3.2 Preconceito na velhice e a luta pelo direito de envelhecer com dignidade

Considerando o que vem sendo debatido ao longo deste estudo, o envelhecer é uma etapa natural do ser humano, no entanto, na nossa sociedade ser velho na maioria das vezes significa ser excluído de vários lugares sociais, sobretudo no mundo do trabalho, extremamente valorizado na sociabilidade capitalista. Portanto, a velhice é uma

fase natural da vida onde a sua experiência varia dependendo de fatores como saúde, contexto social, econômico e cultural. Além disso, muitos sofrem com discriminação, preconceitos, desigualdades psicossociais e até mesmo violência ao longo de suas vidas e isto pode desencadear certas consequências, como o isolamento social. A pessoa idosa, aos poucos, muda a aparência, a memória já não é mais como antes, muda-se as relações sociais e emocionais (Henning, 2020)

No entanto, não se pode afirmar que a pessoa idosa perca sua capacidade de amar e de ter uma vida sexual. Essa característica se torna ainda mais marcantes quando se tratam de idosos negros ou de idosos que fazem parte da comunidade LGBTQIA+, pois enfrentam desafios únicos em decorrência a identidade de gênero/ sexual e ao mesmo tempo a idade avançada. Os idosos que fazem parte da comunidade homoafetiva compartilham experiências de vida marcadas por estigmatização, discriminação e luta por direitos ao longo das mudanças sociais e, além disso, as teleologias heteronormativas, que se refere à tendência de muitas sociedades em assumir que o desenvolvimento humano e as relações devem seguir um padrão heterossexual, pode levar à invisibilidade e marginalização das identidades e relacionamentos não heterossexuais (Henning, 2014).

Sendo assim, observa-se que, ao se tratar de questões que dizem respeito à sexualidade, ela passam a ser discutidas com adolescentes e adultos, mas na velhice é um assunto que é um tabu a ser discutido e superado. Desta maneira, criam-se estigmas e questões que a pessoa idosa não tem com quem comentar, pois vira um preconceito entre os próprios idosos e faz com eles reprimam essa necessidade, ainda mais quando se trata de sentir desejo por uma pessoa do mesmo sexo.

Com isso, na velhice, pode ser opressivo para os idosos LGBTQIA+, já que suas experiências de vida e relações foram e podem ser desconsideradas ou negadas, inclusive, pelos próprios idosos, tendo em vista a vivência em uma época opressora. Portanto, é necessária uma atenção para este tema, através de sensibilização, educação e políticas que incluam esta parcela da população para que tenham uma vida com dignidade e respeito, além de promover igualdade de direitos através da criação de redes de apoio social, onde eles podem compartilhar experiências, interagir socialmente e receber assistência adequada, além de incentivar a participação dos idosos ativamente, combatendo o isolamento social.

Assim, destaca-se que ao promover espaços inclusivos e sensíveis à diversidade, é possível construir um futuro em que idosos que fazem parte da comunidade homoafetiva possam envelhecer com dignidade, bem-estar e integração na sociedade (Henning, 2020).

Portanto, é visto a importância sobre este debate, pois a sexualidade é fundamental para uma qualidade de vida boa, não importando sua idade. Desta maneira, ao passar informações sobre a sexualidade, quebrará barreiras, construirá conhecimentos sobre a temática e irá acabar com os mitos e desinformações a respeito.

Além do que se coloca acerca da comunidade afetiva, se mostra também pertinentemente o racismo e a discriminação racial durante o processo de envelhecimento incisivamente sobre este grupo, para além do mundo do trabalho, isso porque, o isolamento social deste grupo se mostra ainda mais acentuado, o que leva a um habitat de falta de autoestima, dificuldades nas relações interpessoais e a própria efemeridade de suas vidas.

Diante disso, apesar de tantos avanços em relação ao aumento da expectativa de vida da população, a violência contra esse grupo geracional tem crescido consideravelmente. O próprio conceito de velhice ligado a depreciação, a doença, a perda da força de trabalho, aumenta ainda mais o processo de violência que é própria da sociabilidade capitalista, o próprio Estado nega o idoso quando não efetiva os seus direitos garantidos na constituição.

3.3 As políticas do estado brasileiro para população idosa

De acordo com Costa e Tomaz (2014) afirmam que ao longo do século passado até o presente, aconteceram grandes avanços e mudanças nas legislações da assistência e garantia de direito à pessoa idosa. Tendo em vista o crescente número de idosos na população, gera-se ainda mais a necessidade de nortear políticas e ações de inclusão voltadas à assistência para esse grupo, pois, muitos não possuem o devido conhecimento e acesso ao seu direito de fato.

Assim, é de extrema relevância que o governo consolide e amplie direitos à inclusão e a sociedade faça o seu papel em promover ações apontadas a esse grupo, respeitar o cidadão idoso para que esses tenham uma garantia e efetividade de uma melhor qualidade de vida e envelhecimento saudável relevante. Segundo Castilho (2011, p. 137):

a dignidade da pessoa humana está fundada no conjunto de direitos inerentes à personalidade da pessoa (liberdade e igualdade) e também no conjunto de direitos estabelecidos para a coletividade (sociais, econômicos e culturais). Por isso a dignidade da pessoa humana não admite discriminação, seja de nascimento, sexo, idade, opiniões ou crenças, classe social e outras.

Dessa forma, faz-se necessário pontuar a importância de se debater acerca das políticas da pessoa idosa, onde tem-se como as principais voltadas para o público idoso, a

Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, que manifestam ações inovadoras usadas como referência na abordagem do idoso, mas ainda assim precisa-se reforçar a sua continência, gerando-se uma redução de maus-tratos, violência contra esse grupo etário e denúncias, para que assim, gere resultados pertinentes em suas garantias, uma melhor relação entre idoso, família e sociedade.

Andrade *et al.*, (2019) destacam a importância dos objetivos da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, em mediação com os fatores que levam ao processo de adoecimento físico e mental dos idosos; sendo necessário a intervenção e atuação dos profissionais mediante as políticas públicas um dos tripés para que se tenha de fato um envelhecimento saudável, principalmente no que concerne respeito aos idosos negros e LGBTQIA+.

Portanto, se posta, que, as políticas públicas face ao envelhecimento social e ao sistema capitalista se coloca como uma mediação, reafirmação e intervenção na abordagem das ações inovadoras usadas para com os idosos; ainda que se perceba uma necessidade de avanços pertinentes na garantia e viabilização de direitos aos idosos e suas famílias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o processo de envelhecimento é natural e individual, porém perpassado pelas determinações societárias, que influenciam no estilo de vida dos indivíduos. Dessa forma, transita no campo de expressões da questão social na medida em que os impactos do funcionamento do modo de produção capitalista afetam de forma mais negativa os grupos populacionais marginalizados, isto é, que não são valorizados em sua totalidade pelas instâncias sociopolíticas e econômicas.

Destaca-se que quando há uma mudança na dinâmica populacional, com a população idosa crescendo em um ritmo acelerado, cobra-se do Estado intervenções para responder eficientemente às demandas emergentes por saúde, previdência social, educação, assistência social, lazer etc. O foco é voltado para a garantia de um envelhecimento saudável, baseado na autonomia, independência e inclusão social, evitando assim discriminações, preconceitos e violências contra essa população.

Além disso, concomitantemente à promoção de um envelhecimento saudável, percebe-se a necessidade de tentar desconstruir estigmas historicamente criados em torno da velhice, atrelando-a a uma conotação negativa, de enfermidade e inutilidade. Assim, fica evidente que investir na valorização das pessoas idosas contribui para a redução da

desigualdade social e da supervalorização da juventude dentro de um modo de produção capitalista explorador e excludente.

Nesse sentido, é fundamental compreender o processo de envelhecimento como fenômeno estrutural pautado em raízes escravocratas, da desigualdade econômica, racial e de gênero. Dado que se apresenta também como fenômeno multidimensional e multifacetado, partindo de condicionantes sob a égide do capital e suas relações de produção e reprodução social, levando em consideração que o indivíduo quando não pertencem mais a um padrão estereotipado de juventude produtiva, perde a sua funcionalidade face ao trabalho bem como na sociedade.

Soma-se a isso, o lugar de fala que tais indivíduos são submetidos, pois não sendo mais hábil para o mercado, para vender sua força de trabalho, também perde-se a essência de possibilitar aos indivíduos viver uma vida digna, tráfegando assim, longe dos seus direitos e sendo negligenciados pela ausência de políticas públicas para responder suas necessidades sociais. Assim sendo, é imperioso desconstruir estigmas relacionados à velhice, bem como ressignificar essa nova etapa de vida, baseada em novas experiências e possibilidades de construção e/ou reconstrução da sua própria realidade.

Ademais, é fundamental também possibilitar ao idoso contribuir face aqueles que também o cercam, para isso, é necessário promover o acesso ao mercado de trabalho, condições dignas de vida, autonomia e valorização da sua própria identidade. Atinentes que são sujeitos de direitos, ativos e que assumem papéis sociais, nos quais devem ser valorizados enquanto seres humanos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Drielly Silva et al. Percepção acerca do envelhecimento saudável e das questões raciais. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 281-287, 2019.

BASTOS, Elisani de Almeida. **A idade chega para todas as pessoas?:** interlocuções entre trans-identidade de gênero, envelhecimento e serviço social. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: SC, 2022.

BERNARDO, Maria de Jesus. A velhice da Classe Trabalhadora e a Naturalização dos Cuidados Familiares. In: Teixeira, Solange Maria (Org.). **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. Campinas: Papel Social, 2017.

BRUNO, Marta Regina Pastor. **Cidadania não tem idade**. Serviço Social e Sociedade, ano XXIV, nº 75, Especial, São Paulo: Cortez Editora, 2003.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos** (Coleção sinopses jurídicas; v.30). São Paulo: Saraiva, 2011.

COSTA, Luciana de Sousa; TOMAZ, Queila Oliveira.. O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO E A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS ASSISTENCIAIS AO IDOSO. **Revista Gestão & Saúde**, v. 5, n. 5, p. 3049-3067, 2014.

ESCORSIM, Silvana Maria. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. **Serviço Social & Sociedade**, p. 427-446, 2021.

HENNING, Carlos Eduardo. "Paizões, tiozões, tias e cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo." Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

HENNING, Carlos Eduardo. O Luxo do Futuro. Idosos LGBT, teleologias heteronormativas e futuros viáveis. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, p. 133-158, 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021. Editoria Estatísticas Sociais, 2022. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O destino dos negros após a Abolição. **Revista de informações e debate do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Edição 70 - 29/12/2011. Disponível em:https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acated%3D28 Acesso em 20 ago. 2023.

MASCARO, Sonia de Amorim. O que é Velhice. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos).

MAZUCHELLI, Larissa Picinato et al. Discursos sobre os idosos, desigualdade social e os efeitos das medidas de distanciamento social em tempos de covid-19. **Saúde e Sociedade**, v. 30, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUSA, Neuciani Ferreira da Silva; LIMA, Margareth Guimarães; BARROS, Marilisa Berti de Azevedo. Desigualdades sociais em indicadores de envelhecimento ativo: estudo de base populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5069-5080, 2021.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e Trabalho no tempo do Capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

DIREITOS SEXUAIS E PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NO BRASIL:

a perspectiva de gênero e controle social

SEXUAL RIGHTS AND REPRODUCTIVE PLANNING IN BRAZIL:

the perspective of gender and social control

Ana Carolina Assis Oliveira de São Pedro ¹
Ana Maria Gomes de Oliveira ²
Sabrina Assis Severino ³
Jamile Araujo Silva ⁴
Beatriz Paixão de Oliveira ⁵
Paula Caroline Cunha ⁶
Lívia Greyc Calado Lanate ⁷
Joana Patiele Corrêa da Silva ⁸
Rhaíssa Moreira ⁹
Ana Júlia Andrade Araújo ¹⁰
Ana Caroline Nogueira da Silva Cury ¹¹
Milena de Sousa Marques ¹²
Milena Cordeiro de Freitas ¹³

¹ Assistente Social. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-7501-1492>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6274580325700175> E-mail: a.carolinaoliveira99@outlook.com

² Graduanda em Enfermagem - Universidade Federal de Pernambuco. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1686-0980> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0713110214167929> Email: annamariolis@gmail.com

³ Bacharela em Serviço Social - Universidade Federal de Viçosa - Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-1280-7661> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5302525505065700> Email: sabrinaassis1205@gmail.com

⁴ Graduanda em Serviço Social - Universidade Federal de Sergipe (UFS). Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0000-6179-1166> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7881472938156016> Email: jamilleara.sil@gmail.com

⁵ Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-9348-0284> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1834048483523490> Email: biapaixao2011@hotmail.com

⁶ Graduanda em Enfermagem - Universidade Federal do Maranhão - Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-1669-0587>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5090904241400071>. Email: paulacacunha@gmail.com

⁷ Graduanda em Direito - Universidade Estácio de Sá, UNESA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0006-2987-5793> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0230318521284564> Email: liviagrecy@outlook.com

⁸ Graduanda em Serviço Social - Universidade Cesumar (UNICESUMAR) Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0002-0741-8963> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4283520486921570> E-mail: joanapati8201@hotmail.com

⁹ Graduanda em Serviço Social - Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL - Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0002-9886-1337> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8915041157281378> Email: rhaissamoreira@gmail.com

¹⁰ Graduanda em Enfermagem - Instituto Federal de Pernambuco campus Pesqueira. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-3404-1794> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6911683558108412> Email: juliaa.araaujo@gmail.com

¹¹ Assistente Social - Universidade Federal Fluminense (UFF). Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-7501-1492> Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/5968798232577529> Email: anacaroline.nscury@gmail.com

¹² Graduanda em Serviço Social. Centro Universitário Leonardo da Vinci. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1201-180X> Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/8946252233449203> Email: mylenasousamarques89@gmail.com

¹³ Assistente Social. Faculdade Cearense (FaC). Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0208-9400> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/591386286083973> Email: diariodoseso@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar a relação entre direitos sexuais e planejamento reprodutivo das mulheres no Brasil. Realizou-se um levantamento nas bases de dados Scientific Electronic Library Online – SCIELO, Biblioteca Virtual em Saúde – BVS e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no período de 2015 a 2023, através dos descritores “direitos sexuais”, “planejamento reprodutivo” e “mulheres”, observando-se publicações em português e de livre acesso ao público. Assim, selecionaram-se 06 artigos, os quais puderam ser analisados à luz das políticas públicas de saúde. Observou-se que no planejamento reprodutivo há um déficit na participação dos parceiros, fator que interfere no psicológico da mulher. Ademais, infere-se a importância da disseminação de informações, tanto dos profissionais quanto usuários, como maior potencializador dessa assistência e a desigualdade social como agente agravante de acesso aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Os direitos sexuais e reprodutivos sofrem influência do meio sociodemográfico em que a mulher está inserida e, também, do comprometimento da equipe de saúde quanto à assistência ao planejamento reprodutivo, sendo este de suma importância na oferta de um atendimento eficaz.

Palavras Chaves: Direitos Sexuais; Planejamento Reprodutivo; Mulheres.

ABSTRACT

The objective of this study is to present the relationship between sexual rights and women's reproductive planning in Brazil. A survey was carried out in the Scientific Electronic Library Online – SCIELO, Virtual Health Library – VHL and Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel – CAPES databases, from 2015 to 2023, using the descriptors “sexual rights”, “reproductive planning” and “women”, observing publications in Portuguese and freely accessible to the public. Therefore, we selected 06 articles, which could be analyzed in light of public health policies. It should be noted that in reproductive planning there is a deficit in the participation of partners, a factor that affects the woman's psychology. Furthermore, the importance of disseminating information, both from professionals and users, is inferred as a greater enhancer of this assistance and of social inequality as an aggravating agent of access to women's sexual and reproductive rights. Sexual and reproductive rights are influenced by the sociodemographic environment in which the woman is inserted and also by the commitment of the health team in terms of assistance with reproductive planning, which is extremely important in offering effective care.

Keywords: Sexual Rights; Reproductive Planning; Women.

1. INTRODUÇÃO

Os direitos sexuais são considerados pela Constituição Federal de 1988 como direitos fundamentais, sendo abrangidos no art. 1º ao assegurar a dignidade da pessoa

humana (Brasil, 1988). Esses direitos passaram por diversas definições que foram determinadas por várias instituições ao longo das últimas décadas, contudo todas essas concepções concordam que os direitos sexuais se referem a liberdade e a autonomia de exercer os direitos relacionados às mais variadas expressões da sexualidade humana, sendo esses direitos respaldados pela Lei (Gomes, 2021).

Dessa forma, o Ministério da Saúde, por meio de um documento, tipificou os direitos sexuais em: direito de manifestar a sua sexualidade livre de violência, de escolher seu parceiro sexual independente de orientação sexual e identidade de gênero, de poder consentir se quer ou não ter uma relação sexual, de ter acesso a métodos contraceptivos e a informações sobre saúde sexual e reprodutiva, dentre outros (Brasil, 2009 *apud* Souza, 2023).

Assim, pode-se perceber que os direitos sexuais abrangem uma grande e heterogênea quantidade de aspectos da sexualidade e que sua garantia é de suma importância para que toda a população, e em especial as mulheres, seja protegida da violência e para que sua dignidade seja assegurada. Ademais, existem discussões sobre se existe ou não uma diferença entre direitos sexuais e direitos reprodutivos, pois, como afirma Gomes (2021) a reprodução e a sexualidade não necessariamente dependem uma da outra, contudo elas se conectam em diversas situações.

Cabe destacar aqui que o Planejamento Reprodutivo foi definido segundo a Lei nº 9263/1996, como um conjunto de ações de regulação da fecundidade garantindo direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal. Sendo assim, o planejamento reprodutivo passa a ser pauta no que diz respeito à saúde sexual do casal, levando em consideração a individualidade e direito de decisão sobre reprodução. No entanto, se faz necessária a discussão sobre as políticas públicas que garantam as informações pertinentes a respeito do planejamento reprodutivo e familiar e oportuna orientação dos profissionais de saúde, para que o devido acolhimento no serviço de saúde ocorra (Grein *et al.*, 2017).

No Brasil, uma das ações primordiais para a garantia dos direitos reprodutivos é a ampliação do acesso aos usuários à educação em saúde que ofereça informação sobre os métodos contraceptivos por meio do Manual Técnico de Assistência em Planejamento Familiar estabelecido pelo Ministério da Saúde em 2002 (Brasil, 2002). Dessa forma, os profissionais da saúde estão amparados de informações relacionadas acerca da assistência à anticoncepção, além da assistência à infertilidade conjugal, tornando-se peça fundamental para fornecer esclarecimento sobre a temática (Souza; Costa, 2022).

Diante do exposto, é perceptível uma significativa relação entre os direitos sexuais e o planejamento reprodutivo, visto que uma parte muito relevante da garantia dos direitos sexuais refere-se à possibilidade dos indivíduos terem controle sobre sua própria natalidade, que é uma questão abordada no planejamento reprodutivo, e sendo dever do Estado assegurar esses direitos sexuais e propiciar o acesso aos métodos de planejamento reprodutivo (Souza, 2023).

Nesse contexto, levando em consideração a importância do conhecimento sobre seu corpo e dos direitos relacionados à expressão da sua sexualidade, além de questões relacionadas à concepção, originou-se o questionamento de como ocorre a relação entre direitos sexuais e planejamento reprodutivo. Sendo assim, o objetivo deste estudo é apresentar a relação entre direitos sexuais e planejamento reprodutivo das mulheres.

2. METODOLOGIA

Este estudo baseia-se numa abordagem de pesquisa qualitativa. “Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende organizar” (Gomes, 2013, p. 79). Sendo assim, esta abordagem busca a qualidade da pesquisa, analisando e explicando o fenômeno dos direitos sexuais e o planejamento reprodutivo de mulheres brasileiras.

Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura. É uma das variadas revisões existentes da literatura que busca “reunir conhecimentos sobre um tópico, ajudando nas fundações de um estudo significativo” (Souza; Silva; Carvalho 2010, p. 103). De acordo com os autores (2010), para este tipo de pesquisa, é importante considerar as fases do processo de uma revisão integrativa, que são: elaboração da pergunta norteadora; busca ou amostragem, na literatura; coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos na revisão integrativa; discussão dos resultados; e apresentação da revisão integrativa.

Nesse sentido, a coleta de estudos sobre a respectiva temática ocorreu nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online – SCIELO, Biblioteca Virtual em Saúde – BVS e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no mês de maio de 2023. Inicialmente, através da utilização dos seguintes Descritores em Saúde (DeCs): Direitos sexuais, planejamento reprodutivo e mulheres, e assim, foram encontrados nos três periódicos um total de 92 (noventa e dois) artigos.

No que tange aos critérios de inclusão, foram selecionados estudos publicados nos últimos oito anos, ou seja, dentro do lapso temporal de 2015 a 2023, obrigatoriamente em

língua portuguesa e que fossem de livre acesso/gratuito. De outro giro, quanto aos critérios de exclusão, foram excluídos não só os que não se amoldam aos critérios de inclusão, bem como, aqueles que não passaram pelo processo de revisão por pares e também aqueles que, porventura, não se encaixaram no nicho temático do presente estudo. Abaixo estão elencados, no Quadro 01, a seleção dos estudos.

Quadro 1 - Seleção dos estudos.

BASE DE DADOS	ARTIGOS	ARTIGOS	ARTIGOS
	ENCONTRADOS	EXCLUÍDOS	UTILIZADOS
Scielo	29	25	4
Portal Capes	45	43	2
BVS - Biblioteca Virtual de Saúde	18	18	0

Fonte: Autoras (2023).

Dessa maneira, tais artigos foram distribuídos da seguinte forma: 29 (vinte e nove) artigos no periódico da SCIELO, 18 (dezoito) no periódico da BVS e, por fim, 45 (quarenta e cinco) no periódico da CAPES, onde, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão chegou-se ao resultado de 06 (seis) artigos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a elaboração deste trabalho foram selecionados 06 estudos que contribuíram na discussão que será realizada a seguir. Cabe destacar algumas informações acerca desses estudos selecionados, e assim, os textos se relacionam pelas discussões em comum sobre os métodos contraceptivos e como a sociedade as aceitam com visões histórico-sociais de responsabilização e culpabilização da mulher na administração de sua fecundidade.

Quadro 2 - Artigos encontrados nas bases de dados.

ANO	TÍTULO	OBJETIVO	METODOLOGIA
2015	Planejamento reprodutivo na clínica da família de um Teias: condições	Em uma clínica da família em um Território Integrado de Atenção à Saúde na promoção de direitos à saúde. As atividades informativas feitas com grupos de mulheres na faixa etária de 30 anos com filhos que desejam realizar esterilização ou	Qualitativa e de entrevistas em uma clínica da família de um Teias

	facilitadoras e limites à assistência	método de longa duração visando apenas tal perfil de mulheres demonstrando a dificuldade dos profissionais da saúde na compreensão dos formatos de famílias em falar sobre sexualidade e os inúmeros métodos contraceptivos considerando dimensões do planejamento familiar e reprodutivo adequados.	
2017	Planejamento Familiar e Papéis Parentais: o Tradicional, a Mudança e os Novos Desafios	A Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher ampliou-se também para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, idealizando a importância e o dever da participação do homem no planejamento reprodutivo. A desconstrução histórico social da cultura dos papéis familiares ao longo do tempo, a visão de mães e pais valores atribuídos historicamente e ditas no senso comum nos dias atuais	Estudo exploratório com abordagem qualitativa e entrevistas
2020	Tênues direitos: sexualidade, contracepção e gênero no Brasil	Reprovação moral e social da reprodução. O uso da contracepção de emergência e a desqualificação das usuárias de (in)disciplina, revelando perspectivas sociais morais de incapacidade de seguir o uso correto do contraceptivo, do controle de decisões das mulheres com métodos de estatuto impreciso, aceitação social e dos efeitos colaterais sendo obrigadas a ignorar pelo medo de engravidar. Proporcionando e não proporcionando o livre exercício sexual das mulheres. Desresponsabilizando os homens no tocante da contracepção. Novas técnicas contraceptivas hormonais reversíveis de longa duração viabilizando talvez melhores maneiras de se evitar a gravidez imprevista. E a solicitação dos LARC no SUS para as mulheres em situações de vulnerabilidade	Estudos empíricos/coleta de dados
2021	Vidas precárias: tecnologias de governo e modos de gestão da fecundidade de mulheres “vulneráveis”	Lei de Planejamento Familiar inserção legal da laqueadura tubária. Leis que regulam e democratizam o acesso, da institucionalização da reprodução pelas estratégias políticas e econômicas. As novas tecnologias de contraceptivos reversíveis de longa duração no controle populacional com o incentivo aos métodos LARC até mesmo a “coerção contraceptiva” pelas jovens. A gravidez não planejada, abortos sem segurança responsabilizadas, culpabilizadas como incompetentes na administração da fecundidade.	Pesquisa etnográfica documental
2021	Fatores relacionados ao planejamento familiar em região de fronteira	A vida financeira familiar impacta na gravidez não planejada causa impactos negativos para a mulher e a criança, faltas nas consultas, hábitos nocivos como também o desenvolvimento de depressão. Com predominância nas faixas etárias de igual ou menor de 19 anos sendo faixa com maior risco. E uma menor permanência escolar.	Pesquisa descritiva, de coorte, transversal e quantitativa

2021	Uso de contracepção e desigualdades do planejamento reprodutivo das mulheres brasileiras	A região e a zona de moradia, cor de pele e raça, a instrução escolar influencia no uso dos métodos contraceptivos. O uso dos contraceptivos também tem ligação direta com acesso à informação. E o planejamento não chega a todas as mulheres existindo ainda falhas na sua execução.	Transversal de dados secundários PNS
------	--	--	--------------------------------------

Fonte: Autores (2023).

Quanto aos 06 estudos coletados, observou-se que há uma predominância de estudos com abordagens qualitativas e exploratória, contudo, também houveram pesquisas de estudos empíricos de caso (com coleta de dados), pesquisas descritivas, de coorte e transversal e estudo transversal. Ao ler os estudos, observou-se que a assistência ao Planejamento Reprodutivo, em clínica da família com grupos predominantemente de mulheres, a participação masculina é praticamente inexistente, assim, visualiza-se que não há o incentivo do homem no planejamento familiar como se fosse algo inerente ao casal. Observa-se também que não existe articulação, informações para as mulheres que ainda não iniciaram sua vida sexualmente ativa é direcionado às mulheres com filhos e casadas.

Nos países em desenvolvimento demonstram uma deficiência nas infraestruturas de programas de planejamento, da procura de métodos contraceptivos de longa duração. O nível de escolaridade é um fator na compreensão e da importância do planejar. A participação do parceiro conta com um fator importante no impacto psicológico e emocional da mulher, assim, é de suma importância a participação de ambos no planejamento familiar e nos cuidados.

3.1 A execução ao Planejamento Reprodutivo na Atenção Básica: Potencialidades e desafios.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) é responsável pela condução de ações e serviços vinculados a essa área. Sua porta de entrada dos serviços prestados à população é a Atenção Básica (AB) que por sua vez tem como objetivo central coordenar os cuidados e organizar ações e serviços ofertados pelo SUS (Brasil, 2017). Sua organização centra-se em ações volta das ao atendimento integral que envolvem ações de promoção, proteção e prevenção envolvidos por trabalho multidisciplinar no território no qual se insere conforme a Portaria Nº 2.436/2017 apresenta:

A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento,

reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária (Brasil, 2017).

As Estratégias de Saúde da Família (ESF), são equipamentos de saúde vinculados à Atenção Básica atendendo a demanda da população no território que se insere no intuito de ampliação dos cuidados através de práticas e serviços voltados à realidade prioritária da população demandada. Outrossim, as ESF's têm o potencial de atender as demandas relacionadas ao planejamento reprodutivo elencando ações e mecanismos de acesso à população usuária do serviço a assistência no âmbito desta política pública de saúde.

Ancorados a isso, a Lei de Planejamento Familiar se insere no contexto da promoção, prevenção e tratamento uma vez que “entende-se planejamento familiar como conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal” (Brasil, 1996). Isso traz a reflexão sobre as ações voltadas à assistência ao planejamento reprodutivo que devem adotar abordagens para além das consultas clínicas, incluindo na sua efetivação a realização de trabalhos e atividades multiprofissionais de caráter informativo e educacional a fim de elucidar a temática e todas as nuances que adentram essa baseando-se nos pilares da prevenção e do cuidado integral.

Duas ações principais estão no centro da discussão do Planejamento Reprodutivo em ESFs: o atendimento médico através de consultas e exames realizados e os encontros em grupo com viés educacional, participativo e informativo conforme apontado por Luiz, Nakano, Bonan (2015) em conformidade com o exposto em análise realizada por Mozzaquatro e Arpini (2017).

Nas análises realizadas pelos autores é possível identificar paridades em tópicos apresentados trazendo reflexões acerca dos desafios vivenciados na assistência ao planejamento reprodutivo dentro da Atenção Básica pelas Estratégias de Saúde da Família. Além disso, foi possível vislumbrar também aspectos relacionados às abordagens que possuem senso de continuidade e possibilidades da expansão da assistência sobre a política de Planejamento Reprodutivo.

Através das análises de Luiz, Nakano e Bonan (2015), foi possível identificar como as potencialidades da assistência ofertado pela ESF, dispositivos que contribuem para a ampliação e extensão dos cuidados como a busca ativa de usuários que se afastam do serviço, tais como a supervisão do uso de medicação oral de concepção inseridas no

planejamento reprodutivo que permitem o acompanhamento mensal da família; Acesso e acompanhamento realizado pelos prontuários eletrônicos de cada usuário do serviço sistematizando a assistência prestada de forma individual. Outro fator de potencial são os grupos voltados ao diálogo sobre a política em questão sendo o ponto inicial do atendimento e entendimento do tema explanados pelos autores em consonância com a análise de Mozzaquatro e Arpini (2017).

Por outro lado, visualiza-se os desafios implicados na temática como o preconceito/tabu que envolve o assunto; consultas clínicas que se destinam a exames e que excluem a abordagem educacional e informativa nos atendimentos clínicos impondo barreiras entre o trabalho interdisciplinar da equipe da unidade; o público feminino como alvo das ações reforçando o paradigma do homem como provedor da família e ausente na participação no plano de Planejamento Reprodutivo; ausência de diálogos entre outros serviços públicos como educação que fragiliza a assistência territorial e impõe apenas sobre a saúde o papel cuidador.

Outro ponto é a rotatividade de profissionais que culmina no rompimento de vínculo e confiança com o público mais jovem e que gera baixa aderência do público e negligencia os grupos; Além das práticas influenciadas pelo tradicionalismo e permeada por preconceitos, que desvaloriza o trabalho voltado a discutir as questões ligadas à sexualidade e o prazer, focando apenas na contracepção (Luiz; Nakano; Bonan, 2015).

Seguindo nessa linha, Mozzaquatro e Arpini (2017) também apontam desafios relacionados ao tecnicismo pragmático dos serviços ofertados entendendo como necessidade urgente ultrapassar as barreiras do atendimento puramente clínico visando a ampliação dos conhecimentos e disseminação dos direitos e da cidadania, além da exclusão de meninas e mulheres sexualmente ativas que ainda não iniciaram o processo de reprodução das ações ofertadas na assistência do planejamento reprodutivo nesses espaços (Mozzaquatro; Arpini, 2017).

Percebe-se, então, que o Planejamento Reprodutivo é permeado de potencialidades e desafios sendo a disseminação da informação sua maior possibilidade (desde que aderida por toda a equipe de saúde do território com qualidade) e seu maior desafio o rompimento com paradigmas construído sócio historicamente segregando e excluindo os homens nas discussões e participação nos coletivos de informação que retira o senso de responsabilidade do parceiro na contracepção.

3.2 Os efeitos das expressões da Questão Social sobre o acesso das mulheres em “vulnerabilidade” social aos seus direitos sexuais e reprodutivos no SUS: o Planejamento Reprodutivo em questão

Ao refletir sobre as possibilidades de acesso das mulheres a uma saúde sexual e reprodutiva de qualidade, percebe-se como o sistema capitalista promove desigualdades que acarretam direitos sexuais e reprodutivos negados, principalmente para determinados grupos sociais. A desigualdade social é a forma pela qual a questão social se expressa, refletindo na sociedade em formas de violência, preconceito e discriminação.

Os processos discriminatórios de misoginia, racismo, preconceito de classe e homofobia são exemplos de expressões da questão social que estão presentes não só no nosso cotidiano enquanto sociedade, como também implicam no acesso da população a seus direitos, mesmo quando garantidos em lei. Segundo Brandão e Cabral (2021, p.71), mulheres “vulneráveis” são “jovens, com pertencimento social e racial precisos, que vivem em territórios também racializados (ruas, “cracolândia”, favelas, bairros periféricos), [...] usuárias de drogas, adolescentes...”, portadoras de infecções sexualmente transmissíveis (IST’s), classificadas socialmente como “cidadãs de segunda classe”. São essas mulheres que se tornam alvo da intervenção do Estado quando se trata de controle da vida sexual e reprodutiva, pois são entendidas enquanto “corpos sexuais desviantes, dissidentes que insistem em permanecer vivos e se reproduzir” (Brandão; Cabral, 2021, p. 71).

À vista disso, Brandão e Cabral (2021, p. 52) também conceituam a reprodução estratificada no intuito de delinear a falta de acesso à saúde sexual e reprodutiva para as mulheres em “vulnerabilidade” social:

Recuperando conceitos caros a esse campo de discussão como “reprodução estratificada”, ou seja, acesso desigual e estratificado a condições sociais estruturais para se reproduzir, elas destacam as intrincadas relações entre movimentos mais amplos, em nível global, que rearticular interesses financeiros, hegemonias políticas, imperialismos coloniais, ativismos sociais e tecnologias biomédicas na direção de um bem-estar global que se consubstanciam de modo difuso, intersticial em práticas políticas locais, as quais consolidam “regimes morais de reprodução”. Desse modo, as autoras nos ajudam a complexificar os sentidos que atravessam as múltiplas tecnologias de reprodução como formas de pensar o gênero, a dimensão étnico-racial e de governar os corpos.

De acordo com Akotirene (2019), ao abordar o conceito de interseccionalidade, existe um sistema de opressão que liga a raça, o gênero, a classe e as sexualidades,

gerando assim, as engrenagens estruturais e necessárias para a reprodução do capitalismo. A partir de uma análise interseccional sobre essas opressões estruturantes do sistema, se entende que o mesmo indivíduo pode ser oprimido e oprimir, visto que todos carregam em seus corpos diversas identidades. Portanto, sob a lente analítica da interseccionalidade não há uma hierarquia de opressões, e sim uma articulação das mesmas que acaba impondo sobre as mulheres negras uma situação de maior “vulnerabilidade” dentro dessa sociedade que é misógina e racista.

Desse modo, a interseccionalidade permite compreender que as mulheres em vulnerabilidade social ou em situação de risco, estão mais expostas às expressões da questão social e são as mais atingidas pela falta do Planejamento Reprodutivo, ao considerar os impactos negativos que uma gravidez não planejada pode trazer para a vida tanto da mãe quanto do filho.

Assim, cabe salientar que não acesso a serviços que envolvem a saúde reprodutiva, bem como a continuidade de hábitos nocivos para uma gestação e o não planejamento estrutural e financeiro da família para receber um novo membro são alguns dos efeitos da falta de Planejamento Reprodutivo para as mulheres em “vulnerabilidade” social e que atingem toda a vida cotidiana do núcleo familiar (Pedro *et al.*, 2021).

A partir dos resultados obtidos pela pesquisa de Pedro *et al.*, (2021), foi possível observar que quase 50% das entrevistadas não utilizam nenhum método contraceptivo e aquelas que fazem uso, são adeptas à pílula anticoncepcional e ao preservativo masculino. Quando se trata dos problemas relacionados aos métodos contraceptivos, é possível verificar que o mau uso dos mesmos ocasionou a gravidez não planejada da maioria das mulheres que utilizava algum método antes de engravidar.

Ainda de acordo com os autores, é importante salientar que esses dados foram analisados através de entrevistas, e que as particularidades sociais e identitárias de cada indivíduo influenciam no acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva. Dentro do universo das puérperas da região de fronteira entrevistadas, mais de 50% não realizaram o Planejamento Reprodutivo, possuem pouca ou nenhuma escolaridade e o não uso ou o uso incorreto dos métodos contraceptivos demonstra como a falta de têm mais de um filho.

Além disso, a pesquisa verifica que quanto menor a renda per capita da família, menor é o planejamento da gravidez. A discussão sobre a importância de uma saúde sexual e reprodutiva de qualidade implica na vida cotidiana de toda a sociedade. Ainda que as mulheres entrevistadas tenham afirmado conhecer os métodos, o mero

conhecimento quanto à existência dos mesmos por si só não indica que a utilização será feita de maneira eficaz, pois se faz necessário compreender como aquele método funciona no seu corpo, o que não é uma realidade das mesmas visto que engravidaram usando os métodos contraceptivos de maneira errônea (Pedro *et al.*, 2021).

Apesar do Planejamento Reprodutivo ser um direito garantido pela Constituição de 1988 e que deve ser oferecido pelo SUS, a realidade brasileira ainda é de baixa adesão a esse serviço. A dificuldade de acesso ao Planejamento Reprodutivo no SUS resulta da necessidade de reorganizar e desconstruir as práticas educativas e institucionais que geram violência e desinformação, a fim de abrir possibilidades de enfrentamento da falta de conhecimento sobre os métodos contraceptivos, associado ainda à resistência – principalmente masculina – em procurar um Planejamento Reprodutivo.

Ao compreender a misoginia como uma das estruturas interseccionais intrínsecas ao sistema capitalista, patriarcal e racista, se torna importante salientar que as mulheres se encontram em “vulnerabilidade” social desde o momento em que nascem em uma sociedade que se retroalimenta de sua opressão e institucionaliza “a exclusão social pelo útero” (Brandão; Cabral, 2021, p. 48). Logo, o Estado utiliza duas formas de controle dos corpos femininos ao definir quem são as mulheres que podem parir e quem são aquelas que não devem ter filhos.

O Estado possui um papel de suma importância na garantia da saúde sexual e reprodutiva. Através de políticas públicas, o Estado deve promover os meios de efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos, onde se inclui o Planejamento Reprodutivo, para todos da sociedade civil. Contudo, a realidade das mulheres acometidas pela desigualdade social é de não acesso ao Planejamento Reprodutivo, ao mesmo tempo em que o Estado desenvolve formas de controle dos corpos dessas mulheres (Brandão; Cabral, 2021).

Ainda nas contribuições de Brandão e Cabral (2021), é possível identificar lacunas na execução da Lei nº 9263/1996 que possibilitam o controle reprodutivo de corpos femininos pelo Estado, através do direcionamento de métodos contraceptivos reversíveis de longa duração (LARC) para as mulheres racializadas, de baixa renda, baixa escolaridade e muitos filhos. Primeiro ocorre uma negação da laqueadura tubária sob o argumento de ser um método irreversível e “antigo”, para assim, direcionar as mulheres em “vulnerabilidade” para as LARC, por perceberem que é uma forma mais sutil de controle populacional através do discurso de ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos.

Com base nessas reflexões, se torna evidente o quanto o Estado e o sistema capitalista buscam se beneficiar dos avanços políticos e legislativos que materializam a luta pelos direitos sociais, ao mesmo tempo em que reproduzem as expressões da questão social. Tanto Pedro *et al.* (2021) quanto Brandão e Cabral (2021) reconhecem que a desigualdade social é um fator que influencia diretamente em quem irá acessar ou não um Planejamento Reprodutivo de qualidade, bem como outros direitos sexuais e reprodutivos. Por fim, percebe-se como a realidade no sistema capitalista é repleta de contradições, andando em completa contramão da ideia Universal sobre a saúde no SUS.

3.3 Fatores socioeconômicos e demográficos em que a mulher está inserida e como interferem na utilização de métodos contraceptivos e no planejamento reprodutivo.

Nos últimos anos o Brasil vem apresentando uma queda acentuada nos níveis de fecundidade, porém as diferenças socioeconômicas e demográficas existentes no país interferem no acesso das mulheres aos métodos contraceptivos e conseqüentemente no planejamento reprodutivo delas.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1960 a taxa de fecundidade era de 6,3 filhos por mulher e diminuiu para 1,7 até 2015 (Trindade *et al.*, 2019). Essa redução nas taxas de fecundidade ocorreu de forma desigual entre as classes sociais, pois as mulheres com maiores níveis de escolaridade e que habitavam as zonas urbanas foram as primeiras a ter mais informações e acesso aos métodos contraceptivos e planejamento reprodutivo.

Esses níveis de desigualdade podem ser observados por meio do Censo do ano de 2010 "que demonstraram taxa de fecundidade das regiões menos desenvolvidas do país, Norte e Nordeste, de respectivamente 2,4 e 2,0 filhos, enquanto nas regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, eram de 1,8 e 1,7 filho por mulher" (Trindade *et al.*, 2019).

No entanto, ainda que as taxas de fecundidade tenham sofrido uma significativa queda ao longo das últimas décadas, grande parte das gestações que ocorrem entre as mulheres brasileiras não são planejadas. E apenas mulheres brancas, alfabetizadas, com mais de 35 anos e que estão em um relacionamento estável são as que planejam suas gestações. Dessa forma, é possível perceber que mulheres que vivem em vulnerabilidade socioeconômica, tendem a não utilizar ou não ter acesso a métodos contraceptivos e assim realizar planejamento reprodutivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É compreensível que os estudos realizados demonstram a relevância de possuir o conhecimento acerca do próprio corpo e dos direitos relacionados à expressão da sexualidade, sendo fundamental entender que os direitos sexuais abarcam uma ampla variedade de expressões e aspectos que se relacionam com a liberdade e autonomia, amparando e preservando a população, em destaque as mulheres. No entanto, o planejamento familiar entende-se como um conjunto de disposições que abrange o direito da saúde sexual e reprodutiva, seja ela individual ou de um casal, certificando-se de que a reprodução ocorra de forma livre e responsável, sem a presença de descriminalização e violências.

Nota-se que os textos discutidos apresentam concordâncias internas, promovendo a reflexão e evidenciando a escassez de articulações e informações da temática abordada, e a utilização de métodos contraceptivos, uma vez que existem fatores socioeconômicos, demográficos e educacionais que levam a expressões da questão social, ocasionando a desigualdade e processos discriminatórios aos direitos sexuais e ao planejamento reprodutivo, tornando as mulheres alvo de culpa e responsabilidade em relação à gestão de sua própria fertilidade.

Compreendeu-se ao longo deste estudo que a falta de informação sobre direitos sexuais e reprodutivos por parte do Ministério da Saúde e demais profissionais de saúde compromete o diagnóstico e os atendimentos aos usuários. Dessa maneira, é importante que haja a iniciativa de produzir cada vez mais estudos sobre esta temática e promover debates que precisam ser compartilhados de forma acessível, para que esses direitos sejam garantidos. Ademais, nem todos os indivíduos têm acesso a tais informações, no qual além de ser uma questão de saúde pública com diferentes tipos de públicos, o tema ainda é visto na maioria das vezes como tabu na sociedade e sendo pouco discutido.

Visto isso, foi possível compreender se a relação entre direitos sexuais e planejamento reprodutivo que se dá a partir da trajetória de políticas sociais para as mulheres no Brasil, com enfoque em garantir seus direitos sexuais e reprodutivos ao longo dos anos, assim o planejamento reprodutivo foi o resultado dessa luta, para que a população, em destaque a mulher, tenham métodos contraceptivos eficientes e seguros, contendo informações que dizem a respeito da sua vida e liberdade sexual, sem que haja discriminação e sim com igualdade.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.
- BRANDÃO, Elaine Reis. Tênues direitos: sexualidade, contracepção e gênero no Brasil. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 2, p. 11-21, 2020.
- BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. Vidas precárias: tecnologias de governo e modos de gestão da fecundidade de mulheres “vulneráveis”. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, p. 47-84, 2021.
- GOMES, Juliana Cesario Alvim. Direitos sexuais e reprodutivos ou direitos sexuais e direitos reprodutivos? Dilemas e contradições nos marcos normativos nacionais e internacionais. **Revista Direito GV**, v. 17, 2021.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suelly Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.
- GREIN, Taiana Aparecida Duarte et al. Saberes de puérperas sobre o planejamento reprodutivo. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 38, n. 2, p. 145-154, 2017.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014. 400 p.
- MINAYO, M.C.De. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MOZZAQUATRO, Caroline de Oliveira; ARPINI, Dorian Mônica. Planejamento familiar e papéis parentais: o tradicional, a mudança e os novos desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 923-938, 2017.
- LUIZ, Marcia dos Santos; NAKANO, Andreza Rodrigues; BONAN, Claudia. Planejamento reprodutivo na clínica da família de um Teias: condições facilitadoras e limites à assistência. **Saúde em debate**, v. 39, p. 671-682, 2015.
- PEDRO, Camilla Barbosa et al. Fatores relacionados ao planejamento familiar em região de fronteira. **Escola Anna Nery**, v. 25, 2021.
- SOUZA, D.C.De; COSTA, J.B.O.De. Planejamento reprodutivo no Brasil: contracepção e a saúde biopsicossocial da mulher. **Cadernos de Ensino e Pesquisa em Saúde**, v. 2, n. 1, p. 69-87, 2022.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010.

SOUZA, Iara Antunes. Os direitos sexuais e reprodutivos da mulher no Brasil na perspectiva do feminismo descolonial. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 12, n. 1, p. 81-91, 2023.

TRINDADE, Raquel Elias da et al. Uso de contracepção e desigualdades do planejamento reprodutivo das mulheres brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 3493-3504, 2021.

**TRANSEXUALIDADE E MERCADO DE TRABALHO:
desafios e perspectivas**
*TRANSSEXUALITY AND THE LABOR MARKET:
challenges and perspectives*

Gisele Faustino Nogueira¹
Ana Júlia Andrade Araújo²
Lilia de Farias Monteiro Barbosa³
Eduardo Felipe Pontes da Silva⁴
Milena de Sousa Marques⁵
Milena Cordeiro de Freitas⁶

¹ Graduanda em Enfermagem Instituto Federal de Pernambuco campus Pesqueira. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0356-4007> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2536278187075652> Email: giseleororuba@gmail.com

² Graduanda em Enfermagem - Instituto Federal de Pernambuco campus Pesqueira. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-3404-1794> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6911683558108412> Email: juliaa.araaujo@gmail.com

³ Graduanda em Serviço Social - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-0092-426X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5467415838443787> Email: lilia.monteiro@ufpe.br

⁴ Graduando em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Orcid ID : <https://orcid.org/0009-0002-4250-1869> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3676769029491487> E-mail: eduardo.felipepontes@ufpe.br

⁵ Graduanda em Serviço Social. Centro Universitário Leonardo da Vinci. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1201-180X> Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/8946252233449203> Email: mylenasousamarques89@gmail.com

⁶ Especialista em Didática no Ensino Superior. Universidade Nilton Lins. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0208-9400> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5913862860839738> Email: diariodoseso@gmail.com

RESUMO

O presente estudo redireciona uma análise teórica acerca dos desafios e perspectivas atuais para a população transexual que compõe a comunidade LGBTQIAP+. Sendo assim, objetiva apresentar os desafios da inserção de pessoas transexuais no mercado de trabalho no Brasil. Para isso, a fim de expor tais desafios foram necessários procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica e posteriormente a revisão destas bibliografias. Como resultante deste conjunto de pesquisas e reflexões foi possível através da exposição dos especialistas neste tema perceber que o desconhecimento acerca dos conceitos de gênero, sexualidade e transexualidade e seus desdobramentos contribuem para a continuidade de práticas discriminatórias para com esta população inserida tanto no mercado de trabalho quanto à margem dele. Outrossim, foi possível identificar através de estudos e dados empíricos durante a escrita, que há diversas barreiras que impedem o ingresso da população no mercado de trabalho formal e sobretudo, para esta população

que historicamente é marcada pela opressão, marginalização e exclusão social expressa na realidade cotidiana de cada indivíduo. Para além disto, convém ressaltar que há uma divergência entre campo dos direitos civis e políticos em relação aos direitos assegurados na lei e a sua execução materializada nas reações sociais desta população e seus desdobramentos expressos nesta pesquisa. Portanto, para discutir os aspectos anteriores e os demais resultados encontrados partiu-se de uma demanda social real que é a exclusão da população trans do mercado de trabalho formal no país e a sua ligação com os âmbitos político, social e econômico que dialogam minunciosamente com os atravessamentos identificados buscando entender de modo qualitativo os significados, representações e conexões com a categoria de gênero.

Palavras Chaves: Gênero. Transexualidade. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

The present study redirects a theoretical analysis about the current challenges and perspectives for the transsexual population that makes up the LGBTQIAP+ community. Therefore, it aims to present the challenges of the insertion of transgender people in the labor market in Brazil. For this, in order to expose such challenges, methodological procedures of bibliographical research were necessary and later the revision of these bibliographies. As a result of this set of research and reflections, it was possible through the exposition of specialists in this subject to perceive that the lack of knowledge about the concepts of gender, sexuality and transsexuality and their consequences contribute to the continuity of discriminatory practices towards this population inserted both in the labor market as to his margin. Furthermore, it was possible to identify, through studies and empirical data during the writing, that there are several barriers that prevent the population from entering the formal labor market and, above all, for this population that is historically marked by oppression, marginalization and social exclusion expressed in reality everyday life of each individual. In addition, it should be noted that there is a divergence between the field of civil and political rights in relation to the rights guaranteed by law and their implementation materialized in the social reactions of this population and its consequences expressed in this research. Therefore, to discuss the previous aspects and the other results found, a real social demand was taken as a starting point, which is the exclusion of the trans population from the formal labor market in the country and its connection with the political, social and economic spheres that dialogue in detail with the crossings identified seeking to understand in a qualitative way the meanings, representations and connections with the category of gender.

Keywords: Gender. Transsexuality. Job market.

1. INTRODUÇÃO

A transexualidade pode ser compreendida como uma questão de identidade, ou seja, a não identificação social, comportamental, emocional e sexual com sexo biológico atribuído ao nascimento de um indivíduo, em que este assume um papel de gênero ao contrário ao seu sexo biológico. Dessa maneira, essa identidade estará em volta em todos os âmbitos de sua vida, e entre uma delas está o mercado de trabalho.

As relações sociais, a divisão sexual do trabalho, a desigualdade de gênero e as manifestações de discriminações são algumas das grandes barreiras que fazem parte das expressões do nosso processo histórico e que reflete no desafio das pessoas transexuais estarem dentro do mercado de trabalho. Exposto isso, ressalta-se a desigualdade no mercado de trabalho para indivíduos trans como fruto de além da transfobia e misoginia, está também atrelada diretamente como parte do sistema patriarcal e capitalista.

Conforme o artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego”. Por outro lado, no Brasil, de acordo com a pesquisa realizada pela Fapesp e publicada pela revista *Ciência & Saúde Coletiva* em 2020, foi feita essa análise com 528 transexuais de sete cidades do estado de São Paulo e indicou que apenas 13,9% das mulheres trans e travestis tinham emprego formal. Entre homens trans, a comparação com a porcentagem foi de 59,4%.

Assim, é possível confirmar como a realidade vigente segue em contradição ao artigo. Ressalta-se que a precarização do trabalho possui consequências diferentes de acordo com os sexos, os gêneros, as raças e as classes sociais. Logo, a importância em tratar desse tema é pelo fato de que a vida dessa população é marcada pelas intensas opressões e violências, consequentemente, contribui para que esta população viva invisibilizados pela sociedade e à margem da empregabilidade formal.

Dessa forma, o estudo desenvolvido teve foco de uma reflexão teórica, onde foram baseados nas ideias de autores importantes na temática e de literatura previamente publicada, destaca-se que este manuscrito foi elaborado em maio de 2023. Diante do exposto, possui como objetivo geral apresentar os desafios da inserção de pessoas transexuais no mercado de trabalho no Brasil. Por isso, espera-se que por meio deste trabalho possa contribuir para a maior propagação de conhecimento sobre o assunto na sociedade, fornecendo assim um espaço de reflexão e intervenção diante dos aspectos citados.

2. UM DEBATE SOBRE GÊNERO E TRANSEXUALIDADE

Gênero, em seu significado, refere-se ao sexo biológico e suas características hormonais, físicas e cromossômicas, podendo ser nomeado como masculino ou feminino. A origem de tal termo é pouco conhecida, tendo sido anexada nos registros científicos, pela primeira vez, por John Money em meados de 1950, autor que constatou a possibilidade do ser humano possuir identificação de gênero distinta de sua anatomia.

Além disso, é um importante diferenciador social por referir-se, também, aos papéis e expectativas impostas pela sociedade, o qual sofre influência do meio cultural e varia de acordo com época e local ao qual o indivíduo está inserido (Francisco *et al.*, 2020).

Posto isto, levando em consideração a individualidade do ser, a identidade de gênero, composta ao longo do tempo e influenciada pelo desenvolvimento humano, diz respeito à autoimagem e identificação, o que pode estar, ou não, em concordância com o seu sexo. Outrossim, destaca-se que tal identificação pode não estar relacionada à sua orientação sexual, a qual refere-se à atração sexual ou romântica (Gonçalves; Gonçalves, 2021). Nesse sentido, alguns termos podem ser utilizados de acordo com as características do indivíduo, como o transgênero, o qual relaciona-se ao sujeito que não se identifica com o seu sexo biológico, tal definição engloba pessoas transexuais, bigênero, não-binárias, entre outras.

O termo transexualismo foi a primeira nomenclatura médica utilizada para se referir ao novo transtorno mental surgido na década de 1950, caracterizando, assim, os transexuais como doentes mentais. Em contrapartida, no momento atual, tal conceito surge com o objetivo de desmistificar e retirar o título desagradável de doente, tornando essa condição como liberdade de expressão da essência humana (Morera; Padilha, 2015).

Segundo Pinto (2018, p. 33) “O termo ‘transexualismo’ é utilizado oficialmente para definir os indivíduos cujas identidades se contradizem entre o corpo e a subjetividade”. Nesse sentido, de acordo com a designação biomédica, o termo transexual é delineado por indivíduos que possuem desconexão entre gênero e identidade, podendo, em alguns casos, manifestar repulsa quanto ao sexo designado no nascimento, em tais casos, terapias hormonais e cirurgias de resignação de gênero podem ser aderidas. Infere-se, também, a necessidade de distinguir transexuais de travestis e *drag-queens*, visto que tais terminologias referem-se ao uso do sexo oposto com objetivo de satisfação pessoal, sem haver, necessariamente, desprezo pelo próprio corpo e conflitos com a identidade de gênero (Petry; Meyer, 2011).

Estudo realizado por Freire (2020) discorre sobre a condição de vulnerabilidade imposta pela sociedade às pessoas transexuais ao caracterizá-las como vítimas de uma doença e alvo frequente de violência e discriminação. Por conseguinte, é dever do Estado amenizar tais sofrimentos ao garantir a efetivação do direito ao nome social, identidade de gênero, acesso à saúde, à igualdade e não-discriminação, à educação e ao trabalho. Tais direitos são reconhecidos pela Organização Mundial de Saúde - OMS, e essenciais na defesa da dignidade e igualdade.

Em razão da exclusão e preconceito vivenciados por transexuais, não há garantia ao direito à cidadania, o que pode ocasionar dificuldade de acesso às condições básicas de vida previstas aos cidadãos brasileiros. Além disso, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, em 2020, foram registrados 175 assassinatos de pessoas trans no Brasil, ressalta-se, porém, que tal número pode ser subestimado, visto que há falhas nos registros. Nesse sentido, destaca-se também índices altos de evasão escolar, baixa escolaridade e expectativa de vida, acesso escasso aos serviços públicos de saúde e ao mercado de trabalho formal, tais fatores contribuem na invisibilidade dos transexuais perante a sociedade (Pedra *et al.*, 2018).

Ademais, o tratamento de silêncio ofertado às pessoas trans apontam para a necessidade de aniquilação desses indivíduos por cidadãos, reforçando a ideia de que sua existência é malquista e controversa e que precisa ser excluída do convívio social (Berto, 2016). Para que isso ocorra, a ignorância da sociedade perante esse público inicia-se a partir do desconhecimento quanto aos diferentes termos associados às pessoas LGBTQIA+, visto que há discordância entre “transexuais”, os quais são indivíduos que se identificam com o gênero oposto ao seu sexo biológico, e “travestis”, que expressam sua identidade de gênero distintamente à sua anatomia, porém, sem repudiá-la.

Por conseguinte, o nome, substantivo utilizado para designar pessoas e coisas, pode ser sinônimo de sofrimento às pessoas trans, visto que tal denominação é escolhida no momento do nascimento por seus pais e, futuramente, há chances de não representar sua identidade. Nesse sentido, o direito ao nome social é um marco relevante na luta pela cidadania e dignidade dos transexuais, porém, salienta-se a importância do reconhecimento da sociedade perante a identidade desses indivíduos para que haja inclusão e acesso aos benefícios vigentes na lei em concordância com os Direitos Humanos (Queiroz *et al.*, 2018).

Diante disso, observa-se que o conhecimento acerca da diferenciação entre gênero e identidade de gênero é de suma importância na garantia de direitos da pessoa trans, visto que, ao deter tal compreensão, a sociedade é capaz de tratar os transexuais com respeito e dignidade, oferecendo condições necessárias para assegurar uma boa qualidade de vida.

3. TRANSEXUALIDADE E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

O ingresso ao mercado de trabalho pelas pessoas trans é marcado por barreiras sociais que dificultam este movimento, visto que a escolaridade é um requisito básico

exigido nas empresas, contudo a maioria desse público sofre preconceito e violência nas escolas brasileiras, não têm apoio familiar e nem social o que contribui diretamente para evasão escolar (Junior; Teixeira; Gritti, 2022).

Um estudo realizado em São Paulo evidencia que indivíduos com tempo de formação superior a 12 anos possuem cerca de 19 vezes maior possibilidade de adentrar o mercado de trabalho formal, quando comparados aos que tinham menos de 8 anos, nesse sentido, os transexuais são impactados e sofrem com o aumento da desigualdade por não atenderem aos anos escolares exigidos (Silva; Luppi; Veras, 2020). Visto isso, cabe discorrer que a transfobia está presente nos processos seletivos, os quais eliminam esses indivíduos sem explicação plausível.

Cabe destacar que a transfobia está enraizada em muitos ambientes de trabalhos formais, nas relações interpessoais, o preconceito é observado no desrespeito ao nome social, vestiários, uso de banheiros e falta de acolhimento dessas pessoas, fatores que tornam insustentável a permanência nos empregos (De Assis; De Melo Bonini; Kumanaya, 2022). Nesse sentido, iniciativas como o projeto de lei autoral do deputado Alexandre Padilha, que visa a reserva de vagas em estágio e empregos para travestis, mulheres e homens transexuais em empresas privadas, cerca de 3% dos quantitativos reservados para autodeclarados, é imprescindível para fomentar a inclusão deste público, dar visibilidade e promover equidade no mercado de trabalho formal (Silva, 2021).

Apesar da Constituição Federal de 1988 defender o direito à igualdade, liberdade propriedade, do direito a exclusão ou inclusão dos nomes sociais das pessoas transgêneros em documentos desde 2018, através do ordenamento jurídico do Supremo Tribunal Eleitoral - STF, a sociedade segue com desrespeito e desvalorização profissional, retira dessas pessoas o acesso a melhores condições socioeconômicas e aumentam desemprego e vulnerabilidade social (Lima; Ferreira, 2023).

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...] (BRASIL, 1988, s.p).

Em divergência ao direito instituído na CF, Almeida (2018) retrata as barreiras encontradas pelos transsexuais no município de São Paulo, o preconceito e discriminação alimentados pela associação errônea dessa população a práticas negativas como uso de

drogas e violência, somado a isto, está o estereótipo e forma de expressar-se daqueles que não passaram por tratamentos hormonais, estes, são duramente expostos a falas e atitudes preconceituosas.

Diante de vários empecilhos enfrentados ao longo da vida, e do quanto a transfobia implica direto e negativamente a inserção de grande parte dos transexuais ao mercado de trabalho formal, esses indivíduos buscam no trabalho informal alternativas para autonomia financeira, outrora esse universo apresenta fragilidades, uma vez que não tem registros em carteira e direitos previdenciários garantidos (Da Costa; Da Costa Júnior, 2023).

Ao pensar o mercado de trabalho, estruturado para sociedade cisgênero e divisão sexual de trabalhos para os homens e mulheres, o qual os homens são destinados a trabalhos de maior valor social e as mulheres trabalhos domésticos "invisíveis" (Vieira, 2018) 24. A transexualidade quebra a lógica de divisão sexual, insere-se neste âmbito, em lugares julgados desvalorizados e associados a mulheres. Nesse sentido, a transfobia e divisão de trabalho contribuem para que essas pessoas se tornem profissionais do sexo, moda, beleza historicamente atrelada a figura feminina, e telemarketing que usam apenas a voz como forma de invisibilizar essas pessoas (Rodrigues, 2022).

Desse modo, o estigma associado aos corpos trans que são acompanhantes, é colocado como negativo e sem reconhecimento laboral, além de sofrerem com preconceitos arraigados atribuídos a este trabalho (Branquinho, 2022). Tirado o direito de escolha profissional, estes, ficam a margem da sociedade e vulneráveis a inserção em trabalhos precarizados.

Destarte, a prostituição pode ser considerada o reflexo da falta de oportunidade, conforme pontuam Santos e Oliveira-Silva, (2021). Acrescenta-se também, os indivíduos com ensino superior ampliam esporadicamente oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, entretanto, estes ao assumirem sua identidade de gênero tornam-se alvos de transfobia e exclusão de seus cargos. Segundo este estudo, os indivíduos que suprimem sua transexualidade para adaptar-se às exigências da sociedade cis normativa facilitam a permanência no contexto laboral (Ziliotto; Davies; Itaquí, 2021).

À vista disso, os profissionais de psicologia orientados pelos princípios fundamentais de sua atuação” II O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, conforme é apontado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2014, p. 7),

são fundamentais para despatologização da transexualidade, dessarte, contribuirão para inserção social e naturalização desses corpos nos diversos mercados de trabalho (De Souza *et al.*, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, percebe-se que a uberização é um fenômeno que se estabelece cada vez mais no cenário brasileiro, principalmente após a pandemia da COVID-19, se tornando assim uma fonte de renda para uma parte significativa da população. No entanto, as condições laborais dessa forma de trabalho geram consequências preocupantes para a saúde mental dos/das entregadores/as de aplicativo, que passam por um processo de adoecimento psíquico devido a essa precariedade.

Foi possível compreender que os trabalhadores/as passam por um processo de acreditarem ter mais autonomia e de serem empreendedores, porém se encontram em uma situação de extrema vulnerabilidade por não possuírem uma estabilidade e serem responsáveis por todos os aspectos da realização de seu trabalho, tornando-se reféns das plataformas de aplicativo, o que impossibilita a busca por serviços de saúde por exemplo, por causa da necessidade de estar sempre realizando o máximo de entregas possíveis.

Assim, o adoecimento mental dos/das entregadores/as está relacionado às condições de trabalho insalubres, que englobam a sobrecarga, a baixa remuneração e a falta da garantia de direitos trabalhistas, contribuindo para fragilização da saúde mental desses trabalhadores. Desse modo, pode-se perceber a necessidade da criação de métodos de intervenção nessa questão, como investir na educação em saúde mental para os/as entregadores/as de aplicativo para que eles/elas consigam identificar essas problemáticas e ir atrás dos serviços que possam lhe assistir, mas também averiguar a possibilidade de criação de políticas públicas e legislações que possam amparar esses trabalhadores.

Portanto, é possível concluir que apesar de ser um fenômeno aparentemente vantajoso para a classe trabalhadora, por causa da sua flexibilidade e pela suposta autonomia dos/das entregadores/as, há uma série de prejuízos para esses/essas trabalhadores/as que ocasionam impactos negativos e debilitantes na sua saúde mental, sendo possível afirmar que é necessário a criação de medidas que ofereçam algum tipo de amparo para esse grupo social como forma de gerar condições de trabalho mais dignas e evitar o agravamento desse cenário no qual os/as entregadores/as de aplicativo tem sua saúde mental cada vez mais fragilizada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo. **Revista Direito GV**, v. 14, p. 303-333, 2018.

BERTO, Iohana do Nascimento Corrêa. O Grande Silêncio: Invisibilidade e Transfeminicídio no Brasil. **Anais do XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas [= Blucher Social Science Proceedings, n. 4 v. 2]**. São Paulo: Blucher, p. 1393-1397, 2016.

BRANQUINHO, Evânio; DUTRA, Jean. Territorialização da Prostituição Transexual e Travesti em Alfenas/MG. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 2, p. 201-227, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

CHAVES, L.R. As barreiras para as pessoas TRANS. **Revista Pesquisa FAPESP**, 2020.
DA COSTA, Ana Karolyna Branquinho; DA COSTA JÚNIOR, Wercy; DE VASCONCELOS, Eveli Freire. O trabalhador informal: como significa e confere sentido à sua experiência. **Multitemas**, p. 81-109, 2023.

DE ASSIS, Vanderson Luiz Silva; DE MELO BONINI, Luci Mendes; KUMANAYA, Daniele Regina Garcia. O preconceito e a discriminação como consequência da não permanência da população LGBTQIA+ no mercado de trabalho formal. **Revista Conecta**, v. 5, n. 2, p. 14-25, 2022.

DE SOUZA, Heloisa Aparecida et al. Pessoas transgêneras e o mundo do trabalho: desafios e reflexões sobre o compromisso ético e político da Psicologia. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 23, n. 2, p. 175-188, 2020.

FRANCISCO, Leilane Camila Ferreira de Lima et al. Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 69, p. 48-56, 2020.

FREIRE, Lucas. Em defesa da dignidade: moralidades e emoções nas demandas por direitos de pessoas transexuais. **Mana**, v. 26, 2020.

GASPARETTO, W.; ALVES, C.F. **A inserção do transexual no mercado de trabalho**. Anais do VI Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG. Caxias do Sul: RS, 2018.

GONÇALVES, Marllon Caceres; GONÇALVES, Josiane Peres. Gênero, Identidade de Gênero e Sexualidade: Conceitos e determinações em contexto social. **Revista Ciências Humanas-Educação e Desenvolvimento Humano**, v. 14, p. 25, 2021.

JUNIOR, Marcos Barbosa Nascimento; TEIXEIRA, Marina Codo Andrade; GRITTI, Neusa Haruka Sezaki. A inserção de transexuais no mercado de trabalho. **Refas-Revista Fatec Zona Sul**, v. 8, n. 5, p. 1-21, 2022.

LIMA, Danielle; FERREIRA, Raiane Maria Barbosa. DIFICULDADES DAS PESSOAS TRANS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NA ATUALIDADE. **CADERNO DISCENTE**, v. 8, n. 1, p. 34-47, 2023.

MORERA, Jaime Alonso Caravaca; PADILHA, Maria Itayra. Trans-formação: uma revisão sobre os principais conceitos da transexualidade. **Revista Eletrônica Estácio Saúde**, v. 4, n. 1, p. 33-44, 2015.

PEDRA, Caio Benevides *et al.* **Acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões.** Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte, 2018.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011.

PINTO, Elton Mártires. Informação e transgeneridade: o comportamento informacional de mulheres transgêneras e as percepções da identidade de gênero. **Repositório UNB**, 2018.

QUEIROZ, Leide Fernanda de Oliveira et al. Nome social x nome civil: Pela construção das identidades e cidadania da população trans. **SEMOC-Semana de Mobilização Científica-Alteridade, Direitos Fundamentais e Educação**, 2018.

RIBEIRO, JÉSSYKA KALINE AUGUSTO. “AONDE” ESTÁ A POPULAÇÃO TRANS NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO? ANALISANDO AS CONDIÇÕES DA INSERÇÃO PARA OS/AS TRABALHADORES/AS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

RODRIGUES, Maria Eduarda Ferraz Firmo. A formação do estigma das travestis no Brasil: mercado informal, precariedade e trabalho sexual. **Laborare**, v. 5, n. 8, p. 51-68, 2022.

SANTOS, Karolyn Marilyn de Oliveira; OLIVEIRA-SILVA, Lígia Carolina. Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. **Cadernos Pagu**, 2021.

SILVA, D.M.Da. **A DIFICULDADE DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO ENFRENTADA PELA POPULAÇÃO TRANS EM UM PAÍS RECORDE DE TRANSFOBIA FATAL.** Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Evangélica de Goianésia: GO, 2021.

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1723-1734, 2020.

VIEIRA, Regina Stela Corrêa. **Cuidado como trabalho: uma interpelação do Direito do Trabalho a partir da perspectiva de gênero.** 2018. 236 p. Doutorado -Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ZILIOTTO, Denise Macedo; DAVIES, Simone Maria; ITAQUI, Cintia. A diferença em outros contextos: profissionais transexuais com ensino superior inseridos no mundo do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 24, n. 1, p. 1-15, 2021.

POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL E O SERVIÇO SOCIAL NO DIREITO A MORADIA *PUBLIC HOUSING POLICY AND SOCIAL SERVICE IN THE RIGHT TO HOUSING*

Tamires Almeida Bezerra ¹

¹ Mestranda em Gestão Pública. Universidade Federal do Piauí – UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0000-5908-7647>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7611739887594881>. E-mail: tamialmeida10@gmail.com.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo discutir a contribuição do serviço social para o acesso de pessoas ao direito a habitação. Quanto ao processo metodológico a pesquisa classifica-se como qualitativa onde os dados tendem a ser subjetivos, onde foi realizado um estudo bibliográfico, por meio de leitura em materiais já publicados sobre o tema em artigos, livros, dissertações, revistas e sites. Em seguida foi realizada uma pesquisa documental através de dados secundários como documentos oficiais. Os resultados alcançados possibilitaram atingir os objetivos propostos onde proporcionou conhecer a trajetória de lutas e movimentos sociais em busca do direito pela habitação que seu marco ocorreu em 1988 com a promulgação da Constituição Federal.

Palavras-chave: Política habitacional. Serviço social. Moradia. Direito social.

ABSTRACT

This research aimed to discuss the contribution of social services to people's access to the right to housing. Regarding the methodological process, the research is classified as qualitative where the data tends to be subjective, where a bibliographic study was carried out, through reading materials already published on the topic in articles, books, dissertations, magazines and websites. Documentary research was then carried out using secondary data such as official documents. The results achieved made it possible to achieve the proposed objectives, which provided knowledge about the trajectory of struggles and social movements in search of the right to housing, whose milestone occurred in 1988 with the promulgation of the Federal Constitution.

Keywords: Housing policy. Social service. Home. Social law.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal no seu artigo 6º incluiu a moradia como um dos direitos sociais mínimos do cidadão. Embora seja um direito garantido constitucionalmente, as condições de moradia da população no Brasil ainda são precárias principalmente entre os cidadãos mais vulneráveis. Assim, diante dos diversos problemas que laceram os direitos sociais, a questão da moradia destaca-se porque diante do arcabouço legal que vem surgindo para garantir esse direito, os mesmos ainda não são eficientes para suprir o crescimento acelerado dessa demanda.

São muitos os problemas sociais que assolam o país que nos últimos anos têm ganhado destaque em diversas áreas de estudo. Um desses problemas é a questão da habitação no Brasil que desde o princípio sempre foi um cenário para intervenção e nesse sentido, “a problemática habitacional pode ser considerado um dos principais problemas sociais urbanos, sendo tema de diversas discussões e debates” (Monteiro; Veras, 2017, p. 01). A questão habitacional juntamente com outras áreas forma um dos principais gargalos do país e desenvolver estratégias de enfrentamento é um desafio para o governo.

A justificativa da pesquisa está relacionada com a necessidade de mostrar o problema habitacional no Brasil e suas consequências que vão além da ausência de um teto e que muitas vezes as intervenções estatais não são suficientes para suprir as necessidades da população.

2. METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, onde de acordo com Creswell (2007), a mesma coleta os dados sem a utilização direta de números, esses dados tendem a ser subjetivos, dessa forma, o administrador deverá interpretá-los. Inicialmente será realizada pesquisa bibliográfica, através da leitura em materiais já publicados sobre o tema da pesquisa em livros, revistas, documentos, artigos, entrevistas, sites, dissertações. Posteriormente, realizou-se pesquisa documental através de dados secundários como leis, decretos.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Contexto histórico da política de habitação

O processo de urbanização no Brasil teve início no século XX, onde teve como característica marcante o grande número de pessoas que saíram da zona rural para a zona urbana aonde vinham em busca de emprego e melhoria de vida. Para Cara e França (2008), esse é um processo conhecido como êxodo rural que teve forte influência do processo de industrialização na Era Vargas, o que de acordo com Zorraquino (2005, p.10), esse processo se firma como “o forte processo de migração do campo para a cidade, para constituir o exército de reserva necessário para o trabalho assalariado nas fábricas e nos serviços”. O processo de migração por parte da população residente na zona rural por conta da implantação do setor industrial fortaleceu o processo de urbanização.

Nalin (2013), sobre o processo de urbanização intrínseco à industrialização advoga que:

A partir do fortalecimento do setor industrial – de 1930 a 1970 – houve uma mudança drástica no processo de urbanização, quando a população praticamente dobrou, especialmente em razão do maciço investimento – e priorização – na industrialização por parte do Estado e da burguesia emergente no país, em contraposição aos problemas do campo que ficaram esquecidos, incentivando a saída em massa dos trabalhadores, sem que eles recebessem a devida contrapartida na cidade (Nalin, 2013, p. 26).

Levando em consideração o lado econômico, as indústrias quando instaladas em área urbana oferece coo ponto positivo a criação de mais postos de trabalho e, por conseguinte contribuindo para o desenvolvimento local daquela região. Nesse sentido, tanto as pessoas como as indústrias estavam à procura de lugar para se fixarem, conforme afirma Castells (1983, p. 31) “indústria, portanto, busca acima de tudo sua inserção no sistema urbano, mais do que sua localização em relação aos elementos funcionais já estabelecidas”. Nesse prisma, durante o processo de desenvolvimento econômico as cidades tornaram-se espaço de valoração de práticas capitalistas, caminhando na contramão do direito garantido da população, e assim gerou problemas habitacionais oriundos desse processo de industrialização.

A habitação é um dos direitos sociais básicos inerentes à dignidade humana. É nela que a família tem uma referência de dignidade e cidadania, contribuindo assim para a formação de valores do sujeito. Para Medeiros (2007) a moradia é essencial para a nossa vida e indispensável sua contribuição na reprodução social dos sujeitos; constituindo-se

dessa forma, no espaço da intimidade, onde passa grande parte da sua vida. Nas palavras de Maricato (2008) no que diz respeito ao planejamento da política de habitação consta de pouco tempo essa prática, porque durante muito tempo a questão da urbanização no Brasil sempre foi desestruturada, não seguindo um modelo estruturado ao planejarem os centros urbanos.

Dentre as décadas de 60 e 80 no dia respeito à habitação no Brasil, esta era operacionalizada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), que era constituído por intensa intervenção do Estado visando à provisão de moradias (Arretche, 1990). A criação do BNH foi em razão da grave crise de moradia que assolava o Brasil no período militar. Nesse sentido, Bernardino (2013, p. 19) discorre em relação ao citado que “por um lado, a política habitacional calcada na casa própria, atuava no sentido de angariar apoio das massas urbanas, segmento que até então era à base de sustentação do populismo afastado do poder pelos militares”.

Na fala do autor percebe-se que essas ações voltadas à questão habitacional eram implementadas voltadas ao viés políticos uma prática comum de arrecadar votos. Já para Bonduki (2008, p. 72) essa prática tinha como objetivo a construção de uma política permanente voltada ao financiamento habitacional, que fosse capaz de ofertar estrutura, nos moldes do capitalismo no segmento da construção civil. Bernardino (2013) ainda discorre que:

Em se tratando das Políticas Públicas em âmbito nacional o que se verifica é que essas são tratadas de maneira fragmentada. Devido essa fragmentação a Política Pública dos Transportes, por exemplo, não recebe o mesmo tratamento que a Política Pública da Educação. Quando se disponibiliza a população condições mesmo que mínimas de transporte, as demandas somente serão analisadas mediante repressão (Bernardino, 2013, p. 19).

Para o autor apesar de existir as políticas voltadas para os variados setores estas se apresentam ainda desestruturada em alguns casos onde uma recebe mais atenção que outras; e assim a política de habitação ficou diante dessa situação prejudicada.

Após o BNH iniciar o trabalho voltado para a questão habitacional no país o ordenamento jurídico passou a abordar tal necessidade como é o caso da CF que arrola a moradia como um direito fundamental. Dessa forma, Constituição Federal de 1988 (CF), contempla a moradia no seu artigo 6º expresso da seguinte maneira:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desempregados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

A Constituição Federal foi o instrumento legal que enalteceu a moradia como um direito fundamental inerente à pessoa humana. Além da CF outros instrumentos foram criados para dar mais ênfase na busca por ações de intervenção em relação ao problema habitacional, como por exemplo, o estatuto das Cidades, Política Urbana e a própria Política Nacional de habitação.

3.2 A moradia enquanto direito social

A moradia é uma necessidade inerente da condição humana, e se refere à indigência do homem manter-se protegido diante situações difíceis, assim como ser detentor de um ambiente para sua moradia fixa (Braga, 2014). Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) dispõe que é direito de toda pessoa ter um padrão de vida que permita o bem estar para si e toda sua família, estando incluso aí a habitação enquanto critério para esse alcance padronizado. Do mesmo modo, a Constituição Federal (1988) em seu artigo 6º garante a moradia como um direito.

O acesso à moradia enquanto direito constitucional para a população baixa renda, é relevante para satisfazer as necessidades dessas pessoas mais vulneráveis. Para tanto se faz necessário políticas públicas eficientes e constantes voltadas para a habitação que possibilite o acesso desses grupos ao direito a moradia. Nesse sentido, Cunha; Soares e Pimentel (2017, p. 02) discorre que:

Possuir moradia adequada e regularizada em local seguro e saudável, no qual se possa ter acesso à infraestrutura e outros benefícios é, na verdade, uma forma concreta de exercer a cidadania. Entende-se como uma habitação adequada, aquela que busca atender as diversas necessidades dos cidadãos, como: o bem estar físico, social, psicológico, e econômico das pessoas.

A moradia hoje significa mais que possuir um lar, ou mais ainda que satisfazer um status. A moradia é dever do Estado sendo considerado direito de todos perante a Constituição Federal acompanhado de um conjunto de serviços que promovam a qualidade de vida como saneamento, lazer, dentre outros. Nesse sentido, para Monteiro e Veras (2017):

A casa exerce um papel primordial para a realização de várias atividades essenciais a reprodução social dos indivíduos, ao aconchego, a afetividade, a impessoalidade, a privacidade e permite ao indivíduo a sua inclusão na sociedade, portanto é imprescindível para a dignidade humana (Monteiro; Veras, 2017, p. 08).

Com o passar do tempo às políticas habitacionais sofreram diversas mudanças que envolveram retrocessos e avanços, caracterizando assim período de escassez dos programas habitacionais no Brasil (Reimann, 2015). Não obstante, o país teve a criação de programas e projetos envolvendo a habitação que foi desenvolvida em diversas cidades por meio da construção de moradias populares. No entanto, o déficit de moradia desencadeou diversos problemas que ainda não foram resolvidos (Cunha; Soares; Pimentel, 2017). Esses problemas que surgiram como consequência do processo de urbanização ainda hoje se faz presente como o problema das vagas na rede pública de saúde, educação precária, ausência de saneamento, desemprego dentre outros.

3.3 Serviço social na política de habitação

Os problemas relacionados à questão urbana se fazem presentes desde meados da revolução industrial onde nas palavras de Nalin (2013, p. 20). Com essas questões urbanas vieram situações que se tornaram espelho da precariedade que se tornou a urbanização não planejada, ocorrida principalmente pelo êxodo rural. Dessa forma “[...], as mudanças no processo produtivo no campo impeliram um grande contingente populacional que vivia no campo a se dirigir às cidades, engrossando fortemente as periferias” (Nalin, 2013, p. 19).

A inserção do serviço social com o trabalho social na habitação para Nalin (2013) iniciou-se com a mediação entre a relação da população carente e o Estado, onde o serviço social atuava desde a década de 40 em programas voltados para as favelas, em decorrência do aumento do número de favelas causado pela chegada da comunidade rural no meio urbano. Sobre atuação do assistente social na política de habitação, Nalin (2013) discorre que:

No entanto, o trabalho educativo realizado pelo Serviço Social, nestes espaços segregados, partia do princípio de que as populações pobres urbanas se apossavam de áreas de forma inapropriada ou irregularmente (invasão sem a devida compra) [...]. O acompanhamento aos moradores das favelas realizado pelo Serviço Social, neste período, partia do pressuposto de uma relativa incompetência do morador em habitar uma casa, por sua incapacidade de gerir corretamente encargos financeiros referentes à sua moradia, à forma de habitá-la, de usar os recursos que lhe são oferecidos ou de relacionar-se com os vizinhos (Nalin, 2013, p. 141-142).

A mesma autora ao continuar discorrendo sobre o serviço social na habitação, ainda advoga que:

O trabalho social voltado às favelas priorizava a discussão da mudança de vida, na medida em que a política habitacional, do ponto de vista governamental, voltada para a população de baixa renda, especialmente moradora de favelas, reduziu-se ao atendimento emergencial e à remoção de moradores para conjuntos habitacionais na periferia das cidades, desprovidos de serviços públicos. Em muitos municípios as ações ficavam sob a responsabilidade de secretarias ou órgãos de assistência social (Nalin, 2013, p. 144).

É importante frisar que o trabalho do profissional assistente social na política de habitação não ocorre de forma isolada. Assim para executar o planejamento com vista a execução de políticas habitacionais. Dessa forma o trabalho do assistente social “não se dá de forma isolada, individualizada, ou sem conflitos, mas sim, está incluso em uma estrutura organizacional e hierárquica com definições pré-estabelecidas, programas e projetos que demandam sua atuação” (Nalin, 2013, p. 147).

Apesar de já existir um grande rol de cientificidade em pesquisas abordando o trabalho do assistente social na habitação esse trabalho ainda não tem recebido uma atenção diferenciada. Assim a questão urbana no serviço social ainda caminha a passos lentos necessitando ainda de uma maior visibilidade por parte dos gestores.

Dessa forma sobre a visibilidade do serviço social na questão urbana Cavalcante (2016) discorre que:

O trabalho social na Política de Habitação de Interesse Social vem ganhando espaço e visibilidade com o passar anos, porém, ainda é visto como uma parte menos importante do projeto habitacional, ou algo que poderia simplesmente deixar de existir. O direito à moradia, apesar de ser garantido por lei desde a década de 2000, ainda não é visto pela maioria da população como um direito social, dificultando a tomada de consciência e a luta pela efetivação desse direito. O trabalho social não é menos importante do que a construção dos empreendimentos em si (Cavalcante, 2016, p. 53).

Ainda é comum a população acreditar que as casas de programas populares são vistas como caridade, assistencialismo, favor, e não direito social. E nesse sentido, é importante que o assistente social tenha um posicionamento condizente com as necessidades de intervenção que a comunidade necessita, pois de acordo com Cavalcante (2016) afirma que:

Exige-se do assistente social, nesse contexto, atuar de forma crítica, compreendendo a realidade sob uma perspectiva de totalidade e fazendo as devidas mediações, aliando a teoria à prática, sem cair nas armadilhas do cotidiano, buscando garantir e ampliar os direitos (Cavalcante, 2016, p. 65).

Assim o assistente social ao atuar na questão urbana precisa pensar e agir criticamente analisando todo o contexto da realidade onde está intervindo, precavendo-se de armadilhas e garantindo o direito social do usuário. É nesse pressuposto que o

assistente social, enquanto profissional detentor de flexibilidade e dinamismo atua diretamente no enfrentamento das diversas facetas da questão social, sendo a carência habitacional uma das faces da questão atuando na formulação e intervenção nos programas habitacionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa propiciou alcançar o objetivo traçado a partir do momento que possibilitou mediante a literatura conhecer a relação entre o serviço social e a política de habitação. Foi possível evidenciar que a política de habitação permeou um processo de lutas sociais pela classe trabalhadora menos favorecida que até os dias atuais tem se mostrado comprometida pela busca dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal.

Assim o serviço social busca priorizar a participação social, a transformação da sociedade e está intimamente ligado aos diferentes movimentos sociais incluindo aqui os movimentos pelo direito à moradia. Assim, a questão habitacional como outros direitos constitucionais abrem espaços para a inserção do serviço social enquanto intervencionista nessas políticas de direitos e mínimos sociais. Portanto o serviço social visa à cidade, espaço urbano ou território como um lugar não apenas de moradia mas também de outros direitos sociais como saúde, educação, alimentação, segurança dentre outros.

Também foi possível perceber que questão urbana no serviço social ainda caminha a passos lentos necessitando ainda de uma maior visibilidade por parte dos gestores, e que o assistente social ao atuar na questão urbana precisa pensar e agir criticamente analisando todo o contexto da realidade onde está intervindo, precavendo-se de armadilhas e garantindo o direito social do usuário.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. Espaço e Debates.** Ano X, nº 31, p. 21-36 1990.

BERNARDINO, Luciano Ferreira. As políticas públicas de habitação/moradia a partir do programada Minha Casa Minha Vida e a gestão das políticas habitacionais do Município de Itapevi – SP. 2013. Número de folhas 55 p. Monografia (Especialização – Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.

BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.* 4. ed. – São Paulo: Edição Liberdade, 2008.

BRAGA, Andréa Luiza Curralinho, et al. **A Perspectiva de Atuação do Assistente Social na Defesa do Acesso à Moradia e sua Relação com o Direito à Cidade.**2014. Disponível em: <http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/arquivos/asocialdefesamoradia.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, Senado, 1988.

CARA, Claudia Aparecida; FRANÇA, Francieli Mezzomo. **Aspectos do Processo da Industrialização Brasileira.** Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/01_CARA_FRAN%C3%87A.pdf. Acesso em: 9 set. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Pensamento Criativo, v.48).

CAVALCANTE, Gabriela Siqueira. **O TRABALHO SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO SOCIAL COMO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL: limites e possibilidades.** 2016. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande Norte, Natal, 2016.

CUNHA, Debora Santos; SOARES, Marielma Vieira; PIMENTEL, Pâmela Grazielle Rodrigues. **O assistente social na garantia de acesso à habitação.** In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís. **Anais...** . São Luís: UFMA, 2017. p. 1 - 8.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/2decla.htm>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2008.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. **A casa própria: Sonho ou realidade? Um olhar sobre os conjuntos habitacionais em Natal.** 2007. 111p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas letras e artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator (Fortaleza)**, v. 16, 2017.

NALIN, Nilene Maria. **O trabalho do assistente social na política de habitação de interesse social: o direito à moradia em debate/ Nilene Maria Nalin.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS – Porto Alegre, 2013.

REIMANN, Andressa Laís. **Direito Social à Habitação: reflexões a partir da experiência de estágio em serviço social na secretaria de habitação do município de IJUÍ/RS**. 2015. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015.

ZORRAQUINO, Luís D. **O processo de urbanização brasileiro e a formação de suas metrópoles. Programa para Análise de Revalidação de Diplomas**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro. UFRJ, 2005.

UMA ANÁLISE DO ROMANCE IRACEMA: elementos nacionais em destaque

AN ANALYSIS OF THE ROMANCE IRACEMA: highlighted national elements

Mayara Xavier Vito Pezarino¹
Lorrane Estacio do Prado da Silva²
Ester Portugal da Silva Rocha³
Eliana Crispim França Luquetti⁴

¹ Mestranda em Cognição e Linguagem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0018-2505>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3737675609673290>. E-mail: mayarapezarino@gmail.com.

² Mestranda em Cognição e Linguagem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8711-4419>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9093893831005343>. E-mail: lorraneestacio10@gmail.com.

³ Mestranda em Cognição e Linguagem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3708158221335787>. E-mail: portugal.ester20@gmail.com.

⁴ Professora Associada. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Doutora em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-2886-2724>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4258691322564450>. E-mail: elinafff@gmail.com.

RESUMO

Este trabalho tematiza a identificação das marcas de identidade brasileira presentes no romance “Iracema”, do autor José de Alencar, representadas, principalmente, pelas personagens Iracema e Moacir. Parte-se, então, da seguinte questão-problema: como tais elementos identitários são apresentados na obra em foco? A fim de responder este questionamento, objetivou-se mostrar os traços de identidade nacional existentes no livro em pauta. De maneira específica, procurou-se apresentar o romance em destaque; explicitar os pontos coincidentes entre a trama “fictícia” narrada e a história do início da colonização da América, já que “Iracema” retrata o primeiro encontro do europeu (branco) com o indígena; e comprovar o nacionalismo do referido exemplar à luz de uma perspectiva linguística, ancorando-se, por exemplo, pelo anagrama da palavra Iracema. Metodologicamente, realiza-se uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, com um embasamento teórico composto por Campos (2004); Candido (2009); Santiago (2000), entre outros. Conclui-se que a presente obra promove certa valorização da identidade nacional por meio da apresentação de fatos históricos que revelam a relação existente entre a natureza, o indígena e o branco.

Palavras-chave: Iracema. José de Alencar. Identidade nacional.

ABSTRACT

This work focuses on the identification of Brazilian identity marks present in the novel “Iracema”, by the author José de Alencar, represented mainly by the characters Iracema and Moacir. We then start with the following problem question: how are such identity elements presented in the work in focus? In order to answer this question, the aim was to show the traits of national identity that exist in the book in question. Specifically, we sought to present the novel highlighted; explain the coinciding points between the “fictional” plot narrated and the history of the beginning of the colonization of America, since “Iracema” portrays the first encounter between the European (white) and the indigenous people; and prove the nationalism of the aforementioned specimen in the light of a linguistic perspective, anchored, for example, by the anagram of the word Iracema. Methodologically, qualitative research is carried out, of a bibliographic nature, with a theoretical basis composed by Campos (2004); Candido (2009); Santiago (2000), among others. It is concluded that this work promotes a certain appreciation of national identity through the presentation of historical facts that reveal the relationship between nature, indigenous people and white people.

Keywords: Iracema. José de Alencar. National identity.

1. INTRODUÇÃO

A identidade nacional consiste na construção de fatores históricos e políticos que acarretaram a influência de uma ideia europeia na Literatura Brasileira. Desse modo, embora seja considerado um discurso atrasado, há no texto brasileiro uma espécie de originalidade, ou seja, apesar de se deixar levar pela literatura estrangeira, ele não reproduz uma cópia e sim uma adaptação, e é nessa diferença que está a marca de identidade brasileira. A ética e os valores a serem seguidos por determinada comunidade também estão envolvidos nesse processo, assim, esses fatores determinam um conjunto de sentimentos, os quais fazem um indivíduo sentir-se parte de uma sociedade ou nação.

O indígena como primeiro componente de identificação nacional representava a nação brasileira que estava surgindo que, de primeiro momento, era um personagem idealizado, o qual se espelhava na cultura europeia. Ou seja, o indígena tinha características heroicas, um exemplo de autor que faz o uso dessa caracterização é José de Alencar. De acordo com Bosi (2012, p. 227-228): “na literatura deu-se um breve surto de “indianismo franco-brasileiro” (expressão de Antonio Candido), que contribuiu para modelar uma imagem idealizada do índio e da natureza brasileira [...]”. No entanto, o indígena brasileiro foi ingênuo, em grande parte dos romances, quando não morreu de doença, ele foi subjugado.

Vale mencionar que a diversidade entre os indivíduos é uma das características fundamentais na composição da identidade nacional, sendo assim, um grande valor para

essa formação. Esse contexto é bem representado na obra “Iracema, lenda do Ceará”, que a partir do relacionamento da índia Iracema com o europeu Martim, nasce Moacir, raiz da mestiçagem nacional. Logo, esse acontecimento determina a gênese da pátria identitária, definindo, assim, a literatura brasileira e influenciando a presença de valores marcantes na sociedade posterior.

É relevante ressaltar que o Romantismo brasileiro era feito para a burguesia, a qual não dava importância a figura do indígena e do negro, que eram minorias, por isso, nas histórias em que eles aparecem, foram europeizados a fim de sensibilizar a elite branca. Por esse motivo, no século XIX, não tinha problema o texto brasileiro parecer com o europeu, em “Iracema”, por exemplo, são acrescentadas características específicas do Brasil na obra, e a personagem principal é diferente por ser índia, pois na Europa não têm indígenas. Assim, segundo Campos (2004, p. 234), a figura do indígena do período romântico comprova “a perspectiva submissa e conciliadora do bom selvagem”.

O regionalismo é outro aspecto que constitui a diferença dos indivíduos nacionalistas e está presente na literatura brasileira, pois cada autor que fez parte dessa formação trouxe um pouco da sua região para as obras literárias. Conforme reitera Candido (2009, p. 328): “a literatura representa um veículo para dar legitimidade ao conhecimento da realidade local, foi ponto de partida para o projeto nacionalista que se iniciou com o Romantismo [...]”. Candido (1987, p. 155) ainda afirma que “o regionalismo foi uma etapa necessária, que fez a literatura, sobretudo o romance e o conto focalizar a realidade local”.

Por isso, diante das informações apresentadas, é possível constatar que as obras brasileiras representam um retrato de todas as leituras que os autores nacionais fizeram. Desta maneira, o escritor brasileiro consome a literatura estrangeira, fator que está ligado ao conceito de antropofagia, que ao comer o corpo do outro, o indivíduo absorve o espírito, ou seja, as qualidades daquela pessoa que foi devorada. De acordo com Oliveira e Ferreira (2014), partindo dessa perspectiva, o Brasil devora o estrangeiro com o intuito de se apropriar de sua cultura, valores, e assim se tornar ainda melhor. Mas conforme Santiago (2000), a apropriação sociocultural do espaço brasileiro pelo colonizador fez com que a nação se tornasse mais um modelo europeu, por meio da civilização.

2. IRACEMA E A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

A referente obra conta a história de amor da jovem tabajara Iracema, filha do pajé Araquém, com o colonizador europeu Martim, amigo de Poti, que era guerreiro pitiguara e inimigo da tribo Tabajara. Basicamente, o livro traz a história da fundação da cidade de Ceará e a guerra entre as tribos tabajara e pitiguara, esta segunda era aliada dos colonizadores franceses e portugueses.

Com um marco na literatura nacional, o livro “Iracema”, escrito por José de Alencar apresenta características e detalhes da cultura brasileira ao decorrer da obra com um olhar crítico e dotado de recursos linguísticos metafóricos e até mesmo alegóricos associados às passagens. Diante das diversas características nacionais no romance em análise, vale ressaltar a subjetividade presente na obra que caracteriza o Romantismo brasileiro.

A personagem Iracema representa a identidade nacional por simbolizar a própria natureza brasileira. O escrito ao descrever a personagem como: “lábios de mel, seu cabelo é como a asa graúna-ave de plumagem negra, seu hálito é de baunilha, e as características de seu corpo retomam o tronco da palmeira”, observa-se traços presentes na natureza, e essa autenticidade aplica a identificação de uma produção literária romântica brasileira.

Alencar, ao nomear seu romance indianista Iracema: Lenda do Ceará,- o universo de uma composição poética, um amor puro e simples: um devaneio um sonho indeterminado, vago, de uma memória coletiva onde o ato da escrita ficcional, pode ocorrer sem pudor e vergonha de afrontar o verdadeiro e a fidelidade histórica, mas também, procurava extrair o âmago, a parte essencial da lenda e a intenção de alcançar a credibilidade dos fatos (Proença, 1966, p. 114-117).

O sentimentalismo e a idealização são marcas presentes da identidade nacional brasileira, principalmente o indianismo, a valorização da natureza e a exaltação da pátria. A relação presente na obra entre colonizador e colonizado apresenta pontos das representações do passado colonial brasileiro como uma “dialética de oposição” que por um lado, conduz a valorização e afirmação por parte dos brasileiros da sua nacionalidade e por outro, a resistência dos portugueses em perder a exploração da colônia.

O indígena, criado por Alencar, em “Iracema” está longe de ser aquele que, de fato, vivia nas matas brasileiras e, por sua vez, não tinha contato com o homem branco. O sentimentalismo está fortemente presente na obra, essencialmente, com as ações da

personagem Iracema que confunde a saudade da pátria e amor que Martim sente, por simulações de que o amado tem outra pessoa.

Vale discutir que no processo do enredo e da identidade nacional brasileira, os temas da nacionalidade retratados em “Iracema” remetem aos elementos relacionados à natureza e aos demais componentes míticos que foram utilizados pelo autor, que por sua vez, se apresenta em terceira pessoa. Assim, foram usadas pelo romancista para construir uma alegoria sublime do processo da colonização do Brasil e de toda a América.

Intencionalmente, os elementos históricos que compõem “Iracema” fazem parte da fundação do Ceará e são evidentes na obra e na construção da linguagem brasileira com a especialidade de Alencar ao poder relacionar o contexto histórico e sociocultural da época. “O elemento dominante da esfera exterior entra em combate com o elemento dominado da esfera interior” (Pimenta, 2001, p. 69). Um dos traços dessa identidade e nacionalidade representada é a harmonia que havia entre Iracema, sua tribo e sua terra, e como essa relação pacífica é quebrada/interferida pelo elemento histórico, ou seja, a colonização portuguesa e seus avanços para a dominação.

A entrega da personagem Iracema ao amado Martim compreende marcas da simbologia do fato da destruição de ambos e da terra brasileira que, conseqüentemente, sofreu uma aculturação, levando-se em conta a posse dos portugueses. Ademais, o desenvolvimento da linguagem utilizada em “Iracema”, no contexto de identidade nacional, mostra evidentemente que Alencar, ao tentar escrever um romance usando termos indígenas, caracteriza uma linguagem autenticamente nacional.

“A busca da língua nacional era reflexo de uma lusofonia que invadiu o Brasil na época do Romantismo. Para Alencar, o índio era uma forma de despertar no povo recém independente o amor pela pátria e um otimismo nacionalista” (Melo, 1971, p. 165). A personagem Iracema revela muito dos tons brasileiros, visto que as construções sintáticas do jeito brasileiro e a sua própria funcionalidade da língua.

3. HISTÓRIA REAL E FICTÍCIA: ELEMENTOS IDENTITÁRIOS

A presente obra pertence à primeira geração romântica, e dentro dela é possível constatar algumas características do Romantismo, das quais destacam-se: o nacionalismo, a idealização, o sentimentalismo, a subjetividade e o escapismo.

O nacionalismo aparece no livro por meio de símbolos que representam a pátria como, por exemplo, a natureza, o indígena e os encantos da paisagem do Brasil formando, assim, a grandeza da nação mediante à descrição paradisíaca das terras brasileiras.

Conforme afirma Alencar (1965, p. 11): “verdes mares que brilhais como líquida esmeralda aos raios do sol nascente, perlongado as alvas praias ensombradas de coqueiros”.

A idealização presente na obra é representada pelas características positivas dadas a protagonista Iracema, ou seja, o autor enaltece a índia, comparando-a com os elementos identitários da paisagem brasileira: “[...] a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna e mais longos que seu talhe de palmeira” (Alencar, 1965, p. 13).

Já o sentimentalismo está associado ao estado de espírito que as personagens apresentavam, isso se torna nítido quando Iracema atinge Martim com a flecha, e o sentimento é exposto de forma exagerada: “sofreu mais d'alma que ferida. O sentimento que ele pôs nos olhos e no rosto, não sei eu” (Alencar, 1965, p. 14).

A subjetividade tem relação com o mundo imaginário do autor, isto é, são fantasias que ele cria, imaginando possíveis características para Iracema. Dialogando com Alencar (1965, p. 13): “o favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha rescendia no bosque como seu hálito perfumado”.

Um exemplo de escapismo presente no livro é o falecimento de Iracema, ela foi em busca da morte para se libertar dos sofrimentos e deixar o esposo livre, pois com o nascimento de Moacir, “filho do sofrimento”, a jovem indígena passa por várias situações difíceis, entre elas: a falta de leite em seus seios e as longas viagens de Martim. Por esses motivos, ela fica debilitada e se entrega para a morte, por já não ter mais forças para lutar:

“— Recebe o filho de teu sangue. Era tempo; meus seios ingratos já não tinham alimento para dar lhe!” “Pousando a criança nos braços paternos, a desventurada mãe desfaleceu como a jetica, se lhe arrancaram o bulbo”. O esposo viu então como a dor tinha consumido seu belo corpo (Alencar, 1965, p. 102-103).

Diante das características apresentadas, ao longo da obra o autor descreve vários elementos que compõem a identidade nacional brasileira, sendo eles a diferença que a literatura brasileira consegue empreender apesar das influências externas.

Pode-se dizer que José de Alencar fez um estudo profundo dos costumes dos povos indígenas quando escreveu “Iracema”, pois na época em que a obra foi escrita, os indígenas já haviam sido dizimados. E mesmo assim, o autor apresenta aspectos relacionados à cultura indígena, como as tribos, a fala, o licor de Jurema, o papel do pajé

e a divindade de Tupã. Nesse sentido, infere-se que esses elementos estão fortemente associados à identidade nacional.

Logo, “Iracema” é também um romance histórico, porque Martim e Poti existiram. O primeiro era Martim Soares Moreno, militar que além de ter defendido os interesses da coroa portuguesa no Brasil, é considerado o fundador do Ceará. Já o segundo, Antônio Filipe Camarão, era um indígena brasileiro que lutava para defender o território brasileiro dos ataques inimigos. Desse modo, Alencar utiliza a história real e coloca alguns elementos fictícios para prolongar a história, ou seja, criar explicações poéticas para as histórias da sua terra de origem, por isso, o nome “Lenda do Ceará”.

Sendo um romance nacionalista e indianista, “Iracema” representa, de modo poético, uma alegoria do processo de colonização do Brasil e toda a América, por essa razão, é possível observar no exemplar traços de imposição cultural. Com isso, Iracema é a natureza virgem e Martim, a cultura europeia; surge-se então, dessa união, Moacir, que representa a nação brasileira, o “primeiro cearense”. Assim, Iracema foi criada para ser a heroína da beleza, a representação de tudo que há de bonito na América, antes do contato com o branco. Sua coragem e beleza apontam o lado poético dessa narrativa histórica e lendária, mas o poder que magnetiza os enredos vem do colonizador: homem branco e português.

4. NACIONALISMO EM IRACEMA: PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

Quando se tem por objetivo apresentar por meio de uma obra singularidades de uma nação, torna-se de suma importância realçar ao longo do enredo histórico o modo como os falantes daquele lugar manifestam sua língua. Por isso, é válido dizer que em “Iracema”, o autor faz essa representatividade com muita maestria, pois uma marca fundamental de identidade nacional presente na obra é a linguagem utilizada por ele, ou seja, há o desejo de criar uma “língua brasileira” que fosse independente dos padrões da língua colonizadora, assim, faz o uso de sentidos metafóricos e simbólicos.

Neste contexto, o autor é fidelíssimo às tradições brasileiras, à inovação ligada ao desejo de criar uma língua própria do Brasil. Desse modo, para a valorização do elemento indígena nacional, Alencar utiliza um linguajar próximo do “selvagem”, que aproxima o leitor da narrativa e constrói um plano de fundo adequado para que, ao deparar-se com o texto, seja possível notar estrategicamente marcas brasileiras no desenrolar da história. É possível notar esse efeito quando o uso de vocábulos tupis e nomes como Peri, Ubirajara e Iracema vão aparecendo na trama, como a descrição de costumes das tribos indígenas

que povoavam o território antes da chegada dos portugueses, já demonstram características de um determinado povo.

Nesta história, é crucial a questão da língua nacional, ou seja, a língua que funciona no Brasil e que, por suas especificidades, faz parte do processo de constituição da nacionalidade, assim como também de outras obras onde a intencionalidade central é apresentar relevâncias de um povo/nação (Guimarães; Orlandi, 1996, p. 9).

Essa intencionalidade do autor em abarcar o que é nacional faz parte do Romantismo, uma vez que a valorização da figura do indígena na literatura brasileira se insere nesse mesmo movimento de exclusão do universal e de supervalorização do que é local, objetivo desta escola literária. O professor de Teoria Literária, Eduardo Vieira Martins, defende Alencar ao dizer que o autor transmite em seus textos a ideia da natureza tropical, provocando uma alusão a como em *Iracema*, dessa forma, traz ainda rastros do romance indianista, umas das predileções do autor. Por isso, tamanhos rastros nacionais ao longo de sua obra são explícitos: a escolha de tais temas fazia parte da lógica da recuperação da tradição local do Romantismo que, na literatura, se propunha a ser uma espécie de “invenção da tradição” – termo emprestado do historiador britânico” (Hobsbawm, 2012, p. 18).

Estudiosos, como Marcos Flamínio Peres, apontam para a ideia de que a personagem-título é uma “donzela-guerreira” que, além disso

[...] concebe a ternura e dedicação extrema ao amado, características encontradas na literatura provençal e também nas cantigas de amigo portuguesas. Além disso, a musicalidade e o ritmo da escrita de *Iracema* como destaques da obra. É possível ouvir ecos camonianos na linguagem de “*Iracema*”. As ressonâncias do poeta português Luís de Camões (1524-1579/80) (Peres, 2003, p. 12).

Por isso, o autor busca realçar em seus textos fragmentos que deixem esse brasileiro marcado, porém não a fim de copiar o já existente, e sim, de dar “vida linguística” ao que é real no Brasil, em suas culturas, em seus costumes e, principalmente, em seu povo. Tendo esse objetivo em *Iracema*, é fácil notar no romance as intencionalidades do escritor.

Os escritores românticos do século 19 estão buscando uma linguagem que falasse a todos os sentidos e é esse o caráter da linguagem de *Iracema*. Torna-se visível que o autor tenta demonstrar isso nas facetas linguísticas utilizadas (Martins, 2012, p. 23).

Em consonância com essa afirmação, Santos (2016) salienta que:

Alencar adota diversas estratégias (e às vezes contrárias) para tratar dos termos tupi e/ou da sua tradução etimológica e semântica no seio do texto em português. Há, por um lado, um esforço de evidenciar a diferença linguística, ilustrar a particularidade e certo exotismo da natureza e da cultura representadas; por outro lado, o esforço constante de tornar o enredo de Iracema inteligível, isto é, de não tornar absolutamente indispensável o recurso ao glossário, e para isso Alencar acaba representando o tupi e a cultura indígena muitas vezes em termos do português e da cultura europeia (p. 4).

A linguagem do indígena vai sendo vista na obra de maneira clássica e poética e não mediante uma versão bárbara e selvagem da língua. Observar isso é bem interessante, afinal, Alencar apresenta o indígena de dentro para fora, não focando apenas o exterior do ser da mata, mas seus sentimentos nobres, heroicos, suas ações ágeis, inteligentes e doces. Por isso, é fácil notar a utilização de palavras em tupi na obra. Aquelas que fazem referência à fauna, à flora, aos ambientes americanos aparecem quase sempre sem tradução no texto e figuram no glossário com alguma tradução aproximada e explicação etimológica.

Santos (2016, p. 6) discute a ideia de que “o autor trabalha com muitos métodos para apresentar os termos tupi e/ou da sua tradução etimológica e semântica no contexto do texto em português”. Há, por um lado, uma intenção de deixar claro a diferença linguística que há, ilustrar a particularidade e certa centralização da natureza e da cultura que deseja ser apresentada, do novo português. Isso porque há todo um “brasileirismo” na obra que é necessário ser apresentando, principalmente, nas manifestações linguísticas da trama.

Ademais, revela-se o anagrama da palavra IRACEMA, que significa AMÉRICA, pois ambas foram descobertas pelo colonizador europeu. A América foi descoberta por meio das terras e Iracema, do corpo, uma vez que antes de conhecer o branco, ela era a “virgem dos lábios de mel”.

5. CONCLUSÃO

Pode-se concluir que a obra em foco tem como objetivo valorizar a pátria com um valor sentimental, em consonância com os seus aspectos identitários, como a natureza e o indígena. Conforme reitera Bosi (2012, p. 230): “[...] escritores da maior relevância,

como [...] José de Alencar, foram [...] cantores da natureza e do selvagem brasileiro e autênticos românticos pela forma e pelo sentimento de sua obra”.

É possível observar que a construção identitária no romance “Iracema” busca apresentar o branco com o indígena, enfatizando o valor e a preocupação de Alencar em caracterizar a literatura da época por meio dos costumes indígenas, bem como o espírito nacionalista.

Portanto, o Romantismo, especialmente na obra analisada, foi um movimento essencial no processo de formação da literatura brasileira, além de ter projetado o lado cultural e literário brasileiro internacionalmente, ele plantou e/ou criou não só uma imagem, mas uma identidade nacional.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **Iracema**. São Paulo: Saraiva, 1965.

BOSI, Alfredo. Cultura. *In*: CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CAMPOS, Haroldo de. **Metalinguagem e outras metas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. *In*: CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987, p. 140-162.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009.

CARBONERA, Fidelis. Iracema e o Romantismo. **Revista de Letras**, Curitiba, n. 2, p. 1-8, 1997. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rl/article/download/2292/1432>. Acesso em 02 jun. 2019.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (Orgs.). **Língua e cidadania: o Português no Brasil**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1996.

HOBBSAWN, Eric. **Invenções da Tradição**. São Paulo: Jornal USP, 2012.

MARTINS, Vieira Eduardo. **“Iracema” apresenta a origem mítica do povo brasileiro**. São Paulo: Jornal USP, 2012.

MELO, Gladstone Chaves. **A Língua do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Instituto de Documentação, 1971.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Martins; FERREIRA, Shirley. Literatura e Identidade Nacional: desafios do romantismo e modernismo brasileiros. **Revista Eletrônica Fundação Educacional São José**, Santos Dumont, p. 1-10, set. 2015. Disponível em: <https://www.fsd.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/ARTIGO-DA-RITA-E-SHIRLEY-9U00aa-ed.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

Questão Social: contemporaneidades em ciências aplicadas, educação, economia e política
Thesis Editora Científica 2023

PERES, Marcos Flamínio. **Concepções do Romance Indianista**. São Paulo: Jornal USP, 2003.

PIMENTA, Márcia Mendes. **José de Alencar: Em Busca da Identidade Linguística Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. José de Alencar na Literatura Brasileira. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, n. 2, p. 114-117, 1967. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i2p114-117>. Acesso em: 06 set. 2023.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, Joice Meneses. **A LÍNGUA TUPI E SEU NARRADOR EM IRACEMA (1865), DE JOSÉ DE ALENCAR**. São Paulo: Jornal USP, 2016.

ORGANIZADOR

Adilson Tadeu Basquerote Silva

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/2020), com estágio de Doutorado Sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (2015). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (2017) e em Estudos Sociais- Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2004). Atualmente é professor no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Compõe o corpo editorial, científico e de pareceristas de revistas científicas na área de Ensino e de Educação.

Lattes: lattes.cnpq.br/8318350738705473. E-mail: abasquerote@yahoo.com.br.



ISBN 978-659809047-0

